

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

**JÉSSICA BARCELOS FERRARI**

**OS MODOS DE CUIDADOS COM A VIDA QUE CIRCULAM  
NAS RUAS: AS (RE)EXISTÊNCIAS PRESENTES**

**VITÓRIA**

**2018**

JÉSSICA BARCELOS FERRARI

**OS MODOS DE CUIDADOS COM A VIDA QUE CIRCULAM NAS  
RUAS: AS (RE)EXISTÊNCIAS PRESENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Leão

VITÓRIA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

JÉSSICA BARCELOS FERRARI

**OS MODOS DE CUIDADOS COM A VIDA QUE CIRCULAM NAS RUAS: AS  
(RE)EXISTÊNCIAS PRESENTES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 07 de dezembro de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Leão

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lucia Coelho Heckert

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Prof. Dr. Iacã Machado Macerata

Universidade Federal Fluminense (UFF)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus anjos de luz, por serem meus guias e protetores.

Aos meus pais, por se fazerem presentes e também a diferença em minha vida.

Ao Fred, meu amor e companheiro, maior incentivador e cúmplice, principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos companheiros de luta, a quem tive a grande oportunidade de conhecer no mestrado, àqueles que me faziam renascer como a fênix: Lígia, Antonela, Lara, Danilo, Bárbara e Sabrina. Aos demais amigos e amigas da vida, por estarem sempre ao meu lado.

Aos parceiros de trabalho nos Acolhimentos Institucionais - Maykiane, Sabrina, Cláudia, Deyse, Helena, Arilma, entre tantos outros - onde atuei durante o mestrado, pelo apoio e força.

Aos integrantes dos grupos voluntários de que participei, pelo acolhimento, atenção e por oportunizarem meus encontros com os populares de rua.

À orientadora, Adriana, pelo cuidado e por apostar comigo neste trabalho durante todo o percurso.

E, por fim, mas não menos importante, à população em situação de rua. Esse trabalho foi por vocês, para vocês e com vocês, que estiveram e compuseram comigo esta pesquisa.

Os afetos que se substancializam nesses agradecimentos, na verdade, transbordam as triviais palavras! Em tempos difíceis como os atuais, já me sinto grata em tê-los por perto.

Chegando ao fim desse processo, nunca pensei que diria isso: a solidão nunca foi tão bem acompanhada. Obrigada! Seria muito mais difícil sem vocês!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo aproximar-se dos modos de cuidado com a vida, que circula nas ruas. Para tanto, buscou-se dialogar diretamente, com pessoas que vivem em situação de rua no Município de Vitória/ES, sobre os cuidados que os envolvem, a fim de ouvir a perspectiva dos próprios populares e não a partir do saber dos profissionais e serviços especializados. A dissertação foi estruturada em cinco principais capítulos. No primeiro, traçaram-se as premissas teóricas referentes ao cuidado, evidenciando a tênue linha entre cuidado e controle. No segundo, buscaram-se os efeitos causados pelo capitalismo globalizado nos dias atuais, produzindo desigualdade e marginalização de uma parcela muito específica da população, interferindo no modo como o cuidado é construído. No terceiro, explicou-se a utilização do método da pesquisa-intervenção, pelo qual a pesquisadora busca “transformar para conhecer”, pretendendo falar “com” e não “a partir de”. Assim, no primeiro momento, foram procurados grupos voluntários, que têm contato com a população de rua no Município de Vitória/ES; no segundo momento, estabelecido contato com a população de rua por meio desses encontros, buscou-se conversar diretamente, com essas pessoas a respeito do cuidado com a vida. No quarto, de posse dos dados colhidos, foram descritas e problematizadas situações de cuidado com a vida narradas pela população de rua, notadamente em relação à alimentação, higiene pessoal, clima-tempo, descanso, saúde, violência de gênero, trabalho e renda, companheiros de rua, segurança, uso de drogas e redes de atendimento especializadas. Por fim, no quinto, discorreu-se a respeito das reflexões dos próprios populares de rua sobre como gostariam de ser cuidados. O trabalho permitiu afirmar que existem cuidados com a vida na rua e que esses são polissêmicos, numerosos e mutantes. A pesquisa também evidenciou que as ações das políticas públicas não funcionam como a maioria da população em situação de rua gostaria e que devem levar em consideração o saber construído por esses sujeitos, pois são dotados de autonomia e capacidade crítica para dizerem sobre o cuidado com a vida a que aspiram.

**Palavras-chaves:** População em Situação de Rua. Cuidado. Políticas Públicas. Pesquisa-intervenção. Psicologia.

## ABSTRACT

The following work aims to connect with the ways of care for life that flows on the streets. In order to do so, we sought to dialogue directly with homeless people in the city of Vitória/ES about the attention that embroils them, aiming for the narratives from their own perspective instead of the expertise of professionals and specialized services. The thesis was organized in five main chapters. In the first one, the theoretical assumptions concerned to the care were drawn, highlighting the fine line that differs care from control. In the second one, it was analyzed the effects of global capitalism nowadays, producing inequality and marginalizing a very specific portion of the population and interfering on how the concept of care is constructed. In the third one, the method of research-intervention use is explained, through which the researcher chases “to transform to know”, intending to talk “with” and not “onwards”. Therefore, in the first moment, we searched for volunteer groups that are in contact with homeless people in the city of Vitória/ES. In the second moment, once the contact with homeless people had already been established, we sought to talk to these people about the care for life. In the fourth one, with the collected data at hand, we described and problematized life care occurrences told by the homeless population, concerning feeding, personal hygiene, climate-weather, rest, health, violence towards gender, work, income, street comrades, safety, drug use and specialized services networks. At last, in the fifth chapter it was argued about the homeless people very own thoughts on how they would like to be taken care of. The work also reveals that public policies must reckon the expertise developed by the homeless people, for they are individuals endowed with autonomy and good judgement to talk about which kind of life care they strive. The research allowed us to state that the actions of public policies do not function as the majority of the population in a street situation would like and that they should take into account the knowledge constructed by these subjects, since they are endowed with autonomy and critical capacity to say about the care with the life they aspire to.

**Key words:** Street population. Care. Public policy. Research-intervention. Psychology.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

CAES	Casa Abrigo Estadual “Maria Cândida Teixeira”
CAJUN	Projeto Caminhando Juntos
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CnR	Consultório na Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua
CRJ	Centro de Referência da Juventude
CTA	Centro Temporário de Acolhimento
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social do Espírito Santo/ES
eCR	Equipes de Consultório na Rua
ECRIAD	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para Jovens e Adultos
GCM	Guarda Civil Metropolitana
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
NUDEDH	Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública
ONU	Organização das Nações Unidas
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RD	Redução de Danos
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. “SENDO” CUIDADO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 EXAUSTOS, CORRENDO E, CONFORTAVELMENTE, ENTORPECIDOS: TRIUNFOS DE UMA GLOBALIZAÇÃO SOBRE-HUMANA E INACESSÍVEL.....</b>	<b>23</b>
2.1 FÁBRICA DE IMOBILIDADES E OS (DES)CAMINHOS DA DESIGUALDADE...23	
2.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE PERDER TEMPO ÀS FRAGILIDADES DO CUIDAR “COM” .....	31
2.3 O FIO DA NAVALHA: FRONTEIRAS MOVEDIÇAS ENTRE CUIDADO E CONTROLE .....	41
<b>3 TRAÇOS DE UMA METODOLOGIA: UM CAMINHAR COMPARTILHADO .....</b>	<b>57</b>
<b>4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARA ALÉM DOS DADOS .....</b>	<b>68</b>
4.1 O COMPARTILHAR DAS EXPERIÊNCIAS E O ACOLHIMENTO DOS SABERES DE PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA .....	74
4.1.1 Hora do rango!.....	75
4.1.2 Cuidado (inter)pessoal .....	87
4.1.3 Contratempo aos descobertos: entre mobilidades e resistências .....	94
4.1.4 Entre um cochilo e outro à distribuição dos corpos na cidade .....	99
4.1.5 Formação em “MedEsquina: Os cuidados à saúde .....	103
4.1.6 Mulheres em situação de rua: uma luta declarada .....	107
4.1.7 Empreendedorismo (nada) amador: os corre das ruas .....	126
4.1.8 Princesa: o cãopanheiro .....	136
4.1.9 Saídas estratégicas: segurança e proteção .....	138

4.1.10 Entorpecer-se: uso de drogas e as gaiolas da vida real .....	144
4.1.11 “As caixinhas de fósforo” e os processos de institucionalização .....	156
<b>5 COMPOSIÇÃO DE UMA REDE DE CUIDADO: DESAFIOS DE UMA PRÁTICA EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>168</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>209</b>

## INTRODUÇÃO

Na graduação em Psicologia, discutiu-se “O Tratamento Jurídico Brasileiro dado às Pessoas que Fazem o Uso de Substâncias Psicoativas” no Trabalho de Conclusão de Curso, tema que me levou ao encontro da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta Universidade.

Naquela oportunidade, evidenciou-se que algumas pessoas que fazem o uso de substâncias psicoativas recebem um tratamento diferenciado das demais; enquanto os “usuários” recebiam um tratamento médico-sanitário, os “traficantes” acabavam sentindo a força máxima da lei mediante um tratamento repressivo e encarcerador.

Contudo, quem são os traficantes e quem são os usuários?

Ocorre que a divergência no tratamento dispensado às pessoas que se encontram em cada uma dessas duas categorias acaba sendo reflexo da discriminação da sociedade, a partir do momento em que se determina, seletivamente, quem é o quê de acordo com as suas respectivas aparências, comportamentos e estereótipos. Em síntese, legitima-se a criminalização massiva da miséria e o encarceramento de certos grupos sociais a partir de critérios discriminatórios.

Carvalho (2014) refere-se ao aumento da população carcerária no Brasil como consequência de uma política punitiva, seletiva e repressiva, que, na sua grande maioria, mata e encarcera uma população muito bem representada: jovens, pobres e negros que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos.

A partir desse trabalho de graduação, tive a oportunidade de desconstruir verdades absolutas, conhecer novas perspectivas e refletir sobre algo que já me atravessava, mas que, daquela vez, estava sendo diferente. De modo evidente, percebi que uma parcela específica da população, que faz o uso de substâncias ilegais, continua marginalizada e negligenciada, além de considerada perigosa para o convívio em sociedade.

Destaquei, além disso, que repressão, violência e desrespeito continuam sendo práticas utilizadas em algumas propostas de intervenção na tentativa de docilizar os corpos e a vida, como é demonstrado, por exemplo, nas internações compulsórias e no cárcere privado de pessoas que fazem o uso de entorpecentes.

Ademais, a ênfase dada à questão do consumo de substâncias psicoativas é normalmente voltada ao determinismo farmacológico, à dependência das drogas e ao envolvimento do sujeito com a criminalidade, reduzindo o diálogo sobre o tema a características bioquímicas e moralizantes.

Entende-se, contudo, necessário fomentar discussões acerca de aspectos contextuais, sociais, culturais e econômicos que atravessam o fenômeno do uso de drogas, a fim de que não sejam negligenciadas experiências, histórias, práticas e interesses das pessoas que as utilizam (MAYORA, 2016).

Precisa-se discutir não só os danos que as substâncias psicoativas podem causar às pessoas que delas fazem uso e à sociedade de uma forma geral, mas também os danos que são causados pelo Estado nessa conjectura, com a ausência de condições de saúde, educação, moradia e informação, inclusive a política de drogas, que usualmente é construída por (poucos) especialistas, e detêm grande efeito na história de vida de (muitas) pessoas (GARCIA, 2016).

A falência do atual modelo repressivo da política criminal de drogas no Brasil, que é observada no crescimento acelerado da população carcerária em todo o país, no derramamento de sangue, nas vidas roubadas e no aniquilamento do sujeito como condutor da sua própria história, não se equivale à diminuição do uso e/ou venda das drogas; pelo contrário, gera consequências devastadoras que indicam a necessidade de (re)pensar em outras possibilidades, tendo em vista que esses conflitos e tensões destacam a incorreção da rota, que está sendo traçada.

Toda essa discussão convocou-se a pensar.

O projeto de mestrado foi rascunhado com a ideia inicial de pesquisar sobre propostas de cuidado às pessoas que fazem uso de drogas e que, normalmente,

são estereotipadas e tratadas criminalmente como “traficantes”, em decorrência das suas aparências e modos de vida. A intenção era conhecer e refletir com essas pessoas sobre o modo como gostariam de ser cuidadas e acolhidas pela sociedade e serviços especializados, visando incluir seus saberes nas deliberações de políticas públicas e demais decisões pertinentes.

Nesse intuito, originalmente, os rascunhos desta pesquisa tinham como objetivo escutar as pessoas que fazem uso de entorpecentes e que vivem em situação de rua sobre os modos de cuidado com as pessoas que circulam nesse território, por se tratar de uma parcela populacional preconizada e empobrecida, que, conforme descrito até aqui, é um dentre outros grupos que está na mira para ser enquadrado e *marginalizado* pela política criminal de drogas.

Todavia, o desenrolar do trabalho, os questionamentos provocados pelos membros da banca examinadora na qualificação do projeto de mestrado, assim como o exercício contínuo de pensamento acabaram levando à constatação de que a verdadeira questão a ser enfrentada é se existe cuidado e como ele é sentido pelos grupos sociais marginalizados, sendo o preconceito por trás da política criminal de drogas apenas um dos aspectos da exclusão, isto é, a maneira como a sociedade tem tratado sua camada miserável.

A escolha do objeto de pesquisa teve como foco a população em situação de rua<sup>1</sup>, porque elas compõem as chamadas zonas de exclusão e de miséria, e suas formas de vida construídas no território são distintas dos modos codificados de estar na cidade, embora seja um espaço de potência e sagacidade. Por vezes, as existências presentes transbordam à sociedade e vivenciam experiências chamadas “bruto social”, ou seja:

Há, em tais existências à margem da sociedade, um modo de experimentar a cidade, a vida em sociedade, uma experiência de si que configura um modo de vida muito diferente dos padrões sociais mais

---

<sup>1</sup> A partir das definições da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, afirma-se que: “Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-à-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum, possuem a característica de estabelecer, no espaço público da rua, seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como ‘população em situação de rua’” (BRASIL, 2008, p. 3).

estabelecidos. A essa experiência denominamos bruto social: as estéticas sociais em sua face bruta, com formas de vida menos codificadas e, ao mesmo tempo, cheias de intensidade, cheias de potencialidade para a produção de outras estéticas existenciais (MACERATA; PASSOS, 2015, p. 538).

Nesse sentido, foi possível compreender o que de fato afeta essa pesquisadora: o cuidado às existências à margem da sociedade.

Assim como Macerata (2015), compreendemos que:

A experiência de margem, de desterritorialização, logo é recuperada em categorias que a estabilizam e a colocam sempre como existências erradas, aberrações autodeterminadas. Constroem-se categorias, tipos psicossociais, que determinam modos de ver e de se relacionar com a experiência da rua: população em situação de rua, mendigos, crackudos, pivetes, viciados... Modos de operar que vão determinar diretamente a possibilidade de construção do comum, de relação com a rua: operando por separação, assepsia (p. 19-20).

O objetivo foi conversar com as pessoas em situação de rua, permitindo-me experimentar, ser afetada e surpreendida, bem como acreditar na potência do encontro e sustentar um posicionamento de abertura em tempos de carência de disponibilidade ao outro.

Insta frisar que as pessoas que pernoitam em albergues públicos ou entidades filantrópicas, sem vínculo com um local privado de residência, também estão incluídas.

Conforme é estabelecido no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.1).

Em regra, os modos de vida e os corpos desordenados que ocupam as ruas representam risco de degradação dos modos sociais estabelecidos, por isso suas existências são tomadas como infrações às leis morais, estéticas e jurídicas, visto que intimidam os modelos bem organizados. Por esse motivo, as

intervenções feitas nas ruas possuem resquícios de crueldade, pois é um choque, que coloca em tela as bases das formações sociais (MACERATA; PASSOS, 2015).

Mesmo compreendendo que não há uma relação de causa e consequência entre o uso de drogas e a vivência na rua, o recorte metodológico justifica-se pelas razões citadas.

Em uma sociedade capitalista e exigente em que vivemos cuja velocidade dos acontecimentos é efêmera, é preciso problematizar e refletir sobre a maneira como temos cuidado de si e uns dos outros, como temos sentido os acontecimentos e tudo se passa e acontece. Ora, não é possível falar de um cuidado solitário e impermeável àquilo que nos atravessa.

O que se tem produzido quando estamos no piloto automático? O que se tem construído para o outro, enquanto construímos para nós?

Nesse sentido, entendemos que:

Ao cuidarmos das pessoas que [...] vivem nas ruas, estamos cuidando de toda a cidade, de nós mesmos, visto que a existência desta experiência fala menos de uma realidade individual, privada, do que de processos de produção de subjetividade em meio ao um mundo em que vivemos (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p. 40).

Desse modo, este trabalho objetivou construir uma relação e dialogar diretamente com as pessoas que vivem em situação de rua<sup>2</sup> no Município de Vitória/ES, especialmente sobre os cuidados com as vidas que circulam nesse território, a fim de conhecê-las por meio das perspectivas desses sujeitos e não dos profissionais ou serviços especializados que os atendem.

---

<sup>2</sup> Vieira, Bezerra e Rosa (2004) apontam três situações referentes à vinculação das pessoas com a rua. Uma situação em que a permanência na rua é uma situação circunstancial, denominada pelas autoras como “as pessoas que ficam nas ruas”; uma relação com a rua que se deu de forma recente e é denominada como “estar na rua”; por fim, uma relação com a rua permanente, em que a rua se torna espaço de moradia, denominada “ser da rua”. A denominação população em situação de rua abarca as três situações apontadas pelas autoras e foi essa compreensão que norteou nossa pesquisa. Ou seja, neste grupo “população em situação de rua” está incluído quem mora e que frequenta as ruas para garantir sua sobrevivência.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: participar de grupos e aproximar de pessoas que se encontram com a população em situação de rua; escutar e conversar com pessoas que vivem em situação de rua no Município de Vitória/ES, principalmente, sobre modos de cuidado com a vida que as envolve; observar, conhecer e refletir sobre os modos de cuidado com a vida das pessoas em situação de rua por meio das conversas e encontros; contribuir com a formação, capacitação e discussão entre profissionais e/ou outras pessoas, visando inserir os saberes da população em situação de rua nas reflexões e construção de ações destinadas a oferecer atenção e cuidado voltado a essa população.

Desenvolveu-se esta pesquisa em quatro etapas principais: no primeiro momento, traçaram-se as premissas teóricas referentes à temática abordada, problematizando, contextualizando e traçando caminhos para a pesquisa; no segundo momento, conhecemos grupos que se encontram com pessoas em situação de rua no Município de Vitória/ES, para ter mais acesso e contato com essa população; no terceiro momento, encontramos e conversamos com pessoas em situação de rua, principalmente, a respeito do cuidado com a vida, além de questões ligadas ao cotidiano, sonhos, aventuras e outras situações que elas julgarem relevantes para a conversa, pretendendo falar “com” e não “a partir de”; e, no quarto momento, desenvolvemos a escrita das vivências no campo de pesquisa, no que tange ao cuidado com a vida, a partir das implicações da pesquisadora, escuta dos áudios das entrevistas realizadas e leitura dos registros do diário de campo, dispondo como referência a perspectiva da política da narratividade e da pesquisa-intervenção.

Vale ressaltar que, anteriormente a essa pesquisa, não havia aproximação profissional ou teórica com o tema, embora já existisse uma inquietação latente. Apesar disso, o trabalho como psicóloga em um serviço com nível de proteção social especial de alta complexidade, como é o Acolhimento Institucional para crianças, tem atravessado esse caminhar acadêmico, levantando problematizações a respeito da lógica de cuidado e das intervenções provenientes das políticas assistenciais.

A lógica do cuidado deve ser (com)partilhada, por isso consideramos importante respeitar, acolher e escutar as pessoas em situação de rua, para que se possa desencadear processos de inclusão dos saberes populares nos processos de formação, a fim de fortalecer discursos e práticas reais, heterogêneas e desordenadas. Afinal:

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, p. 02).

Não se pode esquecer que há poderes silenciosos que operam calando as massas, invalidando seus comportamentos e interesses, desconsiderando seus saberes e suas teorias. O que está sendo feito com essas pessoas? Onde elas estão e porque não compõem espaços acadêmicos, políticos, sociais e de saúde cujo objeto de estudos e discussões refere-se justamente as suas próprias vidas?

Por isso, precisa-se conversar de um jeito diferente com essas pessoas, de forma a repensar nossas verdades, pois:

[...] quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência (FOUCAULT, 1979, p. 04).

Na tentativa de “cuidar” do outro, constroem-se, normalmente, saberes sobre propostas de intervenção sem a participação das pessoas que vivem nas ruas. Isso resulta em um verdadeiro abismo entre aquele que sabe e aquele de quem se sabe.

Por que conhecimento e cuidado não funcionam como operadores lateralizados? Como romper com o corte epistemológico entre ciência e senso comum e

valorizar os saberes locais, das ruas, dos acontecimentos diários e comuns, sem que isso signifique uma recusa total do intelectual ou da teoria?

Pensar no cuidado com a vida nas ruas evidencia outras preocupações, disponibilidades e modos de ser, a partir das experiências que emergem nos encontros e na relação com essa população. De acordo com Bondia (2002) “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (p. 21).

Propõe-se construir uma pesquisa, que aposte na criação coletiva de vida e que se convoque a compor uma rede de trabalho, que rejeite verdades absolutas. Uma pesquisa que pretenda traçar caminhos em prol da construção de subjetividades livres, a fim de respeitar pluralidades no viver, resgatar e produzir histórias, de modo a entender que as existências transbordam singularidades e multiplicidades.

Além disso, aposta-se que esses movimentos provoquem pensamentos, mas também convidem aos encontros, estimulem afetos e sensações que são capazes de aumentar o grau de vida, potência e resistência.

Espera-se que se consiga implicá-lo no decorrer de sua leitura. Carinhosamente, convido-o a envolver-se nas situações narradas.

Vamos juntos?

## 1. “SENDO” CUIDADO

Como cuidar? A resposta parece simples e muito óbvia, mas é extremamente complexa e embasa toda a problemática de pesquisa, visto que:

Sob o signo do cuidado e da proteção podem se produzir ações com efeitos de reprodução da segregação, que constroem essas pessoas da margem e encortinam uma dominação e um extermínio sutil sofrido por essas vidas na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea – efeitos que reunimos sob o nome de controle (MACERATA, 2010, p. 15).

Problematizar o cuidado e sua produção, por conseguinte, é extremamente necessário, justamente para não cairmos nas armadilhas e reproduzirmos dominação e extermínio das pessoas ditas a “margem”, consideradas nessa pesquisa como aqueles sujeitos que constroem outros modos de vida. Modos esses que, por vezes, escapam de certa lógica mercantil e normalizadora de ocupação da cidade. Afinal, não existem sujeitos excluídos da sociedade, pois todos nós estamos incluídos em algum lugar.

Sob o signo do cuidado, pode-se estar a serviço de um controle disfarçado de “bom moço”, que produz práticas com efeitos perversos, mas também construir ações que podem potencializar vidas que se inventam e reinventam, como refletido pelo mencionado autor sobre outros modos de relação:

Sob o signo do cuidado, também, podem-se criar ações que têm o efeito de potencializar essas vidas, dando suporte para passagens, reinvenções a partir da afirmação de suas existências – efeito que é ligado a alguma forma de insurgência dessas vidas, como um rebelar-se, mas também como um “surgir de dentro” – a isto chamamos cuidado (MACERATA, 2010, p. 15).

Partiu-se da ideia de um cuidado com a vida, que não se refere somente aos cuidados recomendados, organizados e em versões únicas, mas também àqueles plurais que transbordam, que evadem, que denunciam, que são táticas de acrobacias.

Também traz-se as ideias de cuidado formulada pela médica Annemarie Mol para compor este trabalho, por meio das contribuições de Moraes e Arendt

(2013). Ao refletir sobre esse ponto, a autora entende duas lógicas possíveis: a *lógica da escolha* e a *lógica do cuidado*.

Ao se pensar sobre cuidado a partir da prática da *lógica da escolha*, direciona-se a certo raciocínio oficial: um sujeito cuida de um outro, que carece de cuidados. Sendo assim, antes mesmo que se dê o contato entre os atores, os preceitos que regem a relação de cuidado já estão reunidos e determinados. Por esse motivo, um sujeito dotado de teorias legitimadas cientificamente, determinará o que será realizado para que se (re)estabeleça uma vida favorecida de bem-estar e saúde ao outro que, por sua vez, deverá acatar as indicações.

Outras compreensões remetem a novas maneiras de olhar. A *lógica do cuidado* vai para além de prescrições fundamentadas em normas e práticas gerais, constroem-se nas relações e nos encontros. Leva em consideração o caso a caso e o contexto. “É um exercício de atenção, acolhimento e escuta da singularidade de uma vida” que “[...] envolve negociação, o estabelecer de pactos – que podem ser repactuados – uma temporalidade que abarca as necessidades singulares de cada um, pois [...]” (FREITAS, 2017, p. 75), as demandas que hoje são uma, amanhã podem ser diferentes.

Em outras palavras: “A lógica do cuidado implica considerar o viver como algo crônico, que se faz dia a dia através das conexões locais, situadas, encarnadas, capazes de produzir estes coletivos, estes amálgamas de coisas tão estranhas e díspares [...]” (MORAES; ARENDT, 2013, p. 320).

Seria como um partilhar *com o outro*, que passa pela via das conexões, dos afetos e da confiança. É uma construção de si e de mundo, a partir das experiências que emergem nos encontros que criam e potencializam cuidado, acolhimento e modos de existir.

É um corpo que cuida e é cuidado, toca e é tocado concomitantemente, onde acolhidos e acolhedores geram um movimento que ajuda a produzir vida e a concentrar forças. Como diz Macerata, Dias e Passos (2014):

O cuidado da experiência é uma prática que se dá pelo compartilhamento das experiências (com as drogas, com a rua, com os movimentos sociais) e assim se efetiva como experiência de cuidado, em um exercício ético de se colocar em relação, uma prática clínico-política (p. 39).

Para que esses movimentos sejam possíveis, é preciso se permitir aos encontros, surpreender-se e experimentar. Colocar-se indefinível. Disponível. Alcançável. Receptivo. Aceitante. Dar abertura e passagem às (re)existências. Deixar ser tombado e derrubado, para que a experiência dele se apodere. Para Bondia (2002), o sujeito incapaz de experiência seria forte, inatingível e anestesiado, definido por seu poder, por sua vontade e por seu saber. Em contrapartida:

[...] o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial. O sujeito da experiência é um sujeito “ex-posto”. Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “imposição” (nossa maneira de impormos), nem a “proposição” (nossa maneira de propormos), mas a “exposição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe” (BONDIA, 2002, p. 24).

Assim, a premissa desta pesquisa é no sentido de trabalhar com o outro, e também com nós mesmos, de modo que estejamos expostos, acessíveis, para que seja possível ir em direção a um cuidado compartilhado, miscigenado, onde as trocas se misturam e se transformam. Acredita-se que quando cuidamos com o outro é possível trilhar caminhos potentes, romper utopias e dar passagem ao novo e inesperado.

Foucault (2009) trabalha a “cultura de si” como um termo que representa a valorização e intensificação das relações de si para consigo, o ocupar-se com a própria alma, tema antigo na cultura grega. O autor afirma que não se deve exercer cuidados sobre as riquezas e a honra, mas sobre o que é mais precioso: aplicar-se e fazer uso de si próprio. O princípio do cuidado de si também tomou a forma de uma prática social, de uma atitude; proporcionou certo modo de

conhecimento e elaboração de um saber; desenvolveu procedimentos, comportamentos e uma arte de viver.

Não poupar esforços para “formar-se” e “transformar-se”: diferentes formas que o cuidado de si deve tomar para procurar unir-se a si mesmo, saber aperfeiçoar a própria alma durante toda a vida e a todo momento, como um privilégio-dever, dom-obrigação (FOUCAULT, 2009).

Pode-se recorrer a diferentes formas para exercer o cuidado, mas para isso é preciso tempo, que demanda um conjunto de ocupações. Ficar face a face consigo mesmo, filosofar, cuidar do corpo, voltar-se para si, refletir, recolher-se, inspirar, tomar posse de si. Tudo isso pode implicar um labor, que é acompanhado de exercícios, tarefas práticas e atividades diversificadas (FOUCAULT, 2009).

Além dessas práticas, o autor explica que também existem “[...] as conversas com um confidente, com amigos, com um guia ou diretor; às quais se acrescenta correspondência onde se expõe o estado da própria alma, solicita-se conselhos, ou eles são fornecidos a quem deles necessita” (p. 56-57).

Como se vê, algumas práticas do cuidado de si também permitem receber a ajuda de outras pessoas, inclusive aconselha-se a quem quer ter cuidado com si próprio a buscar ajuda do outro, não necessariamente um técnico competente e sábio, mas o outro que pode ter a oportunidade de experimentar sua franqueza.

Sendo assim, como se pode perceber, a cultura de si não constitui um exercício de solidão; mas, na verdade, uma prática social, uma comunicação com outrem, pois “o cuidado de si – ou os cuidados que se tem com o cuidado que os outros devem ter consigo mesmos – aparece então como uma intensificação das relações sociais” (FOUCAULT, 2009, p. 58; 59).

Para Foucault (2009), portanto, o cuidado de si aparece diretamente conectado a um “serviço de alma”, que permite a possibilidade de trocas de cuidado com o outro, obrigações e preocupações recíprocas. Cuidado de si que se entrelaça com o cuidado do outro, que são mais potentes quando estão juntos. Não mais

vistos separadamente, o si e o outro emergem no mesmo plano, na constituição do sujeito.

Podemos, nós, *ser cuidado!* Sendo cuidado para o outro e com o outro, mutuamente. O que temos feito de nós/do outro e o que podemos fazer com isso?

## **2 EXAUSTOS, CORRENDO E, CONFORTAVELMENTE, ENTORPECIDOS: TRIUNFOS DE UMA GLOBALIZAÇÃO SOBRE-HUMANA E INACESSÍVEL**

### **2.1 FÁBRICA DE IMOBILIDADES E OS (DES)CAMINHOS DA DESIGUALDADE**

É evidente que há importantes repercussões econômicas, sociais, ambientais, sanitárias e culturais ligadas ao fenômeno da globalização, como, por exemplo, o crescimento e desenvolvimento do comércio, a livre circulação de capital, a facilidade no trânsito de pessoas e a expansão da comunicação e da informação; porém seus efeitos perversos também afetam diária e diretamente a sociedade e seus membros, principalmente uma parcela específica da população (BUSS, 2007). Isso porque:

O processo de globalização atual está produzindo resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos. Está criando riquezas, mas são demasiados os países e as pessoas que não participam dos benefícios [...]. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres, que subsistem de forma precária e à margem da economia global. Mesmo nos países com bons resultados econômicos, muitos trabalhadores e comunidades têm sido prejudicados pelo processo de globalização (BUSS, 2007, p. 1576).

A não democratização da distribuição dos recursos e benefícios, bem como a falta de equidade nas regras comerciais para países desenvolvidos e subdesenvolvidos contribuem com a desigualdade global à medida que os acúmulos das riquezas são direcionados para determinados grupos privilegiados. Para alguns, a pobreza torna-se uma dura realidade, que afeta direta ou indiretamente as condições de saúde, moradia, educação e trabalho; assim como, conseqüentemente, interfere no possível cuidado ofertado a essas pessoas mais vulneráveis (BUSS, 2007).

Para Buss, as “desigualdades ocorrem tanto nos níveis de saúde e nutrição (morbidade, incapacidade e mortalidade), como também no acesso aos serviços sociais e de saúde” (p.1578, 1579). Também são conseqüências do mundo globalizado, os problemas referentes à desnutrição, fome, mortalidade e

atraso no desenvolvimento infantil, transnacionalização das doenças transmissíveis, entre outros fatores. Entende-se que:

[...]o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2010, p. 04).

A dificuldade de acesso aos bens e aos serviços básicos – como saúde, moradia, higiene, educação, vestuário e alimentação – muitas vezes faz da carteira profissional de trabalho um documento utópico, que, na sociedade capitalista e competitiva, representa os trabalhadores “honestos” e “dignos”, em oposição aos “inúteis” ou “vagabundos”.

Segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), anterior ao rendimento pela venda do trabalho, é necessário possuir determinadas condições e garantias de sobrevivência para, também, oferecer trabalho (alimentação, vestuário, condução, moradia).

Não basta querer trabalhar! Não é apenas a força de trabalho que é analisada nos processos seletivos, mas o local onde o sujeito reside, a maneira como se veste, se faz diariamente a barba e os cabelos. A aparência de um corpo, estabelecida por um suposto parâmetro de uma ordem legítima de vida, é julgada antes mesmo de a força de produção e conhecimento do sujeito serem colocadas em prática. A não ser que sejam subempregos onde isso não teria tanta importância.

Com exigências cada vez maiores, o mercado de trabalho tornou-se, para alguns, um vínculo praticamente inalcançável. No mesmo sentido desse pensamento:

Na determinação de quem compõe essa camada social atuam fatores individuais e socioculturais. O mercado de trabalho seleciona os mais aptos; ou seja, os que se enquadram nas exigências do processo produtivo, deixando para os que menos se enquadram o lugar de *reserva*, onde cumprirão as tarefas menos valorizadas, mais malremuneradas, recaindo ainda sobre eles o estigma do trabalho não

legitimado e a ameaça de serem vistos como classes perigosas (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 21).

Para regular o sistema produtivo, o trabalho informal compõe certa estrutura de organização do mercado, que necessita das pessoas que, no jargão popular, são chamadas de “pau para toda obra”, com remunerações inadequadas para movimentar as engrenagens da economia (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004). Assim, observa-se uma significativa inserção irregular do sujeito no mercado de trabalho “informal”, que é composto por várias categorias, como, por exemplo, o peão, o boia-fria, a lavadeira, o catador de papelão e os “bicos” em geral.

Esses trabalhadores, geralmente ocupam funções temporárias, e possuem um histórico profissional segmentado, com escasso aperfeiçoamento e capacitação. Normalmente não possuem acesso a serviços de seguridade social e assistência, trabalham em condições de risco, insalubridade e desempenham funções socialmente desvalorizadas.

Esses sujeitos que não conseguem fazer parte de um determinado grupo produtivo acabam sendo privados de serviços, bens e garantias, fatores que apontam para uma “relação significativa entre as situações de miséria e a reestruturação do aparelho produtivo” (CASTEL, 1997, p. 33). Segundo Sposatti (1996), citado por Wanderley (2004):

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade [...] No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública (p. 20).

Para Sawaia (2004), a exclusão social é entendida como um fenômeno multidimensional, um processo sócio-histórico complexo com dimensões políticas, subjetivas e materiais que envolvem o sujeito por inteiro e suas relações.

Castel (1997) trabalha com os processos de desfiliação ao invés de utilizar como instrumento de análise o tema da exclusão. A desfiliação é marcada pelo duplo processo de desligamento, que articula ausência de trabalho e isolamento relacional, processo em que os sujeitos deixam de pertencer e de estar vinculados a esse universo produtivo e social importante e necessário.

Em sua análise, Castel (1997) delinea três zonas no espaço social que estão em constante movimento e interação: (i) a *zona de integração* envolve o trabalho fixo e os fortes vínculos de relacionamento; (ii) a *zona de vulnerabilidade* é um espaço social de instabilidade, que articula a precariedade do trabalho ao frágil apoio relacional; e, (iii) por sua vez, a *zona de desfiliação*, também compreendida como zona de marginalidade: une ausência de trabalho com a quebra dos vínculos sociais.

Ressalta-se que o ator principal encontrado nessa última zona, normalmente é o sujeito, que não trabalha mesmo estando apto a trabalhar, o considerado típico “vagabundo”, que se encontra rejeitado, sem reconhecimento e que, conseqüentemente, sofre medidas repressivas e cruéis.

Deve-se abrir um parêntese: apesar de considerar importante a ideia das zonas de desfiliação como um instrumento de pesquisa e reflexão, deve-se problematizá-la para não cairmos em algumas armadilhas que, geralmente, são tendências perigosas.

As pessoas que se encontram na zona de integração e até mesmo na zona de vulnerabilidade – possivelmente integrantes da classe média/alta – são, necessariamente, mais estáveis e desfrutam de uma boa vida? E as pessoas que se encontram na zona de desfiliação – possivelmente os marginalizados, dentre os quais pode se incluir a população em situação de rua – não são capazes de construir vínculos em seus territórios?

Esses questionamentos são importantes justamente porque a linha civilizatória, que nos perpassa, possui uma tendência de querer penalizar, condoer ou salvar aqueles considerados “degradados”, como se as pessoas que se encontram na zona de integração estivessem em melhores condições de vida e de saúde

mental que os demais, ou seja, supostamente acima daqueles que se encontram nas zonas de desfiliação.

Isso porque analisar se os integrantes de uma determinada zona estão mais “saudáveis” em comparação com os integrantes de outras zonas vai depender do critério que for empregado. Por exemplo, se o critério for o poder econômico-aquisitivo, muito provavelmente os integrantes da zona de integração estarão em um patamar hierarquicamente superior, conclusão que não é a mesma se, por exemplo, o critério for a construção de vínculos de afetividade e afinidade. Afinal, morar na rua não é sinônimo de solidão e individualismo.

A marginalidade é um produto do processo da desfiliação, que representa as pessoas abandonadas pelo desenvolvimento, aquelas que não desejaram ou não puderam se inclinar às cobranças da globalização (CASTEL, 1997).

O autor trabalha com duas formas principais de marginalidade: (i) a marginalidade *livre*, que se caracteriza não só pelo afastamento do trabalho fixo, mas também em relação aos serviços sociais de assistência; e (ii) os marginais *institucionalizados*, ou seja, aquelas pessoas que vivem em espaços separados das demais, pois foram retiradas da vida em sociedade por um período provisório ou definitivo.

É importante destacar que as “situações marginais” não necessariamente são determinadas pela situação econômica, mas também pela falta de um lugar, seja pela ordem do trabalho, seja pela ordem social comunitária e, até mesmo, pela manutenção de uma desigualdade entre determinados grupos que precisam estabelecer uma linha de diferença entre *vagabundos* e *turistas*.

A contraposição entre *vagabundos* e *turistas* é feita por Bauman (1999). Segundo o autor, os vagabundos seriam aqueles que:

[...] quebram a norma e solapam a ordem. São uns estraga-prazeres meramente por estarem por perto, pois não lubrificam as engrenagens da sociedade de consumo, não acrescentam nada à prosperidade da economia transformada em indústria de turismo. São inúteis, no único sentido de “inutilidade” em que se pode pensar numa sociedade de consumo ou de turistas. E por serem inúteis são também indesejáveis. Como indesejáveis, são naturalmente estigmatizados, viram bodes expiatórios (p. 104).

De outro lado, o autor descreve os *turistas* fazendo a referida contraposição com os *vagabundos*:

[...] tomam-se andarilhos e colocam os sonhos agrídoces da saudade acima dos confortos do lar – porque assim o querem ou porque consideram essa a estratégia de vida mais racional “nas circunstâncias” ou porque foram seduzidos pelos prazeres reais ou imaginários de uma vida hedonística. [...] os turistas ficam e se vão ao seu bel-prazer. Deixam um lugar quando novas oportunidades ainda não experimentadas acenam de outra parte. Os vagabundos sabem que não ficarão muito tempo num lugar, por mais que o desejem, pois provavelmente em nenhum lugar onde pousem serão bem-recebidos (BAUMAN, 1999. p. 100-101).

Como ressalta o autor, evidentemente, os turistas também enfrentam alguns obstáculos, como a falta de tempo, a dificuldade de fazer determinadas escolhas, a impossibilidade de relaxar entre os outros. Porém, suas vidas não teriam o mesmo sentido e de prazer, se não fossem os *vagabundos* para mostrarem como seria caso estivessem do “outro lado da moeda”. É, ao fim e ao cabo, um paradoxo.

A vida do turista é um tanto mais suportável, porque, embora seja mais confortável materialmente, eles se veem assombrados pelo pesadelo, que se observa no modo de vida dos vagabundos. Portanto, é de interesse dos turistas tornar a outra possibilidade de vida a mais abominável e fétida possível, pois

Quanto menos atraente for o destino do vagabundo, mais saborosas serão as peregrinações do turista. Quanto pior a angústia dos vagabundos, melhor será a sensação experimentada pelo turista. Se não houvesse vagabundos, os turistas teriam que inventá-los (BAUMAN, 1999, p. 107).

Os turistas não se importam com *o que os vagabundos são ou como vivem*. *O que ocorre, na verdade*, é que se estremecem ao se imaginarem nas mesmas condições que eles, isto é, pensando no que eles *possam vir a ser um dia*. Assim, na tentativa de expulsar seus próprios medos e pesadelos, os turistas varrem as cidades, exigem exílio e formas de detenção, demarcam espaços, desejam extermínio dos parasitas e criminalizam a pobreza.

Os vagabundos, “colírio para os olhos” dos turistas, geralmente representam uma parcela específica e grandiosa da população: a classe mais pobre e excluída da sociedade.

Para Wanderley (2004), pobreza e exclusão social, no Brasil, são faces de uma mesma moeda,

Embora não se constituindo em sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir (p. 22).

Como afirma Castel (1997), a exclusão não é um destino determinado e essas configurações não são permanentes. É válido salientar que a pobreza é atualmente percebida como um fenômeno multidimensional, que não resulta apenas em ausência de renda, mas também em outros fatores, como, por exemplo, o escasso acesso aos serviços públicos. Segundo Wanderley, a pobreza associa-se à exclusão, “vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia” (p. 23).

A condição de pobreza se estabelece em nossos imaginários a partir da ideia de marginalização, perda de sucesso e degradação moral. A pobreza, que pode ser um dos caminhos possíveis de chegada até à rua, não é apenas um estado econômico e financeiro de um determinado sujeito ou uma determinada população, mas também é um produto histórico que se constitui em meio a critérios de julgamento social e privação (WANDERLEY, 2004). Assim:

O capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 2000, p. 224).

Ressalta-se que *morar na rua não é o destino determinado de toda a população pobre*, mas, conversando com Vieira, Bezerra e Rosa (2004), visualiza-se que se trata de apenas uma das possibilidades que pode ser concretizada em função de outras circunstâncias, relacionadas, por exemplo, às condições de trabalho, moradia, histórias de vidas pessoais, situações individuais, físicas e mentais.

Em síntese, não há uma relação de causa e consequência entre *pobreza e morar na rua*; contudo, nada impede que isso ocorra devido a um resultado perverso oriundo de mudanças econômicas, políticas e sociais que perpassam o coletivo.

Porém, normalmente, culpabiliza-se a pessoa pela condição de vulnerabilidade, responsabilizando-a, inclusive, por não dar conta da própria vida ou da sua família. Essa lógica valoriza apenas o esforço individual como fator de superação em relação às adversidades da vida, desconsiderando, como já visto, todas as circunstâncias externas e todo o contexto que o envolve.

O capitalismo, portanto, acaba fazendo da política social um regime compensatório, em que o sujeito só vai gozar de um determinado benefício, se ele cumprir um determinado padrão que lhe é imposto.

A roda não gira, todavia, para a população miserável, pois são garantidas apenas condições mínimas de gerir os riscos, para manter níveis suportáveis de (sobre)vida. Segundo Foucault (2008), “uma política social que tivesse por objetivo principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política seria necessariamente antieconômica” (p. 196).

E o recado já foi dado pela música popular: *“onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre, e o motivo todo mundo já conhece, é que o de cima sobe e o de baixo desce”*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> AS MENINAS. Xibom Bombom. Universal Music, 1999. Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/as-meninas/44262/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

## 2.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE PERDER TEMPO ÀS FRAGILIDADES DO CUIDAR “COM”

Vivemos em uma sociedade de consumo e somos atravessados por um sistema capitalista, científico e globalizado.

Sobre essa questão, Bauman (1999) afirma que éramos, primordialmente, uma “sociedade de produtores”, cujos membros desempenhavam as funções de soldados e produtores. A sociedade moderna, contudo, possui uma necessidade baixa de recrutar exércitos e mão de obra industrial em escala, voltando sua atenção para captação de seus integrantes na condição de consumidores.

Nas suas palavras: “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (BAUMAN, 1999, p. 88). Assim, o autor afirma que a norma, que nossa sociedade coloca para todas as pessoas, é a capacidade e vontade de exercer essa função: a de consumidor.

Bauman (2008) identifica que a passagem da modernidade “sólida” para “líquida” representa a passagem da “sociedade dos produtores” para a “sociedade dos consumidores”. Modernidade líquida é a expressão de que o autor se vale para explicar justamente a conjuntura desse fenômeno, a qual significa que as instituições e formas sociais não possuem tempo bastante para se solidificarem, impossibilitando que sirvam como uma referência efetiva para os planos e ações a longo prazo.

O autor ainda pontua o seguinte dilema: *é necessário consumir para viver ou é necessário viver para consumir?* A sua intenção é que problematizemos se ainda somos capazes de diferenciar aquele que vive daquele que consome.

Normalmente, a concepção voltada para o consumo gira em torno de produtos e bens materiais, mas também deve-se questionar para além disso: Somos consumidores ou somos consumidos? Como isso tem nos atravessados? E ainda questiono: Como temos cuidado de nós diante dessa realidade?

Pane no sistema, alguém me desconfigurou  
 Aonde estão meus olhos de robô?  
 Eu não sabia, eu não tinha percebido  
 Eu sempre achei que era vivo

Parafuso e fluido em lugar de articulação  
 Até achava que aqui batia um coração  
 Nada é orgânico é tudo programado  
 E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vem eles novamente  
 Eu sei o que vão fazer  
 Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba  
 Leia, vote, não se esqueça  
 Use, seja, ouça, diga  
 Tenha, more, gaste, viva  
 [...]  
 Não senhor, sim senhor  
 Não senhor, sim senhor<sup>4</sup>

Guattari (1987) chama de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) o que não se ocupa apenas com o consumo material, mas também com a criação, segmentarização e o consumo de subjetividade, dos corpos e da vida. Produzimos desejo maquínico de utilização de corpos, das pessoas e da coletividade.

Mercados cada vez mais artificiais são desenvolvidos, remanejamos relações, afetos e informações. Os modos de vida não “tradicionais” são desrespeitados e cobra-se uma homogeneização dos modelos de produção e de controle social, constrói-se um comum a partir do plural universal, sendo produzidas formas uniformes de viver. Progressivamente, os esquemas da cidade são mais reservados, restritivos, análogos e fragmentados em categorias. Guattari (1987) ainda contribui, afirmando:

A livre circulação dos bens e das pessoas tornou-se privilégio das novas aristocracias integradas. Todas as outras categorias de população são “designadas a residência” num setor particular do planeta, que tende a se tornar ele próprio uma verdadeira fábrica mundial, à qual são anexados campos de trabalho forçado, guetos e também campos de extermínio, campos de morte [...]. Assim, o CMI pode fazer coexistir uma perspectiva de “progresso social” nas zonas

---

<sup>4</sup> PITY. **Admirável Chip Novo**. Deckdisc/Polysom: 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2OVZKV4>> Acesso em: 22 jul. 2018.

opulentas (melhora das condições de vida e das condições de trabalho, do ponto de vista da duração, e da qualidade das relações humanas, etc.) com uma política de contenção e mesmo de exterminação da força coletiva de trabalho de outras regiões (p. 216).

No capitalismo, a participação do trabalhador tem ficado cada vez mais limitada, seja pela substituição do homem por máquinas, seja porque suas particularidades, por vezes, são diluídas. Nesse sentido, algumas pessoas tornam-se facilmente substituíveis, qualquer uma pode desenvolver igualmente o trabalho; afinal, os produtos industriais são padronizados e uniformes. Assim, Lustoza (2009) argumenta que, na verdade, o que o capitalismo torna supérfluo é o próprio trabalhador, que passa a conviver com a ameaça de ser mais um na fila do desemprego.

A possibilidade de diferenciar-se é restrita. Estamos programados para viver de acordo os padrões, de maneira coesa e produtiva. Somos tratados como um simples corpo biológico, que não vive, apenas sobrevive (ZAMORA, 2008), "(...) julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer" (FOUCAULT, 2014, p. 180).

Somos atravessados por uma sociedade capitalista, em que corpos e mundos se articulam, ambos são causa e efeito dos movimentos um do outro, afetam e são afetados, induzem e são induzidos (DESPRET, 2004).

Guitart (2011) afirma que nossa sociedade afeta uma vasta gama de fenômenos psicológicos, como áreas da saúde mental, personalidade, motivação, entre outros. Como se pode perceber, são vários efeitos em nossas vidas, visto que a subjetividade e o campo social influenciam um ao outro reciprocamente e o tempo todo.

O autor pontua ainda que diversos acadêmicos americanos, como Schwartz & Ward (2006), Kasser & Kanner (2004), Bauman (2005) e Cross (1993) estudam alguns efeitos psicológicos do modo de vida consumista e capitalista. A incessante necessidade de estímulos sensoriais, o intenso prazer material, o desejo de novidade, comportamentos característicos de impulsividade e hiperatividade, insatisfação com a vida tradicional e familiar, identificação de si

mesmo com produtos comerciais, falha da memória histórica são exemplos dos efeitos psicológicos.

No capitalismo, os meios de produção são majoritariamente de propriedade privada; e, nos mercados livres, os serviços têm o lucro como objetivo principal em que o consumo, a concorrência e o materialismo são os elementos desse sistema.

Somos consumidores e estamos em movimento e designados a nos mover ainda mais. Não ficamos tempo suficiente em um determinado lugar, justamente para que sejamos apenas visitantes. Há uma inquietude, uma mania constante de mudança. Nenhuma necessidade e nenhum último desejo deverão ser entendidos como inteiramente satisfeitos, pois tudo é volátil e momentâneo.

Em um instante, tudo muda: o desejo pelo objeto e o objeto de desejo. Consome-se vontade de desejar algo que ainda não foi possível ter e, preferencialmente, no menor tempo possível. Caso contrário, o sistema poderia se enfraquecer, tendo em vista que há uma oferta crescente de mercadoria que deve corresponder a uma nova demanda constantemente renovada (LUSTOZA, 2009). Vê-se, assim, que:

A necessária redução do tempo é melhor alcançada se os consumidores não puderem prestar atenção ou concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto; isto é, se forem impacientes, impetuosos, indóceis e, acima de tudo, facilmente instigáveis e também se facilmente perderem o interesse (BAUMAM, 1999, p. 90).

Os objetos de consumo responsáveis por trazer satisfação imediata e pontual rapidamente tornam-se descartáveis, como se fossem apenas um meio para atingir um suposto fim. Essa relação não existe apenas quanto a um produto material, mas também com nós mesmos e com o outro, “a ponto de os homens passarem a interpretar-se a si próprios como mercadoria também, no sentido de algo para ser usado e descartado” (LUSTOZA, 2009, p. 50), desfavorecendo, assim, a formação de conexões e laços sociais sólidos.

Em outras palavras, as ideologias e as instituições do capitalismo corporativo promovem, mantêm e encorajam um conjunto de valores baseados no materialismo, independentes e egoístas, forte desejo de sucesso financeiro e crescimento econômico, hedonismo, altos níveis de consumo e estilos interpessoais baseados na concorrência. Valores e práticas que muitas vezes entram em conflito com atividades como

cuidar do mundo mais amplo, ter relações íntimas com os outros, sentir-se digno e gratuito, compartilhar produtos e esforços ou solidariedade. (BAKAN, 2004; JAMES, 2008; KASSER, 2002 et al. apud GUITART, 2011, p. 6).

O consumidor *ideal* está constantemente em estado de alerta, inquieto e sem descanso para aumentar sua capacidade de consumo, ou seja, ele está continuamente exposto a novas provocações, em um estado contínuo de excitação e sempre ávido por novas atrações. Ficar sentado ou parado é praticamente inadmissível: “o consumismo é assim o análogo social da psicopatologia da depressão, com seus sintomas gêmeos em choque: o nervosismo e a insônia” (CARROLL, J. 2008, apud BAUMAN, Z. 1999, p. 91).

Atravessados por essa lógica de consumo a qualquer preço e sem medidas, o caminho da “salvação” foi traçado: “consume e sinta-se bem”. Porém, nós podemos cobiçar ser consumidores em potencial, mas nem todos podem se permitir consumir amplamente as ofertas que esse modo de vida oferece.

A sociedade de consumo é dividida entre aqueles que podem escolher dentre tantas opções oferecidas e aqueles para quem essa tarefa é árdua, não porque não sabem ou não querem fazer escolhas, mas porque o potencial de consumo é tão limitado quanto os seus recursos, afinal, “desejar não basta [...] Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes” (BAUMAN, 1999, p. 94).

Aqueles que conseguem ter acesso ao produto da mídia, ao objeto de última geração, às informações em tempo real, aos serviços de alto padrão, às viagens culturais e tantos outros bens, normalmente, abandonam a sujeira das regiões onde se encontram os “vagabundos”, aqueles que não tiveram essas oportunidades e opções, que são geralmente expulsos dos lugares onde gostariam de ficar, onde não são bem-vindos, espaços destinados aos consumidores em potencial de produtos midiáticos e renomados. O que não significa dizer que os “vagabundos” não são consumidores ou que estão a par desses processos. Fica a reflexão: como e o que conseguem consumir?

Nesse contexto, evitando e afastando o outro-diferente, bem como sem tempo a perder para escutar, refletir e observar, ser sensível e paciente, deixamos de ser porosos, tendentes a absorver o que vem das pessoas, e passamos a ficar

temporariamente maciços e engessados, como se o que vem do outro não encontrasse com nós mesmos.

Bondia (2002) discorre, em seu trabalho, alguns tópicos que dificultam nossas possibilidades de experiências, tornando-as cada vez mais raras em nossa sociedade. Em primeiro lugar, o *excesso de informação*; pode-se dizer que estamos sempre informados ou em busca disso, porém, mesmo com tudo que aprendemos ou sabemos nada acontece, toca, sucede. Por si só a informação não é experiência e também não dá lugar para ela.

Em segundo lugar, a *obsessão pela opinião*; passamos toda a nossa vida, ou grande parte dela, opinando sobre qualquer coisa sobre a qual achamos estar informados. Um sujeito manipulado e fabricado pelos mecanismos da união perversa entre informação e opinião é considerado pelo autor como incapaz de experiência, visto que essa aliança ocupa todo o espaço do acontecer.

Em terceiro lugar, o autor discorre sobre o *excesso de trabalho*; clarifica que experiência e trabalho são duas coisas completamente distintas, embora exista um entendimento, que com os livros e instituições de ensino se aprenda a teoria, e no trabalho se obtém a experiência, quer dizer, o saber adquirido da prática. Para o autor, o trabalho é uma atividade que deriva da pretensão de conformar o mundo conforme seu poder, vontade e saber. O sujeito moderno é atravessado pela necessidade de fazer algo ou alguma coisa, está permanentemente em movimento, agitado e em ação, independentemente se o desejo estiver motivado por uma vontade boa ou má.

Em quarto lugar, a experiência é cada vez mais rara em consequência da *falta de tempo*, e aqui convém um enfoque mais delineado. Conforme diz Bondia (2002):

Tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera. O acontecimento nos é dado na forma de choque, do estímulo, da sensação pura, na forma da vivência instantânea, pontual e fragmentada. A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos. Impedem também a memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro que igualmente

nos excita por um momento, mas sem deixar qualquer vestígio. O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito. Quer estar permanentemente excitado e já se tornou incapaz de silêncio (p. 23).

O sujeito agitado diante da informação acelerada e da impossibilidade de ficar para trás, toma o tempo como uma mercadoria ou como um valor, que deve ser sempre aplicado e jamais protelado; porém, nessa velocidade, nada nos acontece. Ademais “por essa obsessão por seguir o curso acelerado do tempo, este sujeito já não tem tempo” (p. 23). Não nos é permitido parar e, como resultado, nada nos toca. Entende-se que:

Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece. Por isso, a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência (BONDIA, 2002. p. 23).

E nesse sentido, observa-se que o cuidado em que acreditamos, aquele construído nos encontros e que tem efeito de potencializar vidas, é atropelado por um tempo outro, se enfraquece e é transformado em práticas sem experiências, habituais e de controle.

Em contrapartida a esse cuidado “com”, mas em direção à lógica de um sistema globalizado, nós – sociedade, profissionais – estamos impenetráveis e ficamos fissurados, buscando meios para salvar imediatamente os chamados “irregulares” dos males de uma vida supostamente degradada, já que ela não contempla o modelo de vida habitual e capitalista e, quando não conseguimos salvá-los rapidamente, culpamo-nos por um suposto fracasso.

Enquanto profissionais da área da saúde, assistência, educação, entre outras, precisamos identificar que nem sempre damos conta de acompanhar o ritmo acelerado das demandas que chegam diariamente até nós, bem como reconhecer que existem limitações e lacunas consideráveis no nosso trabalho. Ademais, é necessário admitir que também os profissionais precisam de cuidado e acolhimento para dar conta de ofertar um serviço de qualidade.

Tanto o *profissional* que atua “sobre” o outro, quanto aquele que *precisará ser salvo* são atravessados pelo mesmo sistema e modo de produção, porém, os seus afetamentos e interesses podem diferenciar-se. A grande questão é que,

geralmente, os ditos especialistas não permitem ser tocados, entregar-se ao outro e colocar em análise seus valores e suas teorias. Pautados na descrença e imediatismos, pretendem organizar um único e endurecido fim, em que a vida é premeditada. Consequentemente, desconhecem as inúmeras possibilidades e capacidades do público atendido, e dificultando a aproximação e criação *com* o outro, que, nessa perspectiva, é um ser estranho e isolado.

Como mencionado, na tentativa de acabar ou definir o destino dos “desviantes”, buscam-se medidas imediatas e reducionistas, prática simplista e perigosa que Lancetti (2015) chama de Contrafissura:

A contrafissura é uma paixão propriamente capitalística. Como uma alma, atravessa todos os territórios da existência e não se manifesta exclusivamente nos proibicionistas. Todos estamos nela como habitantes e habitados pela sociedade de controle (LANCETTI, 2015, p. 31).

Na necessidade imposta de resolver a problemática a todo custo e o mais rápido possível, muitas vezes despreza-se o momento do sujeito, ultrapassam-se os limites de um corpo, não há tempo de compartilhar experiências e cuidados, dando lugar ao instituído, programado e já colocado. Procuram-se tratamentos que visam à “[...] eliminação da experiência fora da ordem social: dos que não vivem em domicílios, em família, dos que não consomem no mercado dos bens lícitos e prescritos” (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p. 24).

Não necessariamente essa postura revela um desinteresse ou má-fé dos profissionais que trabalham com pessoas, mas deve-se destacar que a falta de contato, sensibilidade, tato e capacitação, o excesso de funções e de demandas, além dos efeitos causados pelo meio em que vivemos, podem ser obstáculos a uma reflexão mais sólida sobre as consequências de nossas práticas (SCISLESKI; GONÇALVES; DA CRUZ, 2015). Colocamo-nos a serviço do quê?

Os cuidadores, atravessados pela lógica do cuidado prescritivo em saúde, têm ações que prezam pela objetividade e resolutividade [...] Resolução daquilo que o usuário requer ou daquilo que os cuidadores banalizados pelo saber da saúde, imaginam ser o correto? (LODERO; CECCIM; BILIBIO; 2014, p. 7).

Em uma sociedade exigente e rápida demais, é desafiador andar ao lado e pensar junto; investir em ações de cuidado que amparem o surpreendente e o

imprevisível, ações pacientes que ultrapassem o já colocado e o prescrito e que operem para além dos dispositivos de normalização.

Há alguém aí dentro? Estamos “confortavelmente entorpecidos”<sup>5</sup>, para assim, mesmo exaustos, continuarmos correndo em uma velocidade sobre-humana.

Por isso, é preciso estarmos atentos para perceber as teias que nos capturam e os modelos que se naturalizam e institucionalizam com o tempo – e a todo tempo – ajudando a reforçar a lógica do fascismo.

Talvez o mais difícil seja sair do automático e da nossa zona de conforto, para se permitir sentir e encontrar com pessoas que podem nos virar do avesso, que não necessariamente se habitua aos modelos tradicionais de intervenção e cuidado já propostos, mas que podem nos dar pistas de como querem trocar cuidado.

É preciso resistir, persistir e combater nossas “fissuras” que operam na vida do outro sem permitir licença, pois:

Parece necessário desenvolver certa sensibilidade de acolhimento para conectar a subjetividade do usuário, mesmo que sem palavras. É importante estar atento à maneira com a qual é proposta uma oferta de cuidado, de maneira que ela seja compatível para com o usuário, não a escuta para fins de convencimento quanto aos exames, medicamentos e procedimentos que julgemos importantes para o ‘seu’ bem-estar (LODERO, CECCIM, BILIBIO, 2014, p. 8).

O cuidado ofertado à população de rua também representa o cuidado que atravessa o coletivo, que, como exposto, anda deteriorado pelos valores que percorrem a sociedade em que vivemos. Logo, há muito a se fazer! Precisamos ser porosos e sensíveis para enxergar tudo isso, para exercitar o contato com o novo, bem como compartilhar o cuidado com o outro de uma maneira tal que dispense a velocidade e instantaneidade com que temos vivenciado nossas vidas.

---

<sup>5</sup> Fonte: GILMOUR, David; WATERS, Rogers; Comfortably numb. In: Pink Floyd. **The Wall**, 1979.

Bondia (2002), contribui com:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p. 19).

Como temos cuidado das pessoas que vivem em situação de rua, digo, de toda a cidade, ou melhor, como temos cuidado de nós?

O encontro com as diversas formas de viver e estar nas ruas nos convoca a pensar sobre o cuidado com a vida existente de maneira a ampliar a perspectiva do cuidado uniforme e ideal, produzindo reflexões, que apostam em uma vida livre, e tratam a questão de modo ético. Colocando em análise os preconceitos morais e sendo um vetor de disparo em direção a uma aposta do acolhimento das diferenças, bem como da criação de novos sentidos e objetivos.

Nessa perspectiva, aproximar-se das pessoas consideradas “(a)normais” é uma luta mais abrangente, não só com as pessoas que vivem em situação de rua, mas com todos que desejam coletivos múltiplos, sensíveis, heterogêneos, acolhedores, sem distinção de sexo, cor, cultura ou credo. Atualmente, vê-se uma série de movimentos de resistência, que recusa perspectivas opressoras, controladoras e capitalísticas, que nos encorajam a continuar caminhando “com”, a confiar e investir em espaços de troca de cuidado, sendo movidos por aqueles com quem trabalhamos e nos permitindo encontrar as inúmeras respostas possíveis que a vida possui.

Em contrapartida, concomitante aos movimentos de luta e exercícios de resistência, nos últimos anos vive-se em tempos de arbitrariedade, acirramento e insegurança política. É um cenário sombrio e de muitas incertezas que podem resultar em menos investimento público e mais enclausuramento social - visto que a injustiça e o preconceito são atitudes normalmente justificadas com teorias destorcidas e perigosas - pois como as ideias estão sendo implantadas, coloca em risco o modo como nos relacionamos com as pessoas, já que há uma

inversão da lógica: buscamos nos proteger de um outro que é estranho aos nossos olhos.

Ainda nos causa espanto observar a disseminação de discursos que minoram a potência do viver e que produzem mais rejeição e dicotomia. Vive-se em estado de alerta, em um ringue de vale tudo!

Buscando superar o abismo entre as maneiras distintas de habitar a cidade e de minimizar a relação de separação entre classes sociais, queremos nos aproximar e falar com gente! Sobre o que elas querem falar? Para além da “vida nas ruas”, precisa-se falar sobre vida. Não queremos, aqui, seguir um caminho, que já fora trilhado, mas convocar coletivos e pensamentos conectados.

### 2.3 O FIO DA NAVALHA: FRONTEIRAS MOVEDIÇAS ENTRE CUIDADO E CONTROLE

Propostas de cuidado podem se transformar em política de controle do Estado, à medida que têm acesso às pessoas apenas para dizer como elas devem usar, fazer, conviver, ter e ser.

Assim como Macerata (2010), entende-se que a problemática do *cuidado* é inseparável das discussões acerca do *controle* populacional, ou seja, das práticas higienistas, da eliminação de determinadas pessoas malquistas, da docilização dos corpos e dominação da vida. Como cuidar sem que para isso seja preciso controlar?

Segundo Foucault (2014), durante a Época Clássica, o corpo foi descoberto como objeto de alvo e poder, em que, por meio de um conjunto de regulamentos, as operações do corpo eram controladas ou corrigidas, circulando a noção de “docilidade”, que conecta ao corpo analisável e manipulável. O corpo que está preso ao interior de poderes que impõem limites, obrigações e proibições, pode ser utilizado, resignado, transformado e lapidado, tornando-se assim, um corpo dócil.

Sabe-se que o corpo é objeto de investimento há algum tempo, porém, nesses regulamentos, apareceu algo de novo que irá despertar interesse no século XVIII:

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade, enfim: implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Os processos disciplinares já existiam nos conventos e nos exércitos, porém, as disciplinas que são tratadas aqui, no decorrer do século XVII e XVIII, passam a ser métodos integrais de dominação, que não se fundamentam em uma relação de apropriação dos corpos, como na escravidão; de dominação constante e global, como da domesticidade; de subordinação codificada, como na vassalagem; ou do ascetismo.

A disciplina visa, por meio do mesmo mecanismo, tornar o corpo mais útil e mais obediente e não unicamente aumentar suas habilidades ou aprofundar sua sujeição, nascendo, assim, uma “arte do corpo humano” em que o trabalho é feito sobre o corpo, manipulando seus comportamentos, gestos e elementos. Nesse sentido,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Essa “anatomia política” não deve ser entendida como uma “descoberta” repentina, mas como uma pluralidade de processos, muitas vezes mínimos e sutis, que possuem origens diversas. Acontece no cotidiano, nas pequenas

coisas, nos detalhes e de maneira espaçada, repetida e difusa; contudo, possui grande poder de propagação e define certo modo de investimento político e esmiuçado do corpo. A disciplina levará consigo um conjunto de saberes e técnicas nos quais devemos ficar atentos, pois, como já disse Foucault (2014), “[...] é uma anatomia política do detalhe” (p. 137).

De modo geral, a disciplina utilizará de algumas técnicas buscando dividir os indivíduos no espaço e controlar suas atividades, fazendo funcionar, ao mesmo tempo, locais úteis e estruturados, mas também de vigilância, controle e dominação. São técnicas que permitem o esquadramento, a obediência e a imposição de uma ordem.

Tais técnicas de poder centradas no corpo individual, denominadas de tecnologia disciplinar, davam ao soberano o direito de vida e de morte, ou seja, o direito de “fazer morrer” ou de “deixar viver”, visto que o poder sobre a vida é exercido pelo soberano na medida em que se pode matar.

Na segunda metade do século XVIII, uma nova tecnologia de poder vem para completar esse direito de soberania, um novo direito/poder científico e contínuo, que não exclui o primeiro, mas o penetra e se instala como o direito de “fazer viver” e de “deixar morrer”, ou seja, o direito de intervir na vida para organizá-la e proliferar a sua respectiva duração, controlando deficiências, desviando eventualidades e acidentes (FOUCAULT, 1999).

Essa nova tecnologia chamada de *biopolítica* aplicar-se-á à vida das pessoas, à população, pois se “dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processo de conjunto que são próprios da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Cria-se uma tomada de poder, que considera a vida e os processos biológicos do homem; que assegura não uma disciplina, mas estados globais de equilíbrio e regulamentação das massas mediante mecanismos gerais.

Como defendido pelo próprio autor, há uma tecnologia do corpo em ambos os casos, tanto na técnica disciplinar quanto na biopolítica. Porém, na tecnologia disciplinar, o corpo é individualizado; na biopolítica, os corpos são recolocados

em processos biológicos de conjunto, cujos principais alvos de controle são os processos de natalidade, mortalidade, morbidade, incapacidades biológicas diversas, dentre outros, como se pode ver:

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Nesse domínio da vida, o *racismo de estado*, conceito trabalhado por Foucault (1999), se insere como mecanismo fundamental, que introduz um corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

Assim, é produzida uma diferença entre alguns grupos em relação aos outros no interior de uma determinada população, a partir do momento em que fragmenta um campo biológico com a subdivisão, distinção e hierarquização da espécie, mediante uma classificação de raça como boa e outra como inferior. Esse racismo também possui a função de permitir uma relação em que “para viver é preciso que você massacre seus inimigos” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

No sistema de biopoder, só é permitido eliminar a vida quando se pretende exterminar o perigo biológico, objetivando o fortalecer da própria raça, pois:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (p. 305).

Em uma sociedade de normalização, supõe-se que o racismo é indispensável, pois a noção de raça é condição de aceitabilidade para retirar a vida do outro. O racismo assegura a função assassina de um Estado cuja atuação trabalha no modo do biopoder. Assim, o direito de matar é garantido pelo racismo no exercício de um poder, que pode tirar a vida, não necessariamente matando diretamente um corpo, mas indiretamente o fazendo, na medida em que rejeita, expulsa, expõe ou multiplica o risco de morte (FOUCAULT, 1999).

Geralmente, é permitido retirar a vida daqueles que não se ajustam ao que é estabelecido, ou seja, os considerados fora da norma e do padrão. Para o mencionado autor, a norma significa a construção de um modelo, que servirá como base no que se refere à distinção entre o normal e o anormal; criam-se, assim, padrões de normalidades, que são impostos pelo exterior.

Logo, aos considerados anormais – isto é, aqueles que se situam à margem da norma – são reservados instrumentos de correção, utilizando, sobretudo, mecanismos de exclusão, pois julga-se necessário excluir para tratar, isto é, normalizar a anormalidade do sujeito. Observa-se, portanto, que:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar [...] portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral (FOUCAULT, 1999, p. 302).

No curso da história, pode-se observar que diferentes mecanismos de repressão e julgamento foram destinados aos “anormais”.

Desde a Idade Média, aqueles que eram considerados desviantes da sociedade deveriam ser colocados em instituições de internamento, para que fossem separados e excluídos das pessoas “normais”, como faziam, por exemplo, com os leprosos, e também com os assim chamados pobres, loucos, marginais, negros, doentes, prostitutas, desempregados, entre outros (FOUCAULT, 2009). Atualmente, “[...] o controle social não se exerce mais por meio de instituições que Foucault chamou de disciplinares, mas ao ar livre; os velhos hospícios não são mais rentáveis nem funcionais como outrora. Vivemos hoje sob a égide da sociedade de controle” (LANCETTI, 2015, p. 33).

Em uma sociedade que controla a vida em geral, as paisagens que não contemplam a ordem e o “belo” incomodam grande parcela da população, que, por sua vez, acaba semeando um discurso de ódio com objetivo de correção e segmentação, tal como àquele que não reconhece outras maneiras de transitar pela cidade, outros modos de viver, de cuidar e de se reproduzir.

A sociedade se relaciona e investe nesse segmento populacional de maneira aberrante, como se pode observar:

[...]primeiramente concebe tal margem como excluída de si mesma, como um acidente, uma anormalidade que nada diz da própria sociedade. Dessa forma, é destituída a atribuição política (atributo da polis, produzida na polis) da margem, de sua produção pela lógica inerente da sociedade. Posteriormente, em esta margem sendo pensada como causa de si mesma, ela seria também definida por uma “falta” de sociedade. Assim as intervenções operam através de inclusão regulatória: normalizar aquilo que estaria desajustado a partir de seus padrões, de suas necessidades, como um movimento que visa civilizar os selvagens (MACERATA; PASSOS, 2015, p. 540).

Produz-se exclusão, negam-se diferenças, vigiam-se e organizam-se os corpos que circulam pelas cidades, desejando institucionalizar, oprimir, criminalizar e eliminar, diariamente, uma parcela específica da população, representada, na sua grande maioria, por pobres e negros, na suposta garantia da segurança pública e bem-estar social.

Mesmo “sem intenção”, muitas vezes utiliza-se a lógica do racismo de Estado, para justificar essas práticas, impedindo a livre circulação e afastando do convívio social àqueles que, de alguma forma, não condizem com a normalidade dos demais sujeitos e, supostamente, representam perigo.

O principal sentido do Racismo de Estado é construir inimigos internos, por meio de uma relação de guerra em que uma parcela da população é considerada adversária. Certamente, a população de rua entraria nessa concepção. A bem da verdade, baseado no preconceito contra vidas não-domesticadas, o Racismo de Estado acaba dando visibilidade às pessoas em situação de rua como verdadeiras inimigas sociais.

Nesse sentido, observa-se que:

Sujeitos são anulados em sua subjetividade e em todas suas possibilidades de existência caso não venham a ser ‘salvos’ pelas práticas salvacionistas e supostamente humanas e bem-intencionadas dos guardiões da ordem pública ou das práticas supostamente competentes e especializadas de um fútil cientificismo que autoriza práticas de desmando, de desrespeito com o outro, com a vida [...]. (CLEMENTE; LAVRADOR; ROMANHOLI, 2013, p. 94).

Em uma sociedade em que a racionalidade científica e o conhecimento moderno positivista contribuem com a construção massiva de maneiras únicas de viver, ser e existir, as formas que escapam desse modelo não são consideradas e legitimadas, passando a ser estigmatizadas, contidas e oprimidas. Isso porque

“em defesa da sociedade ainda continuamos a matar quem a ela não se agrega” (LODERO, CECCIM, BILIBIO, 2014, p. 07).

Nessa perspectiva, há o viés das Políticas Públicas para problematizar essas questões. Para isso, o conceito trabalhado pelo autor Leonardo Secchi, que as define como uma diretriz construída para enfrentar uma questão pública, que possui dois elementos essenciais: “intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (2013, p.2).

Para Secchi (2013), a definição de política pública é arbitrária, pois nos trabalhos em que essa temática é abordada, não há um consenso quanto à definição do que é uma política pública, tendo em vista as divergências das respostas. Para ele “política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados” (p.11), tomando corpo por meio de programas públicos, leis, projetos, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, decisões judiciais, dentre outros.

A política pública atravessa diversas áreas de intervenção pública, tais como saúde, educação, segurança, habitação, emprego e renda, assistência social, cultura e esporte, planejamento urbano, justiça e cidadania, dentre outros.

Tratando-se de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)<sup>6</sup>, aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011<sup>7</sup>, “a responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde, com destaque especial para a atenção básica” (2012, p. 62). Para além disso, a fim de ampliar

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2P9VMZc>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2QdEQgK>> Acesso em: 24 fev. 2018.

o acesso destas pessoas aos serviços do SUS, recorre-se ainda as Equipes dos Consultórios na Rua.

Antônio Nery Alves Filho, coordenador do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da UFBA (CETAD), idealizou um espaço clínico chamado, inicialmente, Consultório de Rua, que foi executado e desenvolvido pelo CETAD, entre 1999 e 2004, em Salvador/BA, com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de risco de vulnerabilidade social, por meio da atuação de uma equipe multiprofissional, que ia aos locais onde essas pessoas se concentravam, a fim de prevenir a contaminação do vírus HIV por meio do uso de drogas injetáveis, utilizando um ambulatório móvel como suporte.<sup>8</sup>

Nessa perspectiva, o Consultório de Rua está distante de uma imposição técnica à população que pretende atender. Está ligado a uma inter-relação, cujos resultados serão construídos dia a dia, pelas partes envolvidas no processo, o que resguarda o respeito à liberdade do outro e, portanto, o caráter ético das intervenções (NERY FILHO; RIBEIRO, 2010. p. 45).

A Portaria Nº 122, de 25 de janeiro de 2011, define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua (eCR), que são compostas por multiprofissionais da atenção básica cujo objetivo é articular e prestar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde da pessoa em situação de rua. As eCR trabalham com os diversos problemas e necessidades da população de rua, desenvolvendo cuidado *in loco* e realizando atividades itinerantes em instalações específicas, como nas unidades móveis e também nas instalações das Unidades Básicas de Saúde do território onde estão atuando.

Além disso, desenvolvem ações articuladas e em parceria com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços de Urgência e Emergência, Serviços e Instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social e demais instituições, quando há necessidade.

---

<sup>8</sup> Mais informações em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/CetadObserva/ConsultoriodeRua>>.

Em municípios ou áreas onde não há eCR, a atenção à saúde deve ser oferecida pelos demais equipamentos da Atenção Básica, devendo incluir os profissionais de Saúde Bucal e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) do território onde a pessoa em situação de rua estiver concentrada. <sup>9</sup>

O Consultório na Rua utiliza a perspectiva da Redução de Danos para realização do seu trabalho. Segundo a cartilha *Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde* (2008), a Redução de Danos (RD) “é uma política de saúde que se propõe a reduzir os prejuízos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas, pautada no respeito ao indivíduo e no seu direito de consumir drogas” (Andrade et al, 2001 citado por NIEL; DA SILVEIRA, 2008). A RD evita intervenções autoritárias e preconceituosas, bem como não sustenta a exigência obrigatória da extinção do uso de drogas lícitas ou ilícitas, sendo aceitos objetivos parciais.

No que se refere à Política de Assistência Social, a Lei Nº 12.435 de 06 de Julho de 2011 dispõe sobre a organização da Assistência Social, considerada como uma política pública de defesa dos direitos. A gestão das atividades desse setor é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é constituído pelos entes federativos, pelos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei 12.435/11.

Conforme estabelecido pela legislação em voga, os objetivos da assistência social são:

Art. 2º

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

---

<sup>9</sup> Mais informações em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_consultorio\\_Rua.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_Rua.php)>.

- II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2011, p. 01).

De acordo com essa lei, a proteção social básica e especial são ofertadas pela rede socioassistencial - de modo integrado - diretamente pelas entidades e organizações da assistência social vinculadas ao SUAS e/ou pelos entes públicos, desde que sejam respeitadas as especificações de cada atividade.

A Resolução Nº 109/09, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizada por níveis de complexidade do SUAS: *Proteção Social Básica e Proteção Social Especial* de Média e Alta Complexidade, a depender da situação de vulnerabilidade e risco. Enquanto a primeira busca o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo; a segunda oferece um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, como: situação de rua, maus tratos e violência, abandono, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, entre outras.

Dentre os serviços que compõem a proteção social básica e especial, àqueles aplicáveis diretamente às pessoas em situação de rua, podemos citar como exemplo: Serviço especializado em abordagem social; Serviço especializado para pessoas em situação de rua; Serviço de acolhimento institucional e Serviço de acolhimento em república<sup>10</sup>.

As ações ofertadas no âmbito do SUAS, de modo geral, têm como fio condutor ações de prevenção e proteção, que carecem de uma intervenção antecipada, que é embasada no conhecimento prévio dos contextos e seus fenômenos

---

<sup>10</sup> Conselho Nacional do Ministério Público (2015).

Assim, para que as ações propostas sejam efetivadas e mais assertivas, a “vigilância socioassistencial”<sup>11</sup> é utilizada como ferramenta de trabalho.

A vigilância deve organizar e produzir dados, indicadores, informações e análises; monitorar a ocorrência de situações; identificar incidências; analisar as necessidades; auxiliar e identificar potencialidades, visando contribuir para cumprir o caráter preventivo, proativo, e, a quem preferir, de controle, da política de assistência social (BRASIL, 2012).

Essa vigilância atua frequentemente de maneira micro ou macro no cotidiano das pessoas, buscando alcançar objetivos universais ao controlarem o dia a dia e seus hábitos, estabelecendo uma série de comportamentos e formas de viver, que muitas vezes não condizem com a realidade, mas que são considerados apropriados para gerar a “manutenção sadia” da sociedade. Tomando, como exemplo, transformam como as pessoas cuidam do próprio corpo, como lidam com o lixo, com os objetos que acumulam água em suas casas e com o preparo do alimento.

Geralmente, essas práticas preveem que as pessoas atingirão resultados positivos e desejados se mantiverem determinados cuidados e se agirem de uma forma delimitada, caso contrário, estariam colocando em risco a si mesmos e às demais pessoas da comunidade (BRASIL, 2009), situação que pode justificar uma intervenção e/ou acompanhamentos específicos da rede de serviços.

Na realidade, vemos que:

As formas de cuidado de si, como a forma de se alimentar, de cuidar da saúde ou mesmo de se perceber como indivíduo podem certamente se tornar formas de exercício do poder, pois manifestam o que é permitido ou não ser feito em relação ao próprio corpo e ao corpo do outro (MÁZARO; BERNARDES; COELHO, 2011, p. 137).

---

<sup>11</sup> Segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (SUAS, 2012): “A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios”.

Nesse sentido, algumas práticas das Políticas Públicas também podem funcionar como mecanismos utilizados pelo Estado para conhecer, mapear e controlar a população e sua maneira de viver. Evidentemente que há a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, todavia, as mesmas políticas que são utilizadas para defender a vida podem, em algumas situações, ser instrumentos do racismo de Estado na medida em que definem quem fazem viver e quem deixam morrer.

Sem grandes pormenores,

[...] As Políticas Públicas têm forte impacto sobre a vida cotidiana das pessoas, construindo novas formas de agir, de ser e de compreender a vida. Trazem mudanças também na maneira do sujeito se entender como indivíduo e como cidadão que faz parte de uma sociedade específica e que deve agir de forma adequada para não prejudicar nem a si, nem aos outros com quem convive (MÁZARO, BERNARDES, COELHO, 2011, p. 141).

Por esse ângulo, determinadas Políticas Públicas podem operar como práticas de regulação e controle, estabelecendo padrões de normalidade e anormalidade, reforçando discursos científicos tomados como verdades. Por vezes, acabam construindo estereótipos, tais como: o desviante, o delinquente e o marginal.

Assim, reflete-se que “com um Estado a serviço do que chamamos de máquina sociedade, as práticas, no ‘campo do social’, da Política de Assistência Social estão mais próximas da tarefa de controle e socialização (tornar sociedade) do que cuidado” (MACERATA, 2010, p. 73).

É importante frisar ainda que a Assistência Social – enquanto política social - possui a função de assistir, principalmente, as áreas consideradas de vulnerabilidade, isto é, geralmente, suas ações intervêm sobre os sujeitos miseráveis através da ideia de prevenção de riscos, para que seja possível controlar e corrigir os danos possíveis. Como explica:

Como política de Estado, a assistência social passa a ser responsável por efetivar um relevante campo da proteção social pública e não contributiva na forma de oferta de renda, serviços, programas e projetos. Consolida-se, assim, como estratégia fundamental no combate à pobreza e à subalternidade, na prevenção e no enfrentamento da vulnerabilidade e de riscos, na ampliação de oportunidades e acesso a serviços sociais, e na defesa dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos (BRASIL, 2016, p. 17).

Compreende-se que, na prática, essa ideia “[...] significa atendimento aos pobres e miseráveis em geral. Ou seja, todos aqueles que para a sociedade seriam/estariam de/em risco” (MACERATA, 2010, p. 57).

Quem queremos proteger e de quem queremos ser protegidos? Ao mesmo tempo em que se protegem as famílias ou os indivíduos considerados em risco, protegem-se também aqueles frente ao *suposto* risco que determinada população simboliza.

Evidentemente, compreende-se e destaca-se a importância e indispensabilidade das Políticas Públicas que são aliadas importantes para o desenvolvimento da sociedade, visto que visam garantir os direitos de cidadania de um país. Deve-se, porém, colocar em cheque que, por vezes, pode-se estar trabalhando em função de um controle, da regulamentação e homogeneização de vidas, definindo, verticalmente, direitos e deveres para os cidadãos.

A tênue fronteira entre cuidado e controle é um campo importante de problematizações, que também carrega a articulação entre as intervenções das políticas de segurança pública e de proteção social. Porém, sabe-se que existe uma incompatibilidade entre as duas políticas, visto que “guerra e direitos humanos são naturalmente incompatíveis” (KARAM, 2014, p. 157).

A título de exemplo, no dia 19 de julho de 2017, moradores de rua teriam sido acordados com jatos de água fria, no centro de São Paulo - SP. Segundo a rádio CBN, uma equipe contratada pela Prefeitura Municipal para limpar a praça teria sido a responsável por expulsar as pessoas em situação de rua que estavam no local<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> REVISTA EXAME. **Moradores de rua em SP são acordados com jatos de água, diz CBN.** Disponível em: <<https://abr.ai/2JpQsL9>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Novamente no Estado de São Paulo, a Secretaria da Segurança Pública afastou cinco policiais que atenderam uma ocorrência, que culminou na morte de um homem de 39 (trinta e nove) anos que vivia em situação de rua<sup>13</sup>.

Dois agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) do Estado de São Paulo agrediram e prenderam uma pessoa em situação de rua, que teve o punho quebrado<sup>14</sup>. Segundo relatos, os guardas se aproximaram do homem dizendo que seus pertences (um carrinho de supermercado, que continha colchão, cobertores e roupas) seriam apreendidos, pois eram roubados, já que não tinha nota fiscal. O homem agredido, que começaria a trabalhar naquele dia como servente de pedreiro, foi jogado ao chão com força por um dos guardas.

Ressalta-se que não foram citados exemplos de notícias da mídia relacionadas à violência cometida por agentes públicos contra a população de rua no Município de Vitória (ES), pois não foram encontradas reportagens atuais no site de busca “Google” que abordassem esse assunto. Ainda assim, sabe-se que as pessoas que vivem em situação de rua, neste Município, também sofrem, diariamente, com as intervenções perversas da segurança pública.

A título de exemplo, descreveremos conforme narrado por Kunz (2012), a ação violenta ocorrida na Praça Costa Pereira, localizada no Centro de Vitória/ES:

No dia 31 de agosto de 2011, quando escureceu, a repressão chegou: dela faziam parte a Polícia Militar e dois carros de limpeza da Secretaria Municipal de Serviços, um carro pipa e outro que faz a coleta de lixo da cidade. Os moradores de rua disseram que a Polícia chegou batendo, dando chutes e pontapés. Enquanto os policiais faziam a repressão, os funcionários do serviço de limpeza urbana jogavam todos os pertences dos moradores 57 da marquise na basculante do carro de coleta do lixo. Não houve reação da população de rua, ninguém estava armado, relatou um dos vitimizados. Segundo o jovem que trabalha como vigia de carros e estava pernoitando na Praça com o grupo, “nem os ‘di menor’ foram poupados”. Recebemos informações posteriores que alguns meninos compareceram ao projeto de Atenção aos Adolescentes de Rua da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) apresentando muitos ferimentos, com os olhos inchados e as mãos

---

<sup>13</sup> ESTADÃO. **Secretaria afasta 5 policiais envolvidos na morte de morador de rua em Pinheiros**. Disponível em: < <http://bit.ly/2AAU760>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

<sup>14</sup> RBA. **Policiais da GCM de São Paulo agredem e apreendem pertences de morador de rua**. Disponível em: < <http://bit.ly/2P2pBeh>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

machucadas. Mas houve um imenso silêncio sobre o ocorrido. Nem uma nota na mídia, nem uma manifestação do sistema de garantia de direitos ou das políticas públicas que atuam na atenção à população de rua. A marquise do IAPI foi literalmente lavada, não havia vestígios dos moradores. Na parede do prédio permanecia a inscrição em negrito: “Tua fome é de que?” Buscamos informações sobre as 49 pessoas que ocupavam a praça, mas ninguém sabia para onde tinha ido a turma e apenas diziam que o pessoal tinha se dispersado (p. 56-57).

Na verdade, o que de fato acontece é que:

Os direitos e a condição de autonomia dos sujeitos só são legítimos [...], caso estejam no espectro de ‘normalidade’ das formas de vida da cidade. Não sendo assim, não estariam em condições de responder por seus atos, sendo legitimada a ação do Estado que os retira da rua e os aprisiona. Para justificar o recolhimento dos ‘fora da ordem’, o Estado pretende ‘recuperar’ o sujeito a partir da assepsia e remodelação, e através da limpeza de seu território na cidade [...] (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p. 24).

Por esse motivo, observa-se que, normalmente, os grupos considerados mais convenientes aos objetivos do Estado e da sociedade recebem maior investimento, não apenas financeiro, mas também de cuidado, proteção, auxílio, entre outros. Ou, minimamente, os membros desse seletivo grupo possuem recursos para financiarem esses investimentos. No que se refere ao quesito financeiro, sabe-se que:

As diferenças em termos de investimentos conformam-se, justamente, porque não é possível em uma racionalidade neoliberal o acesso igualitário às condições de vida, na medida em que a regulação econômica pressupõe mecanismos de concorrência através de oscilações e diferenças no campo social (MÁZARO, BERNARDES E COELHO, 2011, p. 146).

Conforme narrado pelas autoras, o objetivo de, efetivamente, diminuir ou até mesmo de cessar as desigualdades, acabaria por invalidar a própria proposta das políticas econômicas. Assim, apenas é mantido um nível de investimento suficiente para minimizar ou disfarçar os efeitos das desigualdades, mas insuficiente para mudar a lógica neoliberal.

É preciso ter cuidado ao analisar as práticas das Políticas Públicas, pois, atualmente, existe um impulso do cenário político-social-econômico de descrédito quanto aos serviços prestados pelo Estado. Vivemos tempos sombrios, em que as Políticas Públicas estão sendo desvalorizadas e colocadas em segundo plano. Em face disso, é preciso examinar com cautela cada caso e

não generalizar todas as situações, para que não caiamos em ceticismos ou críticas infundadas. Ainda que as Políticas Públicas não funcionem como os populares de rua gostariam, é necessário que continuemos a ter equipamentos públicos que os acolham com qualidade e ética.

Concorda-se com Mázaró, Bernardes e Coêlho (2011), ao explanarem que é necessário colocar em análise como as Políticas Públicas são regulamentadas, como têm atuado e quais são os seus efeitos para a sociedade, já que é considerada como uma política de direito para todos os cidadãos. A partir dessa análise, pode-se enxergar uma saída para, combinado a outros elementos, evitar o controle, a opressão e o descaso para com determinados grupos heterogêneos; principalmente, de pessoas negras, pobres, indígenas, homossexuais, populações ribeirinhas, populações carcerárias, pessoas que vivem em situação de rua e em favelas.

Ficamos a pensar sobre os movimentos instituídos e opressores que circulam nas redes, circulam em nós. É preciso, portanto, refletir sobre os processos que mecanizam nossas práticas nos serviços no âmbito das Políticas Públicas responsáveis por oferecer atenção e cuidado às pessoas, neste caso, das pessoas em situação de rua. Por mais doloroso que possa ser, convidamos a analisar nossas implicações e práticas para que examinemos o que já está posto, os lugares que ocupamos e o que estamos afirmando.

Sabe-se que “o instituído, o *status quo*, atua com um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade” (LOURAU, 1993, p. 12), mas tudo é movimento. A emergência das forças instituintes pode entrar em contradição com o já instituído, podendo emergir outras maneiras de pensar os modos de cuidar.

### **3 TRAÇOS DE UMA METODOLOGIA: UM CAMINHAR COMPARTILHADO**

Este trabalho foi escrito e compartilhado com pessoas. Construiu visões de mundo e se reinventou aos instantes, foi elaborado com sinergia e empatia, mas também com força e perspicácia para abrir espaços de vida e potência em tempos de solidão e egoísmo.

Esta pesquisa-intervenção busca colocar em análise as instituições que definem a realidade sóciopolítica, bem como investigar novas formas de organização, produção do conhecimento e interação do acadêmico com os saberes dos sujeitos individuais e coletivos. Segundo Rocha e Aguiar (2003), a pesquisa-intervenção é uma tendência das pesquisas participativas, que buscam aprofundar a vida de coletividades na sua multiplicidade qualitativa, reconhecendo uma intervenção de caráter socioanalítico.

Essa metodologia refere-se a um dispositivo de intervenção em que se ratifica o ato político, que toda investigação dispõe, afirmando-se como uma prática ético-estético-política. A pesquisa-intervenção amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas e possui uma perspectiva diferente dos enfoques das pesquisas consideradas tradicionais, pois atua transformando a realidade sociopolítica, propondo uma intervenção micropolítica nas experiências coletivas.

Seu caráter desarticulado dos discursos e práticas instituídas desloca o lugar de “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (COIMBRA, 1995); e traz como referência um pesquisador que não diz sobre o outro, mas que se coloca e se transforma no pesquisar, compreendendo que as questões sociais também são suas e que devem ser problematizadas em encontros no coletivo (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Partindo desse referencial, concordamos com os autores mencionados ao afirmar que:

Não há, portanto, o que ser revelado, descoberto ou interpretado, mas criado. Com efeito, por intermédio de uma abordagem micropolítica das produções coletivas, constatamos que a realidade social resiste aos quadros formulados a priori, às categorias gerais bem delimitadas, aos modelos já circunscritos que não conseguem mais explicar as condições da mulher, da família, da infância, dos excluídos, instaurando-se o desafio de uma teorização permanente (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 8).

A pesquisa-intervenção não pretende modificar, instantaneamente, a ação instituída, embora seja considerada um dispositivo de transformação, “pois a mudança é consequência da produção de uma outra relação entre a teoria e a prática, assim como entre o sujeito e o objeto” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p.7). Sendo assim, busca-se esse referencial, a fim de que seja um potencializador a favor do exercício da cidadania e de práticas de liberdade e autonomia.

Nesse sentido, toma-se a posição da política da narratividade – que não pode ser vista separada das políticas de saúde, políticas da subjetividade e demais políticas que estão em jogo - para narrar os dados colhidos durante as conversas/entrevistas e os encontros com a população em situação de rua.

A política da narratividade embasou nossa construção com o outro, visto que valoriza as mais diversas vozes, maneiras de dizer e que articula toda produção de conhecimento com as políticas que nos atravessam.

Desse modo,

Podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político (PASSOS; BARROS, 2009, p. 151).

O modo de registrar as experiências no campo de pesquisa irá se expressar em um tipo próprio de texto, isto é, no diário de campo desta pesquisa, que será utilizado como um elemento importante. Lourau (1993) aponta que o diário de campo “nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘como fazer’ das normas, mas o ‘como foi feito’ da prática)” (p. 77).

Segundo o autor, o diário é considerado “[...] um material muito rico, também de pesquisa, sobre a pesquisa” (p. 78), um instrumento importante, onde, mediante

sua leitura, se pode perceber como o trabalho realmente se fez, tendo acesso à forma singular ou não, dos encontros, das angústias, dos confrontos, das demandas, das implicações do pesquisador e dos demais processos da pesquisa.

O autor assinala ainda que o diário assessoria o pesquisador no desenrolar da pesquisa e evidencia um movimento de reconstituição da história subjetiva do sujeito, compreendendo que o mesmo se inventa na escrita. Além disso, a construção do material é um exercício de reflexão do próprio escrever/fazer, “o exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular” (p. 79).

O interesse pelo campo de pesquisa-intervenção foi construído na medida em que se pretendia trocar experiências com os moradores de rua nos seus territórios, pensando “com” e não “sobre”, tendo em vista que o “pensar sobre” fortalece e aparelha o “intervir sobre”, que normalmente é identificado como a maneira de se relacionar que a sociedade estabelece com sua margem-diferente ao intervir neste campo. Isso porque “a preposição ‘sobre’ nesta relação denota um agir de cima, verticalizado, que ao mesmo tempo separa, colocando em relação antagônica e hierárquica, para depois legitimar uma intervenção normalizante” (MACERATA, 2010, p. 49).

Essa pesquisa foi dividida em quatro etapas principais que serão esmiuçadas.

No *primeiro momento*, ao nos dispormos pesquisar sobre os modos de cuidado da população em situação de rua, inicia-se a procura de produções acadêmicas e pesquisas científicas, como artigos, dissertações e teses, que tratassem o tema em foco. Para tal, utilizam-se bases de dados indexadas e também o Google Acadêmico. Os seguintes termos principais foram empregados na ferramenta de pesquisa: População em Situação de rua, Cuidado, Políticas Públicas, Pesquisa-intervenção, dentre outros.

Importante ressaltar que, embora tenham sido localizados trabalhos e artigos científicos sobre a temática, sentiu-se dificuldade para encontrar produções acadêmicas provenientes de pesquisa de campo qualitativas, em que a população em situação de rua, principalmente do estado do Espírito Santo/ES,

tivesse espaço para dizer e refletir sobre os processos de cuidado que a atravessa. Normalmente, os trabalhos encontrados utilizavam-se da pesquisa bibliográfica ou quantitativa como referencial metodológico, e a participação dos populares de rua era passiva e superficial.

Apesar disso, a dissertação de mestrado da pesquisadora Gilderlandia Kunz, “Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES” (2012), contribuiu muito com nossa caminhada ao compartilhar de análises acerca dos modos de vida das pessoas que vivem em situação de rua no Município de Vitória (ES), servindo como pistas a guiar esta pesquisadora que, como dito anteriormente, ainda não tinha experiência de trabalho com esta população.

Para auxiliar no exercício do pensamento, buscou-se caminhar com Annemarie Mol (apud MORAES; ARENDT, 2013), Eduardo Passos (2009), Félix Guattari (1987), Iacã Macerata (2010), Igor Robaina (2015), Jorge Bondia (2002), Katia Faria de Aguiar Marcelo Mayora (2016), Mariângela Wanderley (2004), Marisa Lopes da Rocha (2003), Michel Foucault (1979; 1999; 2008; 2009; 2014), Paulo Buss (2007), Rene Lourau (1993), Regina Benevides de Barros (2009), Virgínia Kastrup (2009), Zygmunt Bauman (1999; 2008) e demais autores e autoras que ajudaram a compor, provocar e formular novos desafios e questionamentos ao longo do caminho.

A escrita desta dissertação foi construída e também desconstruída por muitas mãos, por pessoas que apostaram e aceitaram o convite para compô-la, como os voluntários e as voluntárias dos grupos filantrópicos, a Assistente Social Gilderlandia da Silva Kunz, a Defensora Pública do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Espírito Santo/ES e, em especial, a população em situação de rua.

Sendo assim, dispensando qualquer tentativa de imposição, opressão ou domínio, e pensando em uma pesquisa relevante e ética, foi indispensável a participação das pessoas que vivem em situação de rua, servindo como um farol, que orientou nossa produção com o outro, conforme os fluxos e o vai e vem desses encontros.

No *segundo momento*, busca-se identificar e integrar grupos que se encontravam com a população de rua no município de Vitória/ES, visando se aproximar e conhecer essas pessoas *in loco*. Com isso, nosso objetivo foi construir caminhos possíveis e desburocratizados, a fim de facilitar e promover os encontros com o público alvo desta pesquisa, de modo mais flexível, informal e com menos restrições. Sendo assim, contamos com o apoio de dois grupos voluntários especificamente.

Como a vida é feita de encontros potentes, primeiramente, aproximei-me de um dos grupos após conhecer Tereza em um sábado ensolarado, na praça, onde eu e alguns amigos realizávamos um bazar. Tereza, uma das integrantes do grupo, aproximou-se perguntando se poderíamos doar algumas roupas e calçados do bazar que não fossemos utilizar, pois gostaria de entregar para a população de rua, que comparecesse no almoço servido em uma casa anexa à igreja católica. Explicou que, naquele momento, estava na pracinha para convidar as pessoas em situação de rua para participarem do almoço, que seria ofertado naquele dia.

Afetada pelos processos da pesquisa e também pelos relatos trazidos por Tereza, revelei que teria interesse de conhecer pessoalmente o grupo, explicando sobre minha caminhada no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional. Assim, recebi o convite para participar dos próximos encontros junto aos voluntários e à população em situação de rua.

Ao me aproximar, passei a conhecer como o grupo funcionava. Seus membros encontravam-se semanalmente, normalmente na residência de um dos participantes, a fim de discutirem os encontros anteriores e planejarem os próximos. Também se dividiam em pequenos subgrupos, que eram responsáveis por atividades específicas, como convidar as pessoas em situação de rua que circulavam na região para o almoço, que acontecia aos sábados, em uma casa anexa à igreja, que possuía um grande terreno coberto e arejado, banheiro e bebedouro à disposição dos populares.

Convém registrar que, aos sábados, pela manhã, ocorre uma tradicional Feira Livre na parte continental da cidade, oportunidade em que a população de rua é fácil de ser encontrada. Com a difusão da informação relativa ao encontro, as

peças em situação de rua começaram a frequentar o espaço de maneira constante, de modo que a ação dos voluntários e o almoço por eles oferecido acabaram virando uma referência como um local de cuidado.

Participavam dos encontros 15 (quinze) a 20 (vinte) pessoas, entre frequentadores assíduos, com baixa assiduidade e os que visitavam pela primeira vez. Porém, já se chegou a receber praticamente o dobro, em torno de 40 (quarenta) pessoas.

Cabe frisar que, na construção desse trabalho, entendeu-se que preservar a identidade dos grupos também seria garantir que eles continuassem. Sendo assim, visando salvaguardar suas identidades, o primeiro grupo será chamado de *centralizado*, por acontecer em um espaço fixo.

Nesses encontros, os voluntários aproveitavam o ensejo para divulgarem o trabalho de uma Organização não governamental (ONG), que se define como um Projeto Social, que resgata e abriga pessoas em situação de rua e dependentes químicos.

O segundo grupo voluntário foi conhecido após participar da “Mobilização Cidade do Bem – Integração entre a rede municipal e a sociedade civil para executar ações voltadas para pessoas em situação de rua”, realizada em agosto de 2017.

Neste dia, houve a oportunidade de conhecer diversos grupos que proporcionam alguma ação voltada à população em situação de rua do município de Vitória/ES. A grande maioria era ligado a alguma religião ou instituição religiosa, talvez por isso a apresentação de – quem chamaremos de - Dorothy tenha despertado tanto minha atenção, pois iniciou sua fala frisando que o grupo não tinha cunho religioso.

Ao encerrar os debates, aproximei-me de Dorothy, expliquei rapidamente sobre nossa pesquisa e demonstrei interesse em conhecer o grupo que, diferentemente do primeiro, tem como objetivo entregar marmittas para as pessoas não domiciliadas no período noturno, durante cinco dias na semana. Sendo assim, o chamamos de grupo *itinerante*, visto que transita e se desloca pela parte continental da cidade de Vitória/ES, ocupando esses territórios *in loco*.

Os grupos de apoio serviram como pontes e facilitadores para esta pesquisa, contribuindo com a aproximação, observação, reflexão e construção de vínculos entre a pesquisadora e a população em situação de rua.

No *terceiro momento*, após conhecer as propostas dos referidos grupos, começou-se a participar frequentemente dos encontros, a fim de aproximação e construção de vínculos de confiança das pessoas em situação de rua e também dos voluntários presentes. Buscou-se compartilhar momentos e histórias, dialogar sobre cuidado, mas também acerca de assuntos variados, não se esquecendo de conversar “com” as pessoas e não a partir/através delas. Foi preciso tomar cuidado para não romantizar, moralizar ou naturalizar os processos de sobrevivência/existência do morador de rua.

Entre idas e vindas, o trabalho ocorreu especificamente, no campo de pesquisa, entre julho de 2017 a março de 2018, aproximadamente. As vivências, no campo de pesquisa, materializavam-se nos relatos feitos no diário de campo, por meio de anotações que trouxeram inúmeras vozes e implicações. Durante a escrita coletiva, que estava sempre sendo feita, registraram-se experiências, cenas, incômodos, falas, afetações e acontecimentos, que auxiliaram na (re)construção dos processos de pensamento. Ao longo da dissertação, principalmente no item 4.1., compartilhei com vocês, leitores e leitoras, falas, experiências e a intensidade dos encontros que o diário de campo porta.

Nesse percurso, aproximei-me, especialmente dos populares de rua: Raul, Maysa, Jorge e Chico, após alguns encontros e conversas que tivemos, que me incitaram a convidá-los para participar das entrevistas propriamente ditas – ferramenta utilizada com o diário de campo, a que preferimos chamar de conversas.

Para que essas conversas ocorressem, a dispensa da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi solicitada, em função das especificidades dos modos de vida da população em situação de rua, ou seja, para evitar constrangimentos em relação aos aspectos que julgamos possíveis em algumas situações, como o uso de nomes fictícios ou apelidos, ausência de documentos, dificuldades com a leitura ou escrita, resultando, assim, em

complicações e impedimentos no que se refere à participação, colaboração e construção de vínculos de confiança na pesquisa.

O processo de obtenção do registro do consentimento livre e esclarecido dos participantes, em conformidade com a Resolução Nº 510/2016, foi feito por meio de gravação sonora, anteriormente ao início da conversa, contando esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, conforme consta no Art. 17 da Resolução Nº 510/2016.

O choque do surpreendente e a potência do encontro, que nos permitiram “deixar vir” o que era luz, foram o mais importante naquele momento, embora existissem perguntas para nortear nossas conversas. Na verdade, as perguntas, tais como: 1) O que você entende como cuidado com a vida? 2) Você sente que precisa de/ter cuidados? 3) Que tipo de cuidado seria esse?, 4) No seu dia a dia, você possui cuidado com a vida? De que maneira? 5) O que facilita e o que dificulta a manutenção desse cuidado? 6) Você se sente cuidado? Em que situação sente isso? 6) Existem redes de cuidado que circulam na rua? Quais/Quem seriam essas redes? Essas foram meras coadjuvantes diante da energia viva concentrada.

As transformações foram acontecendo a partir das nossas conversas, sendo possível reagrupar as indagações em três núcleos fundamentais de reflexão: (1) O que é cuidado para você? (2) Você se sente cuidado? (3) Se for esse o caso, como gostaria de ser cuidado?

Encontrei-me, individualmente e em momentos diferentes, com Raul, Maysa, Jorge e Chico. Duas conversas foram combinadas previamente, no local onde o popular de rua costumava ficar na parte continental da cidade, e as outras duas aconteceram após o término do grupo centralizado. As conversas foram realizadas em locais distintos da rua: em pracinhas, em meio fio e na mureta de um centro comercial, durante o dia. O calor, o sol forte, os barulhos e ruídos da rua também compuseram nossas experiências.

E lá fomos nós!

Eu ia vestida com blusa da UFES, não portava muita coisa, apenas meu diário de campo, celular/gravador, o TCLE que seria lido, as perguntas norteadoras e uma vontade grande de seguir.

No intuito de não utilizar iniciais de nomes ou nomes fictícios escolhidos ao acaso, mas que fizessem sentir-sentido, vale destacar que os nomes das pessoas que foram entrevistadas, especificamente, foram substituídos por outros, que não foram escolhidos aleatoriamente ou previamente, mas pensados à medida que nos colocávamos mais disponíveis uns aos outros.

Assim, seus nomes foram alterados por nomes de cantores e cantoras brasileiros que, ao cantarem, convidavam-me a cantarolar junto, mas, principalmente, pela maneira peculiar como cada popular me tocou nos encontros, somado ao que as músicas brasileiras me faziam sentir ao ouvi-las.

Raul Santos Seixas, também chamado de *Raul Seixas*, Maysa Figueira Monjardim, mais conhecida como *Maysa Matarazzo*, Jorge Mário da Silva ou *Seu Jorge* e Francisco Buarque de Hollanda, também nomeado de *Chico Buarque*, foram as pessoas e também suas músicas que vagaram em minha mente enquanto pensava os nomes que identificariam esses populares de rua nesta dissertação.

Tereza e Dorothy, membros dos grupos voluntários, também não foram nomes pensados ao acaso, mas com significados pessoais que representam força e resistência.

Não menos importante, buscando incluir as falas e perspectivas dos demais populares de rua que encontramos, procurando manter o compromisso ético e pensando no cuidado com as demais pessoas, também conservamos seus nomes e algumas informações, buscando utilizar o termo “popular de rua”.

Convém deixar clara a parcialidade dessa pesquisa, que não pretende oferecer verdades absolutas. Eventuais considerações aqui descritas não terão o mesmo sentido para toda e qualquer pessoa em situação de rua, pois aqueles ouvidos estão limitados a um número restrito de participantes e ao território municipal da

cidade de Vitória/ES. Portanto, todas as circunstâncias sociais que envolvem a população de rua neste local específico deverão ser contextualizadas.

Obviamente, a população de rua de outras cidades poderia oferecer respostas diferentes sobre o cuidado que lhes é ofertado. Por exemplo, na cidade de São Paulo/SP, uma grande metrópole, a população de rua pode receber um cuidado diferente em comparação à cidade de Vitória/ES. Trata-se de uma advertência importante para que a pesquisa seja situada dentro de um contexto específico.

Ao mesmo tempo, isso não significa que as considerações indicadas e construídas não podem ser projetadas para a população de rua de outros locais. Pelo contrário, a ideia da pesquisa é considerar um contexto específico para que possamos refletir sobre a população de rua de maneira geral.

Em termos metodológicos, é importante frisar ainda que a construção da pesquisa foi feita com uma interlocutora específica: uma mulher, branca, de classe média, que se apresentou como uma pesquisadora vinculada a uma Universidade Pública. Caso as conversas fossem realizadas por outro ator social, ou ainda, se a forma ou o conteúdo das perguntas fossem feitos de outra maneira, as respostas poderiam ser diferentes. Por isso, não devemos tomar as considerações do trabalho como a verdade imutável, mas como uma estabilização temporária de uma determinada situação.

No *quarto momento*, com base na política da narratividade e da pesquisa-intervenção, fez-se uma cuidadosa escuta dos áudios e leitura dos registros feitos no diário de campo e, em seguida, desenvolveu-se a escrita a partir das experiências vivas e das narrativas dos populares de rua no que tange, direta ou indiretamente, aos modos de cuidado com a vida, entendendo que não há separabilidade entre nossas implicações e o que escrevemos.

Com a proposta de fazer uma escrita abastecida de experiências e afetações, e apostando no exercício de pesquisar com o outro, foram construídos os seguintes subcapítulos a partir das vivências no campo: 1) Hora do rango!; 2) Cuidado (inter)pessoal; 3) Contratempo aos descobertos: entre mobilidades e resiliência; 4) Entre um cochilo e outro: A distribuição dos corpos na cidade; 5) Formação em “MedEsquina”: Os cuidados à saúde; 6) Mulheres em situação de

rua: uma luta declarada; 7) Empreendedorismo (nada) amador: os *corre* das ruas; 8) Princesa: o cãopanheiro; 9) Saídas estratégicas: segurança e proteção; 10) Entorpecer-se: uso de drogas e as gaiolas da vida real; e 11) “A caixinha de fósforo”: Redes de atendimento à pessoa em situação de rua e os processos de institucionalização.

Insta frisar que os subcapítulos destacados foram organizados e desenvolvidos a partir das conversas, observações, reflexões e afetamentos da pesquisadora que se guiou por meio de dois aspectos principais: as considerações peculiares dos populares de rua que dizem respeito, principalmente, às situações que denotam cuidado com a vida; e por se tratar de assuntos recorrentes nas conversas entre a pesquisadora e a população em situação de rua.

Como se pode ver, essa construção não se deu individualmente, digo, a escrita foi coletiva e partilhada.

Encontrei-me com aqueles que “perambulam” pelas ruas, trazendo consigo histórias de vida. Histórias de luta. Histórias negligenciadas. Histórias presentes.

Precisamos nos colocar atentos e sensíveis para não esquecermos e observarmos que toda pesquisa produz intervenção, conhecimento, subjetividade e verdades. O exercício de questionar sobre o que ajudamos a construir e o que fazemos com isso, também é um problema ético-político. Que intervenção estamos produzindo? Elas favorecem movimentos de autonomia e de fortalecimento dos coletivos?

Sabe-se que algumas pesquisas ajudam a produzir comportamentos de risco, sujeitos perigosos, culpado-vítima. Esse modo arriscado pode gerar consequências assustadoras, como o preconceito, o ódio e o medo. Como escapar dessas práticas engolidoras de vidas?

A intenção não foi proporcionar um combate com perspectivas diferentes, não foi produzir dicotomia ou dominação, mas levantar ideias e reflexões que possam servir como pistas na construção de propostas de intervenção e modos de cuidado que trabalhem de maneira efetiva, integral e excepcional pensando no sujeito de direito como um todo.

## 4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARA ALÉM DOS DADOS

O Município de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, possui uma população estimada de 363.140 (trezentos e sessenta três mil cento e quarenta) pessoas<sup>15</sup>. O número de pessoas em situação de rua vem aumentando progressivamente, constatação essa que é facilmente percebida pelo simples andar nas ruas da cidade.

A colaboração limitada de dados, pesquisas referentes ao tema abre um questionamento a respeito do lugar que essa população ocupa para o Estado/Sociedade, a importância que elas têm e o que tem sido feito com essas vidas que, historicamente, são consideradas sem “importância” e, conseqüentemente, descartáveis.

Muitos moradores da cidade são, normalmente, intolerantes em relação à população de rua. Tomados por sentimentos de medo e rejeição, fazem uso de ações violentas e preconceituosas com o objetivo de os expulsarem do seu campo de visão. Muitos desses moradores são apoiadores de políticas públicas com caráter higienista e estrategicamente posicionadas para controlar as pessoas em situação de rua, inclusive utilizando câmeras de monitoramento espalhadas pela capital, atos de humilhação e culpabilização pela atual condição de vulnerabilidade.

Na contramão do interesse da maioria, que possui residência, e de comerciantes, as pessoas que vivem na rua ocupam e transitam pelas praças e pelos bairros, conversam, brincam, dormem, alimentam-se, e, diferentemente do que muitos imaginam, exercem cuidado, trabalham e realizam suas atividades diárias em locais onde os demais habitantes perpassam cotidianamente.

---

<sup>15</sup> IBGE. **Censo demográfico** – População no último censo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Algumas ações do Poder Público são tomadas para atender e cuidar das pessoas em situação de rua no Município de Vitória.

Conforme consta no site da Prefeitura Municipal de Vitória<sup>16</sup>, o Programa “Onde Anda Você?”, que visa integrar um trabalho amplo de reinserção social de pessoas em situação de rua, englobando projetos nas áreas de Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Esportes, Lazer e Cultura, foi lançado em 2013. O trabalho é dividido em quatro etapas: prevenção, acolhimento, encaminhamento, integração e inserção social.

O *Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (Centro-POP)*, por exemplo, é um local onde as pessoas nesta situação recebem atendimento psicossocial, participam de atividades e são encaminhadas aos serviços públicos específicos, quando necessário.

O *Serviço Especializado em Abordagem Social* é um dos projetos do programa, que possui equipe multiprofissional, que visa identificar e abordar as pessoas em situação de rua no município de Vitória, as quais são encaminhadas para os espaços de acolhida e demais serviços da rede de assistência social da Prefeitura.

O *Consultório na Rua* é composto por uma equipe itinerante e multidisciplinar cujo objetivo é ofertar serviços e atendimento à saúde das pessoas que se encontram em situação de rua nos territórios da cidade, por meio da abordagem e criação de vínculos de confiança.

Outros serviços também são desenvolvidos em paralelo com o Programa “Onde Anda Você?”, que, por meio de medidas preventivas, buscam evitar que crianças e adolescentes comecem a viver nas ruas. Alguns exemplos dessas medidas são: o *Projeto Caminhando Juntos (Cajun)*, que busca atender e desenvolver o potencial de meninos e meninas de 06 (seis) a 15 (quinze) anos; o *Centro de Referência da Juventude (CRJ)*, cujo público-alvo são os jovens de até 29 (vinte

---

<sup>16</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Notícias – Programa “Onde anda você?” Já acolheu quase 500 pessoas em situação de rua. Disponível: <<http://bit.ly/2Sx33QT>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

e nove) anos; o *Núcleo Afro Odomodê*, voltado para o resgate e valorização da cultura afro; o *ProJovem Adolescente*, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destinado às pessoas beneficiadas do Programa Bolsa Família que tenham entre 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos. Concomitante a esses serviços, os *Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)* trabalham visando o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares.

Além disso, no projeto *Escolarização para Pessoas em Situação de Rua, na modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA)*, é oferecida a possibilidade de retomada dos estudos para as pessoas acima de 15 (quinze) anos. O município conta também com a *Hospedagem Noturna para Adultos em Situação de Rua*, que é identificado como um espaço de acolhida noturna para população adulta em situação de rua, onde recebem alimentação, higiene e abrigo provisório.

O *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)* também atende pessoas em situação de rua, prestando serviço cuja finalidade é assegurar atendimento e atividades direcionadas, visando o fortalecimento de vínculos, construção da autonomia, inserção social e proteção às situações de violência.

O *Abrigo provisório para pessoas em Situação de Rua* estabelece serviço de abrigamento com moradia provisória para adultos em situação de rua que normalmente são encaminhadas pela abordagem ou Centro-POP.

A *Casa Lar* é um local de acolhida às pessoas em situação de rua com transtorno mental e com poucas possibilidades de reinserção familiar e social. Esse espaço funciona em regime de residência com atenção integral aos usuários.

O *Albergue Noturno para Migrantes* dispõe de atendimento às pessoas em situação de rua que estejam de passagem no município de Vitória/ES. Assim, o migrante é abrigado no local, provisoriamente, até que seja possibilitada sua inserção no mercado de trabalho ou seu retorno à região de origem, com a viabilização de passagem por meio do albergue. As crianças e os adolescentes

são atendidos somente mediante documentos e acompanhados pelos responsáveis.

A *Casa República* tem como finalidade acolher ex-moradores de rua, por um período temporário, a fim de oferecer suporte para a inserção no mercado de trabalho e convivência comunitária.

O projeto *Moradias Alternativas* busca oferecer o benefício do aluguel social ou da carta de crédito, mediante alguns critérios de cadastramento.

Quanto à *Escola da vida*, é um espaço que atua de maneira articulada com os demais projetos do Programa, desenvolvendo atividades focadas na articulação de três eixos: trabalho, educação e cultura, atendendo pessoas acima de 14 (catorze) anos cujo objetivo é identificar, desenvolver e fortalecer as habilidades empreendedoras das pessoas em situação de rua, a fim de “reinseri-las” no campo social, comunitário e no mercado de trabalho<sup>17</sup>.

Não foi o foco desta pesquisa buscar amplo conhecimento das diligências e práticas dos equipamentos e projetos citados, mas, como o recorte metodológico deste trabalho abordou o cuidado com a população em situação de rua, considera-se relevante citar alguns serviços que visam atender esse segmento.

Na Prefeitura de Vitória, há um serviço municipal de atendimento ao público através do telefone de contato 156, chamado “Fala Vitória 156”. Por esse número, a população pode registrar suas denúncias, solicitações e incômodos com a cidade de modo geral.

Há um índice elevado de reclamações referentes à presença da população em situação de rua nos espaços públicos, principalmente no que se refere aos modos de viver dessas pessoas considerando-os “antissociais” (KUNZ, 2012), reforçando a propagação de discursos higienistas e moralizantes destinado a esse público.

---

<sup>17</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Notícias – **População de rua**. Disponível em: <<http://bit.ly/2SwYR3h>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Foram desenvolvidas algumas iniciativas no sentido de mapear a população de rua no Brasil e na Grande Vitória. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), estima-se que existem 101.854 (cento e um mil oitocentos e cinquenta e quatro) pessoas em situação de rua no Brasil, sendo que a sua grande maioria se concentra largamente em municípios maiores. A região Sudeste, por exemplo, sobressai-se em relação às demais regiões com 48,89% (quarenta e oito vírgula oitenta e nove por cento) da população de rua.

O relatório de caráter inédito da “Pesquisa sobre População em situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória”<sup>18</sup> contou com a participação de 385 (trezentos e oitenta e cinco) pessoas entrevistadas no período de julho de 2017.

As entrevistas ocorreram em setes cidades diferentes, como: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Seus dados foram organizados em sete subseções, cujos temas foram: 1. Entrevistas, 2. Perfil, 3. Educação, 4. Trabalho, 5. Trajetória, 6. Cotidiano, e 7. Saúde.

O principal objetivo desta pesquisa foi:

[...] gerar informações e dados estatísticos para subsidiar a formulação de políticas públicas específicas para este segmento. Nesse sentido, buscou-se identificar as vulnerabilidades, as dificuldades e as potencialidades associadas aos sujeitos participantes deste estudo, além de identificar o perfil dos mesmos (ESPÍRITO SANTO, 2018, p. 9).

A fim de tomarmos conhecimento de algumas informações a respeito do público entrevistado, destaca-se: 37,4% (144) das pessoas têm entre 30 e 39 anos; 20,8% (80) possuem entre 40 e 49 anos; 14,3% (55) são jovens entre 18 e 29 anos; 12,5% (48) possuem entre 50 e 59 anos; e 5,4% (21) são idosos, possuem 60 anos ou mais.

No que se refere a cor e raça, dentre os participantes: 54,0% (208) declaram-se pardos; 23,6% (91) informaram que são pretos; 15,6% (60) são brancos. Os

---

<sup>18</sup> ESPÍRITO SANTO, 2018. Instituto Jones dos Santos Neves. **Pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória** - Relatório. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2qjXeJK>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

negros (soma de pardos e pretos) representam 77,6% (299) da população entrevistada.

Constatou-se também que 149 entrevistados interromperam os estudos, quando estavam na faixa etária de 6 a 17 anos; 85, entre 18 e 29 anos; e 8, na faixa etária de 30 a 38 anos.

São pesquisas, geralmente, com metodologias quantitativas que subsidiam a formulação – “de cima para baixo” - de políticas públicas, nas quais, os verdadeiros beneficiados possuem uma participação estatística.

De modo geral, com as informações obtidas através desta dissertação de mestrado, observou-se que, apesar da rede de atenção à população moradora de rua da Prefeitura de Vitória ser considerada modelo aos demais municípios, ainda existem grandes lacunas e fragilidades nos serviços.

Os albergues estão lotados, a infraestrutura é precária, o mobiliário é sucateado, existem poucos leitos, os funcionários estão insatisfeitos e são mal remunerados, estressados e, com sobrecarga de trabalho, alguns chegam a adoecer. Falta qualificação e capacitação adequadas para lidar com esse público e, principalmente, falta vontade política dos governos municipal e estadual para investir nessa área (KUNZ, 2012, p. 24).

Além disso, como demonstrado, a manutenção dos espaços de albergamento é, normalmente, de custo elevado para o Município; mas, em contrapartida, apresenta baixa eficiência em relação às necessidades da população.

Algumas ações, que poderiam fortalecer e desenvolver autonomia aos moradores de rua, como o avanço de programas de transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, programas de moradias alternativas, dentre tantas outras, algumas vezes não estão em primeiro plano nas decisões das políticas dos governos municipal e estadual.

Cria-se uma sensação de que não é dada a necessária vazão às demandas das pessoas que recorrem ao serviço. Os objetivos e propostas dos projetos são significativos, mas, de maneira sutil, constrói-se uma relação de “dependência” dos usuários às atividades, quando, por exemplo, ocasionalmente, ocorre a institucionalização das pessoas em espaços que deveriam ser provisórios, mas

que se transformam em permanentes. Como os serviços têm desenvolvido autonomia e qualidade de vida aos seus “usuários”?

Algumas condutas partem de uma premissa *implícita* e ilusória ao afirmarem que a população de rua é invisível. Porém, se realmente assim fosse, por que o Estado buscaria desenvolver uma série de medidas para retirá-la dos seus territórios de moradia? Por que incomoda tanto? Para que tanto investimento em políticas de controle/dominação? Com que lente vê-se essa realidade?

Não se pode enxergar essa população de modo clichê. Não há um julgamento binário entre “certo” e “errado”. É necessário retirar essa cortina translúcida, que revela apenas imagens demasiadamente opacas, que podem nos confundir.

#### 4.1 O COMPARTILHAR DAS EXPERIÊNCIAS E O ACOLHIMENTO DOS SABERES DE PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA

Este trabalho busca ir além de dados e estatísticas, visa, na verdade, estar presente, exercitar práticas de respeito e se aproximar do outro, a fim de pôr em cheque discursos naturalizados que mascaram as realidades e tendem a silenciar os populares de rua, que, muitas vezes, os consideram apenas como dados numéricos ou como uma população degradada e imprestável.

Em contrapartida a esses pensamentos, compreende-se que essas pessoas não são “invisíveis urbanos” como distorcidamente são caracterizadas, a grande verdade é que estão “na pista”, resistindo e construindo modos de vida e, mais que isso, dando pistas de como podem estar nas ruas e de como gostariam de ser cuidadas.

À vista disso, nos subcapítulos seguintes, buscou-se narrar, discutir e problematizar as considerações do público alvo que dizem respeito, principalmente, a situações que denotam cuidado com a vida mais recorrente. A organização dessa escrita e do pensamento guiou-se pelas afetações e experiências produzidas no coletivo, pela vontade de questionar nossos modos

de relação com o outro de uma maneira muito mais ampla, por meio de conversas, contato, reflexões e encontros com a população em situação de rua.

Destaca-se que, direta ou indiretamente, os modos de cuidado com a vida foram relacionados à sobrevivência, proteção, higiene pessoal, alimentação, trabalho e renda, saúde, segurança, entre outros temas que foram desenvolvidos adiante.

A fim de que essa pesquisa ocorresse, foi necessário semear contatos, estabelecer conexões e gerar movimento com os principais atores deste trabalho, os populares de rua, a fim de assentar relações de confiança, acolhimento e troca, ao ouvi-los e estar junto a eles.

Para que se pense a partir da lógica do cuidado em que apostamos ao longo deste trabalho, fez-se necessário estar na rua e deixar ser contaminado por ela, a fim de que sejam construídas pontes que ligam esses territórios de vida a outros espaços, a mim mesma.

Parte-se do pressuposto que o campo de pesquisa é fluido e sem fronteiras. Nele eu habito e também sou habitada. Nele o meu corpo foi e será construído, modificado e estimulado pelo outro, ao mesmo tempo que o corpo do outro fará o mesmo por mim. Espera-se que, assim como eu, você também se permita pelo caminho.

#### **4.1.1 Hora do rango!**

A população em situação de rua se vale de táticas e, como diria a expressão popular, precisa de “jogo de cintura” para conseguir o alimento, que nem sempre vem na hora da fome. Na verdade, o que determina a “hora do rango” é um conjunto de fatores, que pode variar diariamente.

Diante das adversidades e da necessidade de se alimentar, é preciso inventar inúmeras estratégias para conseguir o mínimo necessário. Raul nos contou um pouco sobre suas experiências dia a dia:

[...] aí eu faço o seguinte: eu acordo de manhã, coloco o papelão com a manta em cima da árvore e aí eu meto o pé para a praia, eu tomo banho, continuo andando, vou para [...], vou lá porque tem hortifrúti e normalmente eles jogam umas frutas boas fora, mamão, manga, banana, uns legumes, saladas também, aí eu recolho, me alimento. E eu deito na sombra, fico descansando um pouco e aí desço para a praia de novo, tomo outro banho, e, aí eu vou lá na [...], pego água gelada, uso o banheiro, meto o pé para a [...], e lá eu pego rango. É quando eu consigo. Quando eu não consigo, aí eu meto o pé por aqui ou então vou lá para o Centro, é mais fácil. [...] lá os caras falam que passa todo dia rango, os caras da igreja, e então lá é mais fácil para arrumar também, e por ser o Centro da cidade é um fervo do consumo de comércio de lanchonetes, bares, essas paradas, o pessoal geralmente almoça em restaurante por lá, e em determinado horário antes do lixo passar você acha muita coisa, e então as latas que eu tenho eu achei lá.

Os estabelecimentos do ramo alimentício, tais como padarias, restaurantes, bares etc., são mapeados e procurados pela população de rua, pois ajudam a assegurar a sobrevivência nessas condições. Algumas pessoas possuem lugares de referência, onde frequentam há algum tempo e estabelecem relações de amizade e parceria, como nos contou Jorge:

Tem uma padaria onde o pessoal me conhece há muitos anos e o meu café lá, graças a Deus, é todo dia garantido. Eles sabem que eu sou uma pessoa boa, trabalhadeira, então eles me dão valor nessa parte. Respeitam pra caramba, gostam muito de mim lá. Sempre quando eu posso fazer alguma coisa para ajudar eles, eu estou fazendo. Graças a Deus eu tenho essa amizade com o pessoal lá da padaria, respeito. Meu café da manhã lá é garantido.

Como se pode perceber, por vezes é estabelecida uma relação entre as pessoas que vivem nas ruas e alguns trabalhadores do estabelecimento. Mas que tipo de conexão é essa? Parece-nos que ela ocorre como se fosse um verdadeiro “acordo de cavalheiros”, contexto em que as trocas de favores permeiam essa ligação. Enquanto os patrões garantem o “rango”, a população de rua contribui com pequenos serviços e, conseqüentemente, não é considerada uma ameaça à segurança local; mas, para isso, é como se precisassem provar que são “boas pessoas”, agradando e satisfazendo o outro, a fim de garantir a própria existência e ocupação de determinados espaços. Como explicou Chico:

É pela prova de conversa que a gente tem, de tratar bem as pessoas, conversar bem. A partir de duas horas, tem três restaurantes que eu chego lá e o gerente me dá comida. Me dá comida, porque ele vê que eu sempre estou lá vigiando carro, lá na beira. Lavava alguns carros, dos clientes. Eles não podem também chegar na hora do almoço, meio dia, e dar aquele almoço assim, porque é claro, eles estão trabalhando também, prejudica eles. Depois de duas horas, que o restaurante está fechando, eles liberam. Eles não dão para todos. Para aqueles que

eles sabem que são gente boa. Tem muitos que eles não liberam, os caras vão lá para aprontar.

Compreende-se que nem sempre as relações entre esses atores são construídas a partir do binômio merecimento-recompensa. Um popular de rua relatou que alguns funcionários de restaurantes jogam a comida no lixo de maneira cuidadosa, deixando-a em sacolas separadas e embaladas, para garantir que alguém possa comê-la de maneira menos pior: “[...] tem muito restaurante que põe uma alimentação boa, eles separam porque sabem que o pessoal da rua pega mesmo para comer” (RAUL).

Além dos estabelecimentos privados, também havia o Restaurante Popular de Vitória/ES, que era regido pela Administração Pública Municipal e funcionava na Ilha de Santa Maria, de segunda a sexta-feira, somente para almoço. Lá eram atendidos trabalhadores, idosos, aposentados, estudantes e pessoas em situação de rua, oferecendo refeições no valor de R\$ 1,00 (um real).

Porém, apenas um popular de rua citou esse espaço como possibilidade de conseguir se alimentar, imagina-se porque o restaurante já esteja fechado há algum tempo. O Centro POP de Vitória/ES também foi referenciado por alguns populares como espaço de higiene e alimentação.

Raul afirmou que para se alimentar, muitas vezes monta uma espécie de fogareiro com lenha para cozinhar alguns alimentos,

Isso é tranquilo, você pega e faz em qualquer lugar, tem lugares que os caras embaçam quando você está fazendo fogueira e um rango. Às vezes sai fumaça, mas dá para fazer com etanol, mas está gastando dinheiro, na lenha é melhor, menos perigoso também.

Além dessas possibilidades mencionadas, os populares de rua apontaram que as refeições entregues gratuitamente por algumas pessoas voluntárias representam práticas de cuidado. Como mencionado anteriormente, esta pesquisadora participou de dois desses grupos.

No *grupo centralizado*, por volta de 12:40h, as pessoas que vivem em situação de rua vão se achegando e buscando sentar nas cadeiras que já estão previamente posicionadas em círculo. Em primeiro lugar, ocorre um momento de oração iniciado por um dos membros do grupo e, em seguida, abre-se espaço

para debates sobre o trecho da Bíblia, que foi lido e, às vezes, sobre assuntos gerais do cotidiano, tais como a vida nas ruas, sobre o uso abusivo de drogas, dentre outras questões. Posteriormente, uma série de avisos é feito por outro membro do grupo, para, finalmente, o almoço ser servido.

É interessante observar os movimentos das pessoas que compõem o círculo, sejam elas voluntárias, seja ela população de rua. Enquanto ocorrem as preces, a grande maioria acompanha o momento de reflexão, algumas abaixam a cabeça, outras fecham os olhos, em sinal de oração e concentração. Porém, quando os discursos proferidos pelos voluntários se estendem, as pernas dos populares de rua começam a ficar inquietas e surgem conversas paralelas, em claro sinal de que a fome apertou e de que o assunto pode ficar para depois.

Quando ocorre o momento de debate, após a oração, normalmente, é incomum ouvir um popular de rua falar espontaneamente ou ser contrário ao que foi explanado anteriormente pelo membro do grupo voluntário. Contudo, nos sussurros, podem ser identificadas críticas e opiniões, principalmente quando o assunto se refere à residência terapêutica e demais serviços de assistência social. Nos momentos em que um popular de rua fala durante o debate, geralmente é para concordar com o voluntário ou expressar opiniões que vão ao encontro dos discursos já prontos. Em suma, o popular de rua acaba falando o que imagina que o outro quer ouvir.

Antes mesmo do início, algumas pessoas chegam ao local do encontro e ficam esperando em frente ao portão da casa. Já outras, só aparecem no final das discussões, quando o almoço está servido.

A grande maioria senta-se em roda, mas sempre há aquele que prefere sentar-se fora dela, no chão ou em cadeiras avulsas, como se quisesse representar, com essa atitude, resistência e/ou protesto aos modos habituais e pré-determinados.

Assim que almoçam, alguns populares de rua voltam de imediato para o que eles chamam de “pista”, sem muita conversa, enquanto outros fazem um minuto de descanso pós-almoço, trocam ideias, pedem doação, ajudam na organização do

espaço e só depois vão embora. Cada um utiliza o espaço e contribui de sua maneira.

A comida na panela tinha uma aparência apetitosa, sendo servida como as merendas são servidas nos colégios. O cardápio variava entre arroz, farofa, macarrão, feijão, etc. Cada um entra na fila com o prato descartável na mão até chegar a vez em que as pessoas vão servir o seu alimento. Mesmo que eles não se sirvam, a quantidade e a preferência da comida são definidas pelo próprio popular de rua.

Farinha e pimenta agradam à maioria dos populares de rua e, por conta disso, são iguarias que se encontram sempre ao lado das panelas, para que eles mesmos possam se servir à vontade. Se ainda restar alguma comida, marmitas são feitas e entregues àqueles que ficam ao final do encontro, inclusive, alguns populares carregam consigo vasilhas vazias, já pensando em garantir a próxima refeição do dia. Nem sempre há doação disponível, mas os populares de rua sempre solicitam cestas básicas, peças de roupas, calçados e cobertores.

Café fresco e suco de frutas também estão disponíveis. O bebedouro com água gelada, a torneira e o banheiro são muito utilizados pelos populares de rua que aproveitam a estrutura local. Normalmente, para fazerem suas necessidades pessoais, jogarem uma água no rosto e na cabeça e encherem suas garrafas de água.

Em um desses sábados, conheci uma moça jovem e muito bonita que gerava o filho em situação de rua. Embora estivesse com seu prato de comida nas mãos, naquele dia, estava sem fome e sentindo enjoos constantes devido à gravidez. Não conseguiu terminar toda a sua refeição, mas se preocupou em procurar por um terceiro, que fizesse isso por ela, pois não queria jogar comida fora. Explicou que já passou muita fome na rua e, em situações como essas, o que mais desejaria era um prato farto como aquele.

Um simples gesto que demonstra empatia, preocupação e cuidado entre as pessoas que vivem em situação de rua, mas que, muitas vezes, difere-se das atitudes daqueles que nunca passaram por uma situação semelhante. Como disse Jorge:

A população de rua se ajuda muito um ao outro. Se eu estou com comida e chega um amigo que está com fome, eu vou lá e: “toma aqui amigo”. Coisa que um rico não faz. Às vezes eu estou com fome, vem um amigo que está comendo, ele também divide comigo, e é isso aí, nós vamos sobrevivendo essa parte. Desse jeito. Um ajudando ao outro, porque quem está lá na alta não está se preocupando muito com quem está na parte baixa. Com certeza, a maioria dos moradores de rua se ajuda muito uns aos outros. Um cuida do outro ali na rua. Às vezes tem desentendimento, mas a população de rua tem muito amor um pelo outro.

Inicialmente, no grupo centralizado, os populares de rua pegavam seus pratos e comiam sentados em uma cadeira sem suporte de mesa, assim, uma das mãos servia de apoio para o prato descartável e o copo era colocado no chão. Nos encontros posteriores, mesas e cadeiras foram espalhadas pelo salão, para que todos se sentassem de forma a apoiar seus pratos e copos nas mesas, garantindo o mínimo de conforto e dignidade durante a refeição. Pequenos gestos que fazem toda a diferença.

O segundo grupo voluntário de que a pesquisadora participou – itinerante - é de caráter informal e desvinculado de entidades religiosas. Como diziam os seus membros, pretendiam “fazer o bem, sem olhar a quem”.

O grupo era composto por voluntários que se subdividem entre aqueles que doavam o alimento, preparavam as marmitas e aqueles que realizavam as entregas de, aproximadamente, 20 (vinte) refeições individuais por noite. Essas, por sua vez, eram feitas em carros próprios, nas partes continentais da cidade de Vitória/ES, durante o período noturno, todos os dias da semana, exceto às sextas-feiras e aos sábados, pois ainda não havia uma pessoa do grupo com disponibilidade nesses dias. Os responsáveis pelas entregas dividiam-se durante os dias da semana e, geralmente, iam em dupla realizá-las.

O cardápio variava a cada entrega. Normalmente era composto por arroz, feijão, macarrão, carne e legumes, deixando o prato com cheiro de comida caseira. A refeição era reforçada e sempre fresca. Às segundas-feiras, porém, o cardápio era diferente, composto por hambúrguer e refrigerante.

Conheci Dorothy, uma das organizadoras e fundadoras do grupo, em um encontro, que visava discutir sobre a integração entre a rede municipal e a sociedade civil, para executar ações voltadas a pessoas em situação de rua.

Nesse dia, vários cidadãos estavam presentes, principalmente líderes de grupos religiosos, a fim de se apresentarem e falarem rapidamente sobre os trabalhos desenvolvidos aos populares de rua. Diante de tantas pessoas com discursos similares, Dorothy se destacou, pois iniciou rápida apresentação diferente dos demais, dizendo que seu grupo não era ligado a qualquer instituição, seja política, seja religiosa.

Normalmente, o itinerário para as entregas das marmitas era previamente desenhado, todavia, o caminho poderia ser alterado durante o próprio percurso, dependendo das variáveis circunstâncias, como o clima, tempo, andanças reinventadas pela população em situação de rua, os deslocamentos da cidade, o movimento no trabalho noturno, dentre outras.

Ao nos direcionarmos, saudávamos as pessoas e oferecíamos as “quentinhas”, todas elas muito bem aceitas pelos populares de rua, que nos agradeciam com um “Deus te abençoe, esse é meu almoço e minha janta”. Em uma oportunidade, apenas uma popular de rua não aceitou o alimento, virando rosto sem dizer uma palavra sequer. Esse seu jeito já era conhecido pelos voluntários e por demais pessoas da região.

Existem alguns pontos mais frequentados pelos populares de rua. Em alguns desses lugares, sentíamos-nos implicitamente “convidadas” a parar e descer do carro para conversar um pouco com eles, que davam vida ao espaço. Nesses momentos, contagiávamos uns aos outros, contávamos piadas, jogávamos conversa fora e brincávamos. Compartilhávamos várias histórias e segredos, havendo um cuidado coletivo, que transbordava. O que facilitava essa aproximação era o fato de os populares de rua conhecerem o trabalho do grupo itinerante, bem como conhecerem Dorothy. Para se ter ideia, identificavam seu carro quando nos aproximávamos e chamavam-na pelo nome, o que denotava uma construção gradativa dos vínculos de afetividade.

Em uma das noites de entrega, restos de comida podiam ser visualizados na arquibancada da pracinha da parte continental da cidade. Questionados, os populares de rua afirmaram que fizeram um “junta prato” com vinagrete e arroz e já tinham se alimentado mais cedo.

Além do alimento, vasilhas, talheres e temperos também eram compartilhados uns com os outros. Materiais reciclados que, normalmente, são encontrados no lixo, eram igualmente reaproveitados nesse momento, como garrafas pet, potes e latas para facilitar o armazenamento ou preparo das refeições.

Nas entregas, cada popular de rua recebia uma marmita ou um hambúrguer, dependendo do cardápio do dia. Muitos deles se lembram de um amigo ou amiga, que ainda está na “pista”, pedindo para que deixássemos mais uma refeição. Diziam: “vê mais uma aê, vou deixar aqui guardada pro meu amigo, daqui a pouco ele volta cheio de fome”. Mais uma vez, percebe-se os gestos de cuidado que circulam e se formam entre os próprios moradores de rua.

Em contrapartida, o colega que não se esforça para compartilhar o alimento, também não é lembrado pelos outros no momento de guardar ou dividir a refeição, em clara manifestação de que existem regras sociais próprias da rua, como será mais bem explicado à frente.

A água potável nem sempre é facilmente encontrada pelas pessoas que vivem em situação de rua. Algumas delas conseguem nem sempre filtrada, gelada e no momento da sede encher um litro de garrafa pet em postos de gasolina, torneiras ou em bebedouros de praças ou parques, por exemplo. Entretanto, se encontrar garrafa pet em bom estado para uso já é uma tarefa difícil, quanto mais bebedouro de fácil acesso com água potável e gelada.

Por esse motivo, mais uma vez o grupo itinerante mostrou-se atuante a favor do cuidado com as pessoas, a partir da mobilização para entrega de garrafas com água gelada. Todavia, foram encontradas dificuldades para o financiamento do produto.

Os populares de rua que conhecem o trabalho do grupo itinerante, sempre que possível, aguardam em locais estratégicos a refeição, por onde normalmente sabem que o carro passará com as marmitas. Eles contam com a entrega dos nomeados “anjos da noite” e até mesmo percebem quando a rota ou o horário são diferentes, pontuando essa percepção aos voluntários.

Durante o percurso, encontramos outras pessoas que compõem essa rede de cuidado com a população de rua, que são, na sua grande maioria, mulheres. Em uma das noites de entrega, deparamo-nos com uma senhora, que oferecia pão de sal, fruta e suco de caixinha àquelas pessoas localizadas em uma das praças da parte continental da cidade. Perguntada sobre a sua atitude, ela disse que, pela primeira vez, estava oferecendo alimento nas ruas, mas pretendia continuar fazendo, sempre que pudesse, mas ainda estava um pouco perdida em como poderia fazer isso. Depois desse encontro, a senhora passou a fazer parte do nosso grupo, oferecendo lanche aos domingos.

Quando questionado às pessoas em situação de rua, se consideram o trabalho realizado pelos grupos voluntários como uma das redes que circula e tece cuidado na rua, observou-se que os mesmos o valorizam e o reconhecem como um grande apoio. Como foi afirmado por Chico:

É uma rede de cuidado. Uma rede de cuidado muito civilizada. Muito agradecida e abençoada. Você sabe por quê? A pessoa está lá, tem seu lar, deixa seu lar para vim ajudar os moradores de rua. Às vezes, tem alguma coisa para fazer e deixa para o outro dia, e vem dar uma proteção aos moradores de rua. E dou maior valor.

Jorge também sente que as ações dos grupos voluntários são tecidas como redes de cuidado, porém lembrou a importância e necessidade de existirem outros modos de cuidar que não somente o alimentar:

É uma rede de cuidado. Isso eu acho um cuidado. [...] Precisa de mais redes, mais ainda, muito e muito ainda. Ali é um cuidado que eles têm com a gente. Um cuidado alimentar, mas a gente não precisa só de alimento. A gente precisa de cuidado pessoal, higiene, emocional, tudo isso aí. [...] Ali é só uma parte, mas tem muita coisa para fazer ainda que a gente está precisando e não tem.

Ainda foi informado pelos populares que existem vários grupos voluntários que circulam pela cidade, normalmente, ligados a uma religião. Geralmente seus participantes oferecem doações de alimento e roupas.

Tem vários grupos. Eu mesmo, estou na rua esse tempão, eu dormia lá em baixo na rua [...], passava uns três grupos na semana. [...] dava janta, dava sopa. Tinha essa igreja aqui, que eles passam aqui. Eles estão indo para outro lugar agora, mas tem, tem muitos grupos que chegam conversam, igual estou conversando com você. Às vezes, eles oram para gente. Isso é uma coisa bonita (CHICO).

O contato com grupos voluntários trouxe à reflexão de um tema intimamente ligado à população de rua: o voluntariado, assunto que, constantemente, precisa ser objeto de debate.

O voluntariado está presente nas experiências de algumas pessoas, podendo se materializar a partir de uma vontade política, um impulso desejante, um interesse em transformar determinadas situações, uma maneira encontrada para reparar e elevar suas vidas, entre outros. Ainda que seja considerada uma ação importante, é preciso estar atento com possíveis armadilhas, visto que, no voluntariado, podem existir mecanismos que se aproximam da lógica do Racismo de Estado, tema já discutido anteriormente.

Isso acontece quando, por exemplo, alguns grupos voluntários disseminam discursos moralistas e conservadores; quando não respeitam outros modos de vida, tentando conduzir e controlar determinadas pessoas; quando impõem ideias aterrorizantes a fim de buscar uma suposta salvação e homogeneização daqueles por eles ajudados.

Também é importante pontuar que, atualmente, é forte a tendência no cenário político atual de repassar o trabalho que deveria ocorrer no âmbito das Políticas Públicas, para o voluntariado. Trata-se de uma medida que reforça a omissão do Poder Público. Deve-se lembrar que o trabalho voluntário envolve ações pontuais, e que devem ser consideradas apenas como um fortalecimento.

Em vista disso, vale salientar que o alimento, por exemplo, nem sempre chega para todos. No grupo itinerante ou centralizado, por exemplo, a entrega do alimento não é diária, bem como não tem capacidade material e humana de contemplar todas as pessoas em situação de rua. Como se pode notar, são vários desafios que devem ser driblados por esses populares.

É realmente sobreviver diretamente do que eu acho no lixo e na rua, entendeu, sem depender desses fortalecimentos. Para não ficar na mão dependendo de outra pessoa, porque não tem lógica você viver na rua e esperar tudo de mão beijada, que não vai vir (RAUL).

Um desses desafios é conseguir se alimentar nos feriados. Enquanto para alguns o feriado representa folga e descanso, para outros, significa lutar ainda mais. Nesses dias, muitos estabelecimentos não abrem e a cidade fica mais

vazia. Como relatou Jorge: “É complicado até para conseguir uma comida para você comer. Porque não tem as instituições que ajudam [...] eu tenho que me virar. Igual hoje. Hoje eu não tomei café ainda”. Nesse sentido, complementou Maysa: “O que torna difícil é o movimento mesmo que é fraco, [...] porque estamos acostumados durante a semana [...] muita gente viajou. Não tem movimento para ganhar dinheiro”.

Desse modo, como a maioria dos locais estão fechados e o movimento na cidade é reduzido, novamente o popular de rua precisa encontrar diferentes estratégias de (re)existência,

No meu caso, se eu ver que está tudo fechado, que não tem jeito de comer, eu pego meu balde e eu vou lá para praia. Se der sol, tem gente na praia para tomar banho. Tento lavar uns dois carros lá para me segurar o suficiente, para eu comer alguma coisa (CHICO).

Como continuou o popular de rua, quando se veem sem muitas opções, mesmo envergonhados, o que lhes resta é pedir:

Se eu ver que estou com fome mesmo e estiver tudo fechado, eu apelo. Vou na companheira ali do prédio e peço um prato de comida [...] eu não gosto de pedir nada para ninguém. Ficar na porta de padaria pedindo pão, pedindo dinheiro, eu não gosto. Eu sinto vergonha. Eu gosto de ir atrás do meu sustento, mas tem hora que a gente é obrigado a fazer isso (CHICO).

*Manguear* é definido pelos moradores de rua como o gesto de pedir coisas aos cidadãos, contando uma situação ou história, que possa sensibilizar o outro no intuito de convencê-lo a fazer uma doação, preferencialmente em dinheiro.

Em outras palavras, o ato de *manguear* coloca em cheque o poder de persuasão dos populares de rua, a ponto de suas narrativas tornarem-se capazes de tocar alguém para conseguirem o que precisam naquele momento.

O *manguear* é considerado pelos populares de rua uma artimanha lícita de sobrevivência, ora “eu peço em algum restaurante ou na rua mesmo, melhor pedir que roubar né” (MAYSA). Chico nos esclareceu o significado dessa palavra:

Manguear é eu chegar para você aqui e inventar um monte de abobrinha. Falar que sou lá de tal lugar, do Rio de Janeiro, ou não sei

aonde. Que estou passando fome, ou não sei o que. Ele vai dar dez reais. Uns dão até 100, dependendo do modo que o cara conversa.

Mesmo sendo considerado um gesto lícito no meio social, alguns deles sentem vergonha e só tomam essa atitude em último caso.

Tenho hora que não dá para segurar, se não tiver dinheiro, eu peço. Chego no gerente, dou uma ideia. Acho que a gente pedindo coisa pra comer, muita gente vê a situação da gente e dá. Mas é desse jeito assim, eu estando com dinheiro, estando com dez reais, se eu estiver com fome, eu não peço. Vou ali na padaria, compro um refrigerante, pego uma bacia de salame, dois pães e faço um lanche [...] é que tem muita gente que nega, fala que não tem. Quando a gente pede e não consegue nada de alguém, a gente pensa que está negando ou que eles pensam que a gente tem capacidade para trabalhar. E depois, a vergonha vem na gente (CHICO).

“Manguear” não é uma tarefa fácil. Para algumas pessoas em situação de rua, esse gesto representa implorar por alguns centavos, pelo alimento ou pela própria vida. Relatos indicam que é uma atitude constrangedora, que beira ao sentimento de humilhação e diminuição em relação ao outro. Sinônimo de fracasso e vergonha.

Talvez, por serem atravessadas por sentimentos como esses, algumas pessoas resistem e preferem não pedir comida ou qualquer outra coisa ao outro:

Desde a infância nunca pedi por causa da educação que meu pai me deu também, e que meu pai também nunca pediu e ele falou que chegou a morar um tempo na rua porque ele saiu do interior de Goiás e foi para São Paulo, e ele ficou uns tempos desempregado lá e falou “nunca pedi, eu trabalhei” e eu também trabalhei, eu trabalho (RAUL).

Assim, quando a fome e a necessidade realmente apertam, novas táticas de sobrevivência precisam ser utilizadas, como a “lixonete” ou o “garimpo”:

O lixo dos restaurantes, McDonald's, das padarias, de tudo. Tudo que você imagina [...] ou garimpo como se diz também. Pegamos latinhas, metais, pegamos tudo, cobre, o que achar. Mulambas, restos de roupas, aparelhos, qualquer coisa que tiver que funcione mais ou menos, a gente pega e vende. Às vezes tem refeição, tem frutas, legumes, pacote de arroz, pacote de macarrão, tem tudo [...] desde os pães da padaria, aos presuntos, queijo, tudo que não estiver estragado, o que estiver em bom estado e que der para consumir eu pego, divido com outras pessoas (RAUL).

Uma situação muito grave foi relatada por um popular de rua, ao dizer que uma pessoa realizava entrega de refeições com remédio diluído na comida:

Eu e mais uns amigos comemos e dormimos durante uns três dias - sexta, sábado e domingo - Um cara na rua achou que eu tava morto e chamou a ambulância, quando eu acordei, já tava no hospital, e lá eles falaram que era por conta de muito remédio controlado, acho que Diazepam o nome (POPULAR DE RUA).

Afirmou ainda que, depois dessa experiência, passou a sentir medo de aceitar qualquer tipo de alimento entregue por terceiros.

O cuidado com a alimentação nas ruas é um verdadeiro desafio, não tem hora, não tem lugar, não tem padrão.

#### **4.1.2 Cuidado (inter) pessoal**

Diferente do imaginado pela maioria da população e da forma como é veiculado na mídia, as pessoas que vivem em situação de rua têm inúmeros cuidados com o corpo e com a higiene pessoal. Inclusive, elas se sentem incomodadas, quando ficam muito tempo sem tomar banho, e envergonhadas de andarem sujas pelas ruas.

Chico, por exemplo, após ser questionado se o popular de rua se cuidava, contou um pouco sobre sua rotina, revelando práticas de cuidado com a vida:

Eu me cuido. Tomo três banhos por dia. Eu acordo de manhã cedo, saio daqui, vou aqui embaixo na padaria [...]. O dono de lá é gente boa para caramba. É o ano todo. Pode ir lá, ele não gosta que o pessoal fica pedindo dinheiro lá na porta da padaria, mas café pode todo dia. Ele dá café o ano todinho. Eu tomo café ali e saio, vou lá para Pedra da Cebola, tomo um banho, aí venho fazer meus corres. Quando dá meio dia, eu almoço. Aí vou para pracinha, não a pracinha do supermercado, tem uma pracinha lá no meio, uma pracinha civilizada de árvores, uns pés de manga. Para lá, naquela entrada. Eu deito ali e descanso, quando dá duas e pouco eu levanto. Eu vou lá na Pedra da Cebola, tomo outro banho. Tenho sabão, tenho perfume. Tudo bem, saio para rua de novo, depois eu vejo que vou dormir mesmo, igual estou ali agora, com três banho por dia. Quando não tem água lá, eu vou para praia e tomo. Não totalmente. Eu dou um mergulho na praia, mas tem os chuveiros da praia, e eu me cuido. Escovo os dentes, tenho escova. Eu fiz um ano de tratamento dos dentes. Eu estava banguela, botei esses dentes aqui. Quer dizer, eles botaram para mim (CHICO).

Ainda que não seja unanimidade, a grande maioria das pessoas que encontramos utilizam táticas para manter hábitos convencionais de higiene,

como, por exemplo, tomar banho, escovar os dentes, lavar as roupas e fazer a barba, utilizando produtos como sabonete, escova e creme dental.

Desse modo, segundo Jorge, o cuidado básico com a higiene pessoal, normalmente,

Existe. Eu dou os meus pulos. É cada macaco no seu galho, como se diz. Eu corro atrás. Se eu sinto aquela vontade, eu vou procurar, em busca dela. Eu não tenho ajuda. Então eu faço o meu dinheirinho para eu fazer aquela coisa que eu preciso. É comprar um sabonete, uma pasta de dente; eu corro atrás. Como? [...] lavando um carro, é onde eu tiro o meu dinheiro para ir lá e fazer a minhas coisas.

Embora afirme em suas falas: “eu não tenho muito cuidado não”, Raul revelou que mantém determinadas práticas que julga como “algum cuidado”, mas, na verdade, ele mesmo não as considera tão relevantes:

Eu corto as unhas, porque eu tenho cortador. Às vezes eu procuro, eu acho, ou peço emprestado. Algum cuidado eu tenho. A barba e o cabelo eu gosto de deixar comprido mesmo, eu escovo os dentes, tenho pasta e escova de dentes. Tenho duas escovas, duas pastas, eu tenho um sabonete, mas, não é todo dia que eu uso sabonete para tomar banho, porque eu não gosto muito, não adianta, você toma banho de manhã e quando for duas horas depois, você deu uma volta de não sei quantos quilômetros na cidade e já está fedendo de novo. [...] e então eu entro no mar, saio do mar, joga água na cabeça, e então estou sempre me molhando [...] e não é todo tipo de cuidado, esses cuidados que eu tenho não são relevantes, vamos dizer assim, porque vacina e essas paradas eu não tenho mais.

Diante de poucas opções para manter a mínima higienização pessoal, o popular de rua recorre aos parceiros donos de estabelecimentos, banheiros públicos localizados em parques, torneiras em postos de gasolina, quiosques à beira da praia e até mesmo à própria água do mar para refrescar o corpo.

A prova disso, quando questionado se existem lugares ou circunstâncias na cidade que facilitariam e/ou contribuiriam com a manutenção de tais cuidados, a resposta foi clara:

Não existe não. O que facilita para mim é a ajuda dos meus amigos que me conhecem muitos anos na rua, que me veem todo dia na rua que disponibiliza um banheiro para mim, disponibiliza um banho às vezes. Mas a gente é muito condenando na rua. Até para um banheiro, discriminam você. Você chega para usar o banheiro ele acha que você vai sujar o banheiro dele, vai impregnar o banheiro dele. Então é complicado. Não é fácil não (JORGE).

A título de exemplo, um popular de rua explicou como faz para tomar seu banho diariamente: “Onde eu tomo banho é onde eu descanso. Onde eu durmo tem uma torneira lá e eu tomo banho com a canequinha. Compro o meu sabonete e tomo banho com a canequinha”.

Alguns moradores do Município de Vitória/ES colaboram ao cederem suas casas como ponto de apoio para higiene do popular de rua. Pessoas ligadas a uma instituição religiosa também prestam esse suporte, liberando os espaços da igreja para esses fins. O cuidado com o outro, assim, acaba penetrando pelas brechas da cidade.

Há também aqueles populares que não tomam banho todos os dias, embora mantenham uma rotina de cuidados com o corpo. Muito vaidosa, antes de dormir, uma senhora que vive em situação de rua, prende seus cabelos brancos com grampos em formato de touca, explicando que assim ficarão ainda mais bonitos ao acordar. Diz ela: “costumo comprar com o dinheiro do meu benefício, produtos de higiene pessoal, como lençinho umedecido, escova de dente e pasta, essas coisas pra me manter limpa”. Já Maysa explicou que também se cuida ao ficar menstruada, por exemplo, pois se organiza para comprar absorventes e tomar banho, sempre que possível, mantendo seu corpo limpo.

Em ocasiões consideradas importantes, como visita aos familiares ou eventos especiais, o popular de rua tende a ser mais vaidoso. Chico, na ocasião em que o convidei para defesa de minha dissertação, animado, ele afirmou: “Claro, vou sim, vou me arrumar direitinho, pentear o cabelo, ir bem cheiroso, você vai ver, vou chique também”.

Observa-se que a preocupação com a boa aparência e a higiene comparece nos cuidados pessoais das pessoas em situação de rua, muito embora nem sempre consigam êxito nessa empreitada. Quando possível, as pessoas fazem a barba, cortam o cabelo, pintam as unhas dos pés e das mãos, usam brincos, anéis e enfeites nos cabelos. Gostam de vestir roupas limpas e bonitas, além de usar calçados conservados, sem muito luxo, mas bem arrumados.

Algumas mulheres em situação de rua, entretanto, afirmaram que, por vezes, a vaidade deve ser deixada de lado, a fim de evitar ações de violência, pois

geralmente são vistas por muitos homens como mercadorias itinerantes de desejo. Como foi afirmado: “Hoje em dia a rua tá até tranquila, o que mais a gente precisa se preocupar são com os homens né”. Mas sobre isso falaremos mais à frente.

Para satisfazer as necessidades fisiológicas, a população em situação de rua procura, primeiramente, por locais mais reservados e minimamente estruturados, como, por exemplo, banheiros de supermercados ou públicos, postos de gasolina. Todavia, nem sempre é possível chegar a tempo, visto que não são locais de fácil acesso e disponibilidade. Em último caso, sem muitas opções, acabam recorrendo a moitas, terrenos baldios ou casas abandonadas, utilizando sacolas plásticas para o armazenamento dos dejetos. Como explicou Raul:

Eu mesmo pego uma sacola, eu faço lá e depois joga no lixo, igual as madames que cuidam do cachorro que colocam no lixo, eu faço a mesma fita. Agora se tem banheiro igual [...], tem um banheiro, uma água gelada, é diferente, dá para usar lá enquanto estiver na região. Mas, vai na rodoviária tem que pagar um real. Se você vai nas praças não acha.

É válido ressaltar que banheiros públicos não são encontrados com facilidade, nem mesmo em pontos estratégicos da cidade. As pessoas que não vivem em situação de rua solicitam aos órgãos competentes que recolham esses banheiros, dificultando a vida, justamente, daqueles que deles necessitam: no caso, o popular de rua.

Chega a ser contraditório: As pessoas domiciliadas cobram a limpeza da cidade, mas não aceitam a instalação de banheiros públicos. Deve ser destacado que, normalmente, os populares de rua colaboram com o cuidado e a organização dos espaços públicos, pois desejam que as ruas estejam limpas. Em contrapartida, a grande maioria das pessoas domiciliadas sujam territórios públicos.

Como bem disse Maysa:

Banheiro é raro. Tinha banheiro público e tudo, mas os moradores fizeram um abaixo assinado pra tirarem os banheiros, pra prefeitura tirarem, e eles tiraram, porque disse que os moradores de rua tavam usando os banheiros. Ai quando o morador de rua faz cocô ali naquele banco ou xixi, eles reclamam.

Os momentos de intimidades de um casal de populares de rua também não contam com lugar específico, visto que não há espaço com o mínimo de conforto e privacidade para uma eventual relação sexual.

Insta frisar que os serviços de acolhimento provisório, como hospedagem noturna, não permitem que homens e mulheres durmam juntos, ainda que vivam como um casal em uma relação estável. Todavia, esse não acolhimento de casais pode se tornar um forte motivo de desinteresse quanto à permanência dos populares de rua nesses espaços.

Durante as andanças, observou-se que algumas pessoas em situação de rua carregam mochilas ou sacolas onde guardam seus pertences pessoais, por eles considerados “bens” úteis e, por vezes, com importante valor afetivo. Não raro pode ser percebido que um popular de rua carrega consigo revistas, fotos, resultado de exames, receitas médicas, peças de roupas, cobertor, materiais para o preparo de alimentos, produtos de higiene, documentos pessoais e demais objetos.

Dois populares de rua que circulam por Vitória/ES, são conhecidos não por carregarem mochilas nas costas, mas por sempre empurrarem um carrinho de supermercado para onde estiverem indo, armazenando dentro deles uma quantidade maior de latas de alumínio e papelão, que serão posteriormente vendidos, bem como outros apetrechos pessoais.

Infelizmente, esses objetos que possuem extremo valor para o popular de rua são, normalmente, recolhidos por policiais, cidadãos domiciliados e até mesmo pelos próprios moradores de rua.

Raul vive em situação de rua há 10 (dez) anos e explicou que carrega uma mochila de reserva dentro de outra mochila, para que na “[...] hora que acabar essa aí tem a outra”. Ele revelou os diversos itens que carregava dentro de sua bolsa, como: “pimenta, sal, alho, colher, a faquinha de cortar os legumes, lençol tipo edredom, sabonete, os itens de higiene, e, quando eu acho um livro ou uma revista eu guardo, aí eu fico lendo”.

Os objetos considerados mais importantes são guardados dentro de uma bolsa, que é como uma companheira de viagem que não só armazena itens materiais e objetivos, mas ajuda a carregar bens pessoais e subjetivos ao longo de uma jornada: “onde eu vou, levo ela comigo”.

Além dos cuidados pessoais de cada um, o cuidado que circula entre as pessoas em situação de rua também é tecido na cidade, havendo, por vezes, empatia e trocas entre os populares. Chico explicou como isso pode acontecer:

Existe, às vezes, uma troca de cuidado. Eu naturalmente, já dei muita ideia nos colegas meus, que estavam andando sujo [...] a gente se cuida, assim, quando eu ganho uma roupa, que alguém do prédio me chama porque tem umas roupas lá, roupas até que boas. Algumas não cabem em mim, cabem nele. Pergunto se ele quer, que separei essa roupa para ele. Dou a ele. Vê se ele me dá também, alguma roupa quando ele ganha. A matéria que a gente tem que cuidar um do outro, é essa aí. Porque não tem como a gente cuidar de outro jeito, não. Sofrimento. Ele cata latinha todo dia. Ele é um cara que anda na rua, sincero e tudo, e é um cara honesto [...] a matéria que a gente tem que cuidar um do outro, é emprestando isso aí, dando uma roupa um para o outro, um sabão. [...] sabão. Eu não tenho sabão. Toma aí, um sabão, um sabonete. Não tem como, não tem muita coisa para ajudar. E tem outro tipo de ajuda. Eu tenho certeza que se ele tiver passando mal, eu sou de ajudar ele. Telefonar para ambulância para buscar ele, pedir ajuda de alguém, falo que o rapaz está passando mal e se dá para dar uma ajuda e levar ele até o hospital. É uma maneira de ajudar.

Raul também contribuiu:

Existe. Alimentação, roupa, dinheiro, o cara dá um toque: “não vá ali, porque aquele cara é assim, aquele outro é bandido”, então tem. Tem essa ajuda, entendeu? Tem uma força, o pessoal se comunica, o pessoal é tranquilo.

As relações florescem em facetas distintas e vão para além das ruas.

Maysa, por exemplo, após 26 anos vivendo nessa condição, conseguiu alugar uma casa, por meio da concessão do benefício de aluguel social. Porém, embora considere a residência mais confortável e aconchegante, ainda se sente conectada ao território onde morava, explicando que saiu da rua, mas a rua não saiu de dentro dela:

Esses dias nos viemos pra dormir na rua, só que ai depois tava com o tempo querendo chover, ai ela disse que era melhor nois ir embora pra casa. Aí nós fomos pra casa, mas vez enquanto dá na telha de vontade de vir ficar na rua, da vontade, ai nos vem mesmo. Não sei, da vontade, do nada. A gente tá dentro de casa assim, aí dá aquela agonia de querer ir pra rua. [...] quando eu venho pra dormir na rua eu sinto falta

de tá em casa, sinto vontade da minha cama, porque o chão, você vira pro lado dói as costas. Porra, minha cama tá lá e eu tô aqui dormindo nesse chão, não acredito nisso não. Não sei o que me faz querer voltar pra rua, eu acho que é o vínculo da rua. Eu saí da rua, mas a rua não saiu de dentro de mim ainda. Então é o vínculo. Uma hora eu tô em casa, aí me dá aquela vontade louca de vir pra rua, boto a roupa, pego minha mochila e uma coberta e venho pra cá.

Em alguns casos, segundo Maysa, as pessoas desconhecidas que se encontram na rua podem ser até mais compreensíveis e acolhedoras que o próprio núcleo familiar - justamente aquele que vulgarmente é visto como fonte de acolhimento, proteção e cuidado – problematizando e desconstruindo essa típica ideia de família.

[...] sabe que a pessoa tá ali na rua não é porque quer, é porque a família não ajuda. Porque, primeiro, a família em vez de criticar, ela tinha que apoiar e ajudar, mas só que a família é a primeira a criticar, aí acaba a pessoa indo pra rua porque a família não ajuda. A rua acolhe mais do que a família. Primeiro tinha que vir da família, se viesse da família não tinha muita gente sofrendo na rua. Muito morador de rua morrendo, a família não ajuda (MAYSA).

Nota-se que noções de amizade, companheirismo e humanidade são tecidas em diversas circunstâncias na rua, seja nos momentos de brincadeiras, conselhos e bate-papo, seja no compartilhamento de alimentos, roupas, produtos de higiene e utensílios diversos, seja para acolher e “tomar umas pinga”, no tempo frio, na hora da dor e da solidão. O momento não é determinante nesses casos, mas os encontros que compõem a caminhada.

O viver na rua não se garante com práticas de isolamento e sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade. Quem cai na rua não tem como viver sozinho. Para ser aceito “não pode ser um parasita”, e isso inclui compartilhar desde o pedir dinheiro ou alimento aos transeuntes, ou realizar pequenos serviços como limpar a rua, cuidar do lixo de algum estabelecimento comercial, fazer pequenos favores aos comerciantes ou camelôs, dentre outros (KUNZ, 2012, p. 35).

Porém, apesar de o cuidado entre as pessoas ser reconfortante e reconhecido pelos populares de rua, por um tempo, Chico expõe sua opinião, ao dizer que, na verdade:

Quer dizer, eu até hoje na rua, não me senti cuidado por ninguém, não. Eu mesmo cuido de mim. Se eu for esperar para ser cuidado por alguém de rua, acho que custa. Rua é assim [...] às vezes, você tem uma coisa para repartir, é muita gente, como você vai repartir?

Para Raul, por exemplo, quando o contato é diário e as relações humanas se estreitam demais, a intimidade típica desses relacionamentos pode ser um complicador durante as andanças, preferindo assim, andar desacompanhado:

O que prejudica mais às vezes são os relacionamentos que você tromba no meio do caminho. Ou com garotas ou então esses camaradas de cachaça, de drogas, de trampo, essas paradas [...] as relações de forma geral, desde que regada nas drogas e no álcool, não dá certo, é difícil, é raro. O contato quando ele é diário, frequente, com malocas, ele causa problemas, não é bom, nunca foi bom, desde que eu estou andando, antes de eu andar os caras já me falavam, quem já era da trilha já me falava, “é melhor ir sozinho do que acompanhado, você vai ver”, ou do que você se entrosar com galera. Você pode até ficar um tempo, deixar uma alimentação, tomar uma cachaça e dividir, fazer um contato e meter o pé. Entendeu, não tem como ficar sempre direto e reto, porque uma hora vai rolar encrenca, ou seja, por inveja, ou se não for, por alguma coisa que você falou que o cara não gostou. E então são muitos cuidados que você não tem sozinho que você precisa ter quando está com companhia, em uma maloca, em uma situação que você poderia evitar estando sozinho. Então, o foda é isso, e o mal é isso, tem que sempre estar sozinho ou em uma parceria boa.

O cuidado que circula nas ruas, seja ele pessoal, seja entre as pessoas, é heterogêneo e multifacetado, tecido de acordo com as vivências e experiências de cada sujeito. Observa-se que esses modos de cuidado, na verdade, são demasiadamente pontuais, ou seja, o que vale para uma situação não necessariamente vale para todas. Esse contexto leva-se à compreensão de que só se consegue desenvolver e oferecer aquilo que conhecemos e podemos desfrutar, “quem recebe cuidado, dá cuidado. Quem recebe também cuida do próximo. Eu acho assim. Eu pelo menos sou assim” (CHICO).

#### **4.1.3 Contratempo aos descobertos: entre mobilidades e resistências**

Ao sair para mais um dia de entrega de marmitas, já era noite e garoava lá fora, quando a previsão do tempo indicava que a tempestade continuaria na capital. Para aqueles que estavam descobertos, seria mais uma noite dura.

Naquela noite, o clima ainda era duvidoso – chuvisco ou vendaval? – mas independente da intensidade da queda d’água, a rede permaneceria firme tecendo cuidado: “as marmitas serão entregues faça chuva ou faça sol, eles esperam por nós, vamos?”. Convocou-me Dorothy.

Perguntava-me ao entrar no carro: Encontraríamos consideráveis mudanças dos movimentos realizados na rua, em virtude do mau tempo? Como os deslocamentos aconteceriam? Veríamos diferentes estratégias de cuidado sendo utilizadas?

Não andamos por muito tempo e já foi possível notar que os locais onde normalmente se concentra um número maior de pessoas rindo e conversando uma com as outras encontravam-se isolados, como praças e outros pontos de encontro da cidade, que não eram cobertos. Os bancos descobertos estavam úmidos por causa da chuva, e a grama bem molhada absorvia a conta gotas os pingos das árvores. Ao caminhar, os desvios das poças de água traçavam novos percursos. Os buracos aparentavam ser ainda maiores. O frio parecia se intensificar e tomar conta daquele lugar vazio, visto como um retrato preto e branco.

Onde estavam aquelas pessoas que nos recebiam com um sorriso largo no rosto? Onde estavam aquelas pessoas que acendiam vida no lugar? Procuramos por essas vidas. Lá estavam, em lugares distintos e recolhidos. Algumas estavam em grupo, outras sozinhas.

Colchonetes, lençóis ou até mesmo papelão se esforçavam para cumprir o papel de aquecer o corpo úmido. Algumas “cabanas” eram construídas de maneira heterogênea com pedaços de lona e outros objetos que ganhavam novas utilidades no intuito de dificultar as correntes de vento forte.

O calor do corpo do outro também tinha uma função importante, como explicou um popular de rua, deitado ao lado de amigos: “em dias de chuva, quanto mais gente melhor”. Eram corpos que se cuidavam. Utilizavam-se. Aqueciam-se, já que a noite era fria.

Vale ressaltar que também encontramos pessoas sozinhas que tentavam descansar embaixo de marquises, ao relento, no chão úmido e gelado. Entorpeceram-se para amenizar o frio? Não conseguiram encontrar objetos que pudessem aquecê-las?

Os populares de rua explicam que, dependendo da previsão do Climatempo, é necessário procurar um lugar para dormir onde há uma cobertura maior, pois tentam se proteger da chuva e manter seus pertences secos e resguardados. As marquises maiores, principalmente aquelas de centros comerciais, são as mais pretendidas nesses dias; porém, alguns comerciantes não aprovam a presença de pessoas dormindo próximas ao seu estabelecimento. Sobre isso falaremos logo mais.

Mesmo com os devidos cuidados, alguns prejuízos ocorriam. Conhecemos pessoas em situação de rua, que perderam seus documentos pessoais com a água da chuva. Sem contar outros objetos importantes, como roupas, sapatos, colchões e cobertores que, depois de ensopados, são praticamente irrecuperáveis caso não encontrem um lugar com o calor solar para secá-los de imediato.

Quando o frio adentra, os deslocamentos nas ruas são outros. Os espaços coletivos que normalmente são tidos como pontos de encontros são esvaziados, pois é inviável frequentá-los em dias de chuva. Afinal, eles não são planejados para acolher e proteger a população em situação de rua em dias ensolarados, quanto mais na chuva ou com fortes ventos, tornando necessário buscar novos horizontes preferencialmente cobertos.

Entretanto, encontrar um teto em época de chuvas torrenciais é apenas uma das preocupações da população de rua frente aos riscos à saúde causados por inundações e pelo contato com a água contaminada, tais como a transmissão da leptospirose, hepatite e cólera. Isso porque a água, que transborda dos rios e bueiros, entra em contato com a rede de esgoto e com animais portadores de doenças e seus dejetos, ficando contaminada. Portanto, facilita a entrada de vírus ou vermes pela pele, principalmente se houver ferimento.

Além da água contaminada, outros elementos provenientes das enchentes são capazes de ocasionar lesões e/ou doenças graves, quando em contato com a pele, como a lama e o entulho. Para as pessoas que não conseguem evitar essa aproximação, como pode ser o caso do popular de rua, recomenda-se utilizar

botas e luvas emborrachadas, ou, ainda, sacos plásticos para protegerem os membros do corpo.

No espaço urbano, cada pessoa se protege como pode e quando consegue, criando táticas de sobrevivência para se resguardar das consequências do mau tempo, principalmente quando não encontram um local adequado para ficar ou objetos para se aquecer e se proteger, como cobertores, colchonetes, roupas de frio, luvas de borracha, botas e sacos plásticos. Contudo, nem sempre é possível vencer a luta contra a fúria da natureza.

Por exemplo, recordamos o ocorrido na Cidade de São Paulo/SP em sua madrugada mais fria do ano, atingindo 7,9°C. Nesse dia, uma pessoa, que vivia em situação de rua, foi encontrada morta na Zona Oeste de São Paulo (SP), sem sinais de violência, indicando que pode ter sido vítima do frio.

Como afirmou Robaina (2015), o espaço se constitui em um elemento central na organização da vida cotidiana das pessoas em geral, visto “as transformações cíclicas decorrentes do dinamismo da própria cidade” (p.340). Por isso, o planejamento urbano deve considerar e, também, preocupar-se com os modos de vida e de cuidado dessa população em situação de rua, já que a cidade é de todos e todas.

Entretanto, o que se observa é um conjunto de ações, que possui o objetivo de controlar a livre circulação dessas pessoas, e também limitar suas permanências nas calçadas, parques e praças. Assim, gradativamente, é promovida a expulsão desses moradores, fomentada, principalmente, por habitantes e comerciantes que desejam a segregação e “higienização” desses espaços públicos, geralmente com justificativas de repúdio aos considerados desiguais.

As modificações ocorridas na cidade são consequências de inúmeras situações, como: a elevação das condições de vida, novos empreendimentos e investimentos, transformações da composição social, divergências provenientes da convivência entre grupos sociais diferentes, etc., que revelam um dos efeitos da gentrificação, que escancara o acirramento da desigualdade e a distância social entre os moradores da cidade, sejam eles domiciliados, sejam das ruas (PASSOS; ARAÚJO, 2015).

Na perspectiva do geógrafo Neil Smith (2006), a gentrificação está relacionada com o processo de modificação do espaço urbano, onde locais periféricos são transformados em espaços nobres ou comerciais, com paisagens urbanas e benefícios que as classes médias e altas podem usufruir, dado que os nomeados “sem-teto” foram encurralados e afastados desses espaços. O processo de gentrificação implicará no deslocamento das camadas mais pobres e potencializará o desenvolvimento de uma cidade desigual,

[...] seja quando expulsam a população de baixa renda de bairros e trechos urbanos revitalizados em prol de interesses econômicos das elites, seja quando tomam as culturas apenas como elementos de captação de investimentos, mercadorias sobre as quais se constrói um consenso sobre os rumos da cidade, financiado pelo capital privado e internacional (PASSOS; ARAÚJO, 2015).

A fim de extinguir um tipo de ocupação considerada insalubre, seleciona-se o morador e as atividades específicas que ali devem ser vivenciadas. Para isso, uma parcela da sociedade alinhada ao Poder Público, com a participação dos arquitetos e urbanistas, adotam medidas arquitetônicas no intuito de alcançar objetivos cruéis, com a instalação de bancos duros que dificultam seu uso como cama, câmeras e sistemas de segurança espalhados em locais estratégicos, superfícies compostas por pedras e plantas pontudas, pisos irregulares e inclinados, ferragens pontiagudas, grades e muros que cercam espaços vazios ou marquises, esguichos de água para molhar calçadas durante a noite, luzes incômodas, dentre outras arquiteturas espaciais que potencializam o isolamento e a violência, podendo passar despercebidas por nós, mas dribladas, cotidianamente, pelas pessoas em situação de rua.

Além disso, também se adotam ações com o intuito de reforçar a ideia de que determinados espaços da cidade não são para todos, sendo pactuadas orientações como não doar roupas, comida e tampouco dinheiro a qualquer pessoa identificada como popular de rua, a fim de fortalecer o movimento, que visa delimitar os locais públicos e extinguir tais populares.

Percebe-se, assim, que os processos de produção da *pólis*, podem revelar práticas que estimulam a desigualdade de acesso à cidade e também do seu desfrute. Esse processo de afastamento do outro diferente, distancia ainda mais os populares de rua da convivência comunitária e dos espaços públicos,

contribuindo para reforçar estigmas socialmente construídos e intensificar a manutenção da “ordem urbana”, haja vista a presença de diferentes práticas, modos de morar e visões de mundo não premeditadas.

Observa-se, assim, o nível de mobilidade e jogo de cintura, que os populares de rua precisam desenvolver, visto que necessitam (re)organizar suas redes de cuidado e sobrevivência frequentemente, pois, diariamente, possuem suas marcas, expressões corporais, relações interpessoais e contato com a cidade, coibidos e repudiados.

Como exemplo, Chico pontuou que por vezes se sente enxerido em determinados espaços públicos, pois é visto por muitos “cidadãos do bem” como um intruso na própria cidade, acreditando que determinados espaços foram feitos para o outro e não para ele: “Aquilo ali, para mim, foi feito para o pessoal, de lazer. Lá tem campo de bola, o pessoal treina ali, e tudo”.

É como se estivessem de fora dessa realidade, como se não pudessem ocupar espaços da cidade que disponibilizam lazer, cultura e bem-estar, como se isso não lhes pertencesse, pois não se sentem acolhidos e bem-vindos.

O exposto até então demonstra que a população em situação de rua precisa ultrapassar, não somente, obstáculos meteorológicos, mas também os empecilhos físicos e implícitos, para sobreviver e circular pela cidade, criando modos de cuidado específicos para situações como essas. É importante resistir e reafirmar: as pessoas em situação de rua também têm direito ao proveito e acesso igualitário à cidade!

#### **4.1.4 Entre um cochilo e outro à distribuição dos corpos na cidade**

Durante a entrega das marmitas, que eram feitas à noite, a refeição era deixada ao lado do popular de rua, que estava aparentemente dormindo para que pudesse comer, ao acordar, ou quando sentisse fome.

Observou-se que alguns voluntários do grupo itinerante deixavam a comida ao lado da pessoa para que pudesse comer quando acordasse ou abordavam essas

peessoas para receber a marmita mesmo quando já estavam dormindo, pois, na melhor das intenções, entendiam que seria melhor se as refeições fossem consumidas, quando a comida ainda estivesse quente e fresca.

Ainda que essa justificativa seja plausível, afinal, ingerir comida fresca e quente é mais saboroso, não é mesmo? – ninguém, em sua casa, é acordado para comer de madrugada, quando está dormindo. Ora, então por que as pessoas que vivem em situação de rua teriam que ser acordadas, à noite, para comer? Além disso, foi relatado por um dos populares de rua que deixar comida próximo do local onde está dormindo pode atrair pragas urbanas, como ratos e baratas.

Convém registrar que essa abordagem não foi observada apenas no grupo de voluntários que acompanhei. Outro grupo que entregava sopa na região do Centro de Vitória/ES, que tive a oportunidade de conhecer rapidamente, também teve uma abordagem parecida, levando a crer ser essa uma prática comum e aceita, de modo geral, pelos voluntários. A bem da verdade, os voluntários precisam tomar mais cuidado com esses pormenores, pois, por vezes, podem atrapalhar os cuidados da população em situação de rua.

Ademais, conforme afirma Kunz (2012), “a experiência nos diz que é mais prudente não os acordar, pois dormem à espreita, prontos para qualquer defesa” (p. 60). Expostas a todos os tipos de perigo, as pessoas que vivem em situação de rua descansam desconfiadas, e uma aproximação inesperada pode assustá-las, gerando uma ação impulsiva de se defender principalmente, à noite, quando há menos gente circulando na cidade.

A estratégia de cuidado fica evidente nesses casos: alguns populares de rua preferem ficar acordados durante a noite e dormir durante o dia.

É de se perguntar: como conseguem dormir na rua, diante de tantas circunstâncias adversas? Além das já citadas nessa pesquisa, Raul pontuou que “na rua você está deitado no chão e o rato vai vir se estiver com alimentação guardada na mochila, vem baratas, [...], ratos, cachorros que chegam perto”.

Também não se pode esquecer da presença de policiais, comerciantes e demais moradores da cidade que, na base da intolerância, expulsam os populares de

rua de determinados espaços, na calada da noite, inclusive, fazendo com que eles acabem circulando de tempos em tempos. Esse processo de rechaçar o outro, que incomoda, denuncia práticas de repressão e violência contra o povo da rua, como relatou Raul:

Gente que chega perto e fica te olhando, então você se estressa e fica doente fácil, dentro de casa você está fechado e lacrado. Então aparentemente você se sente seguro em dormir e descansar, e dá para descansar, quando eu tinha casa eu descansava bastante, agora na rua você tem que se entocar melhor. Às vezes passam pessoas que ficam te olhando, passam caras que falam “vamos tacar fogo, vamos tacar pedra”, vamos fazer isso ou aquilo. Então, todas essas coisas fazem você acordar, fora os que te roubam. Lá em São Paulo um cara meteu uma navalha no meu pescoço para me roubar só a escova de dente, o dinheiro estava guardado no bolso, e ele não teve coragem de mexer, porque ele achou que ia acordar. E aí primeiro ele colocou a lâmina no meu pescoço e começou a mexer na minha mochila.

Embora existam dificuldades para descansar à noite, as pessoas em situação de rua buscam empreender determinadas estratégias para contorná-las.

Alguns preferem encontrar regiões fixas e específicas para dormir, com caráter mais reservado, tranquilo e afastado; outros não fazem tantos planos na hora de deitar: “eu sou mais andarilho do que fico parado em algum lugar. Eu durmo em qualquer lugar, às vezes eu escolho um lugar ou outro, mas, geralmente é qualquer lugar” (RAUL). Mas todos entendem que nem sempre é seguro descansar permanentemente no mesmo local e que existem regiões que são mais inseguras em comparação a outras.

É o que ocorre com uma senhora de idade já avançada e moradora de rua há pouco tempo, que prefere encontrar um lugar diferente para dormir todos os dias, pois assim sente-se mais segura: “todo dia eu procuro um lugar novo pra dormir, quando dá assim umas 22h30min eu começo a rodar, porque é quando o comércio já tá fechado e tem menos gente na rua”.

Mediante orientação policial, essa senhora buscava dormir abaixo de marquises localizadas em pontos comerciais ao invés de regiões residenciais, já que algumas pessoas residentes em condomínios não gostam da presença de moradores de rua nas portarias de suas casas, exigindo que a polícia os expulsem desses locais. Por outro lado, cabe salientar que os comerciantes também não aprovam essas presenças.

Na verdade, essas ações de exclusão e distribuição dos corpos, não são observadas apenas no momento em que as pessoas em situação de rua estão dormindo, mas a todo tempo que estiverem circulando pela cidade, como bem destacado no subcapítulo anterior.

Como se pode perceber:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. [...] é preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. [...] A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2014, p. 140).

A cidade está distribuída com rigor, por linhas nem sempre tão subjetivas, que riscam de um canto a outro todos os lugares, sendo reacendidas frequentemente na garantia de um lugar mais seguro e com belas paisagens. As fronteiras nem sempre precisam ser identificadas, pois já estão socialmente estabelecidas e muito bem delimitadas.

Cada pessoa é definida pelos lugares que ocupa e pela distância, que separa esses lugares um do outro, “eles lá e a gente cá”, quanto mais distante de determinados sujeitos, melhor. Cada um “no seu quadrado” para não ter “tiro, porrada e bomba”. No camarote da vida, não há espaço para as pessoas que vivem em situação de rua.

Fazendo uma analogia com a Festa de Carnaval, que ocorre em Salvador (BA) anualmente, referenciada por alguns brasileiros como o “Maior espetáculo da terra”, o trio elétrico sai, às ruas, seguido por milhares de foliões que podem se divertir de maneiras diferentes, nos blocos carnavalescos: nos camarotes ou na pipoca<sup>19</sup>. Contudo, somente é assegurado um lugar reservado, bem estruturado,

---

<sup>19</sup> As pessoas que fazem parte da pipoca não pertencem a nenhum bloco, mas acompanham o trio elétrico de fora da corda. Folião pipoca (“pipoca”, sempre pulando). Fonte: TRIO ELÉTRICO.

com privilégios e fatura, àqueles que compram ingresso e garantem o uso de abadá<sup>20</sup>. Lá se vão os foliões dos camarotes claramente identificados com seus abadás e separados da “galera da pipoca” por cordas e camisetas específicas.

Para pensarmos sobre essas questões relacionadas ao controle e distribuição dos corpos no espaço, recorre-se a Foucault (2014),

As disciplinas, organizando as ‘celas, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (p. 145).

Como explica o autor, são várias as técnicas utilizadas pela disciplina na distribuição dos indivíduos em um determinado espaço. Por vezes, a disciplina, exige a *cerca*, isto é, “a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar” (FOUCAULT, 2014, p. 139) – tal qual a corda que separa os foliões de abadá e a galera da pipoca, na analogia feita acima.

Como se pode ver, há um modelo disciplinar que também organiza os espaços e as vidas nas ruas, não só no momento do sono, mas a todo e qualquer deslocamento do corpo.

#### 4.1.5 Formação em “MedEsquina: Os cuidados à saúde

Chico, entre idas e vindas, é popular de rua há 8 (oito) anos: “A rua é uma escola também. A rua ensina tanto o bem, quanto o mal”. Continuou dizendo que uma

---

In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2DdvJK8>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

20 O abadá é uma camisa destinada a identificar os integrantes de um bloco carnavalesco do trio elétrico, sendo adquirido apenas a partir de sua compra. Somente aqueles que possuem o abadá podem ficar na parte interna das cordas que cercam o bloco. Fonte: TRIO ELÉTRICO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2DdvJK8>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

das coisas que se aprende vivendo nessas condições é sobreviver, mesmo diante de circunstâncias sobre-humanas.

Um dos princípios básicos de sobrevivência é não depender exclusivamente do outro para conseguir o que deseja, já que nem sempre é possível contar com ajuda de terceiros.

Mesmo com o fim desta pesquisa, ainda assim não será possível compreender a dimensão dos ensinamentos e experiências provenientes da vida em situação de rua, embora seja possível compartilhar histórias e, dependendo do grau de abertura às afetações do mundo, permitir-se ser atravessado por elas.

Cada popular de rua possui seu jeito de viver e seu ponto de vista sobre determinadas situações do cotidiano, como: a manutenção da saúde, os modos de cuidado pessoal, as condições de proteção-segurança, a vida em situação de rua, entre outras. As teorias e os saberes são tecidos com as experiências e com a vontade de permanecer vivo.

Como explicou um popular de rua, sua formação em *MedEsquina* refere-se aos ensinamentos aprendidos em cada esquina percorrida na rua. Em contrapartida aos cursos de graduação formais, os quais são disponibilizados em instituições de ensino regular, a formação em *MedEsquina* é tecida a céu aberto e na vida cotidiana, com experiências populares e saberes do senso comum.

No que tange às condições de saúde, Chico e Raul relataram que raramente ficam doentes nas ruas, opinião compartilhada pela grande maioria dos populares que encontramos no campo de pesquisa. A título de exemplo, Chico contou: “Eu vou falar com toda sinceridade pra você. Desde que eu estou na rua, não consegui passar mal ainda, e olha que eu como de tudo”, e Raul ainda reforçou: “Eu só tive em dez anos, só uma dor de ouvido, e a garganta que inflamou [...] vacina e essas paradas eu não tenho mais. A última que eu tomei acho que foi em 2008”.

Refletindo sobre essa situação de saúde, Chico fez um comparativo de quando morava em uma residência, junto à família, e os dias atuais em situação de rua:

Quando estava com minha casa, sempre sentia dor de cabeça, mas na rua não. Dá vontade de ir no banheiro, tudo bem. Mas negócio para tomar remédio, essas coisas assim, não. A única coisa que eu tive na rua, foi dor de dente. Já passou também, até canal eu fiz.

Como mencionado acima, alguns saberes populares são construídos especialmente para a manutenção do cuidado e da boa saúde nas ruas, como, por exemplo, ingerir camarão ou peixe cru com intenção de limpar a garganta. Segundo relatou um popular de rua, a ingestão de frutos do mar é capaz de “ir lavando tudo” e evitar inflamações. Para conseguir esse alimento específico, o mesmo afirmou que vai “manguear” na Feira Livre quase todos os sábados.

As indicações comumente ouvidas em consultas médicas quanto ao cuidado com a saúde são semelhantes às lembradas por um popular de rua, que informou nunca ter ficado doente, já que segue três princípios básicos: não bebe, não usa drogas e não pega sereno.

O exercício físico também foi apontado como uma atividade de lazer, ganho de resistência e saúde. Um popular de rua explicou que pratica exercícios físicos diariamente:

Porque o cuidado mesmo não adianta você ter tudo e não se fortalecer, não se exercitar, e eu sei fazer exercício e eu aprendi a lutar um pouco [...] eu vou só fazendo aquecimento e flexão por enquanto, e quando eu trombo com uma barra de abdome eu faço abdome, mas, as pernas eu ando o dia todo, eu ainda vou fazer o exercício completo (RAUL).

No inverno, agasalhos e papelões são os itens mais procurados para evitar sintomas de gripe ou até mesmo problemas de saúde mais sérios, típicos do tempo frio. Raul afirmou que, para se proteger geralmente, “eu ponho um papelão embaixo porque eu tenho medo de pegar tuberculose, se pegar fodeu, é foda”. O mesmo explicou que o sentimento de medo gera esse tipo de cuidado, que para ele é passageiro, “porque se eu não tiver o papelão também, eu não vou querer meter o pé e sair procurando papelão”.

Em relação aos atendimentos públicos de saúde, não foram apontadas pelas pessoas em situação de rua grandes dificuldades em serem atendidas nas Unidades de Saúde de um bairro específico do município. Inclusive, Chico relatou que conseguiu facilmente ser acolhido nessa unidade, quando sentiu dor de dente, e precisou de acompanhamento odontológico. Como explicou:

Ela olhou minha boca e me perguntou se eu queria fazer um tratamento, eu falei que sim. [...] ela tirou aquele dente e marcou no papel para voltar tal dia do mês. No outro dia do mês, fui lá. Ela deu a limpeza nos meus dentes. Marcou de novo. Fui lá [...] aí, ela foi mexendo na minha boca desse jeito. Fiquei um ano, mais ou menos. [...] eu falei para ela que morava na rua, que eu era de Aracruz. Ela foi pegando amizade comigo, a doutora. Tem um ano que estou fazendo tratamento com ela e eu parei de ir agora, esse ano. Em maio, que ela marcou, eu vou lá para ver. Acho que ela vai dar outra limpeza nos meus dentes. Conversar comigo, ela estava a fim de me ajudar também. Quer dizer, ela já estava me ajudando. Só de fazer o tratamento de dente.

Como observado em alguns trechos, para além de uma consulta de rotina ao dentista, o popular de rua se sentiu cuidado e acolhido, alguém demonstrou interesse e preocupação com sua história, ofertou atenção e não acolheu somente uma dor de dente. Fatores importantes que contribuem para a construção de vínculos e o estabelecimento de relações de confiança entre pessoas, neste caso, entre profissional e paciente, fazendo toda diferença no engajamento e adesão ao tratamento e acompanhamento.

Além disso, Chico também consegue produtos na Unidade de Saúde para dar continuidade à limpeza dos dentes, preservando o tratamento realizado e a higienização bucal:

Uma pasta, eu consigo toda segunda feira. A doutora lá, eu posso ir ali no postinho e pegar a pasta, a escova. Mas eu não pego. Eu não quero toda segunda feira. Uma escova e uma pasta para mim, dá para meses. Só quando eu perco ou ela está velha, aí vou lá e pego (CHICO).

O mesmo relato ocorreu quando o popular de rua foi questionado sobre a acessibilidade para a realização de exames que são feitos na própria Unidade de Saúde, informando não ter encontrado obstáculos: “eu tenho ficha. Tenho cartão e tudo, do postinho. Sou cadastrado em dois postinhos. Se eu quero fazer um exame, vou lá e faço”.

Porém, essa não é uma opinião defendida em qualquer circunstância, bem como compartilhada por todos e todas de igual maneira, visto que empecilhos foram relatados por alguns para conseguir atendimento médico, principalmente nas regiões mais empobrecidas da cidade e também quando mais dependiam da saúde pública. Explanaram ainda que essa dificuldade também está relacionada

aos estigmas e preconceitos direcionados às pessoas em situação de rua que procuram por atendimento:

E esses cuidados que uma pessoa, que vamos dizer que são os cuidados que eu mesmo tinha antes, eu evitava várias paradas de fazer para prevenir algum acidente comigo mesmo, para não ter que utilizar um hospital, uma parada, porque hospital você vai pegar fila, às vezes não tem médico, para todo mundo já é foda, mas, imagine para quem é da pista, falou que é da pista o cara já olha como se você já estivesse bom, você chega todo sujo e ele olha para você, você diz que é a da rua, o cara já trata você de outro jeito, isso eu percebi porque eu acompanhei a minha mina, porque ela teve problema de pressão, e ela estava passando mal, aí eu carreguei ela até o hospital (RAUL).

O Centro POP e o Consultório na Rua (CnR) também foram indicados pelos populares como facilitadores no que tange à manutenção da saúde. Inclusive, explicaram que a equipe do CnR, composta por médicos, assistentes sociais, psicólogo e outros profissionais, frequentemente, circulam nos territórios, com vistas ao atendimento da população.

Como se pode perceber, as pessoas que vivem em situação de rua buscam pela saúde pública, quando necessário, mas também constroem maneiras de cuidar da própria saúde, utilizando conhecimento popular e demais medidas possíveis, com os recursos de que dispõem.

#### **4.1.6 Mulheres em situação de rua: uma luta declarada**

O relatório da “Pesquisa sobre População em situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória” (2008) apontado, anteriormente, revela que a população de rua é majoritariamente masculina, o que é facilmente perceptível ao andar pela cidade.

Ainda assim, mulheres também são encontradas em situação de rua no município de Vitória/ES, porém a maioria de quem tentei me aproximar mostrou-se mais fechada para o diálogo. Eu mal sabia que o fato de estar na rua, enquanto pesquisadora mulher, somado ao encontro com elas, seria situação suficiente para gerar problematizações e afetações a minha própria pele, as quais me fizeram escrever esse subcapítulo e também fizeram a diferença no modo de olhar as mulheres em situação de rua.

No decorrer dessa escrita, fui atropelada por um turbilhão de pensamentos e inquietações que se transformavam a cada parágrafo. Percebi que, ao falar sobre esse tema - mulher em situação de rua - na maior parte do tempo, eu não falava somente sobre cuidado, mas principalmente sobre seu oposto.

Ao circular pelas ruas durante o dia, mesmo buscando estar em locais onde me sentia mais segura e protegida, por vezes, me vi frágil, indefesa e como um pedaço de carne ambulante – mesmo não me sentindo assim usualmente - pelo fato de ser mulher e por me sentir envolvida com as mulheres que encontrei no campo de pesquisa. Como pode? Em vista disso, recorri a táticas já utilizadas pelas populares de rua, busquei me proteger e não chamar atenção, abrindo mão da vaidade e de alguns cuidados pessoais que tinha habitualmente, acreditando que não seria “atraente” aos olhos dos homens. Minha roupa era como um escudo-uniforme: calças largas, blusa da UFES, chinelo de dedo e cabelo preso, sem maquiagem, perfume ou acessórios.

É importante ressaltar que a rua é um dentre tantos outros lugares onde a violência contra a mulher pode acontecer, por sermos mulheres; enfrentamos, corriqueiramente, inúmeros tipos de violência - assédio sexual, preconceito, desrespeito, desigualdade, independente de onde estivermos – em todo (ou quase todo) lugar que ocupamos.

Todas essas marcas e experiências me atravessaram e arrancaram-me a pele. Em vista disso, este tópico é dedicado especialmente às lutas travadas diariamente pelas mulheres, mais especificamente, devido ao recorte da pesquisa, por aquelas em situação de rua, para que jamais sejam esquecidas!

No dia 8 de março é celebrado o Dia Internacional da Mulher. Mais que uma data comemorativa, trata-se de um dia em que devem ser lembradas as diversas lutas que ocorreram e ainda ocorrem ao redor do mundo a favor da igualdade de gênero.

Um dos exemplos dessa luta é o caso da grande passeata de milhares de mulheres que marcharam nas ruas da cidade de Nova York (EUA), por melhores condições de trabalho, em fevereiro de 1909.

Outro exemplo ocorreu dois anos depois, em 25 de março de 1911, quando um incêndio em uma fábrica de roupas, também em Nova York (EUA), resultou na morte de 143 trabalhadores: 14 eram homens e 129, mulheres. Essa tragédia denunciou as péssimas condições de trabalho dos trabalhadores, em sua maioria mulheres e meninas imigrantes, até mesmo crianças de 12 anos de idade.<sup>21</sup>

Também há exemplos na Europa, onde se desenvolveram alguns movimentos em fábricas em prol de melhores condições de trabalho para as mulheres. Na reunião da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em 1910, houve a proposta da criação de uma jornada anual de manifestações das mulheres pela igualdade de direitos. Já em 1917, na Rússia, um grupo de operárias saiu às ruas, para se manifestar contra a fome e a Primeira Guerra Mundial, data que foi oficializada entre os soviéticos como a celebração da "mulher heroica e trabalhadora".

Mas foi somente, em 1975, que o "Dia Internacional da Mulher" foi oficializado> Ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) nomeou de "Ano Internacional da Mulher", a fim de lembrar nossas conquistas políticas e sociais.<sup>22</sup>

Atualmente, a data de 8 de Março é trazida à memória, em forma de protestos, nas principais cidades do país, com reivindicações e discussões a respeito das diferenças de gênero, criminalização do aborto, desigualdade salarial e outros assuntos.

Essa data não passou despercebida por uma popular em situação de rua, que, no sábado do dia 10 de março de 2018 – portanto, dois dias depois do “Dia

---

<sup>21</sup> MENEZES, CYNARA M. As 129 mulheres que morreram para que ganhássemos rosas no dia da mulher. In: **Socialista Morena-jornalismo anticapitalista**, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2yJa5cW>>. Acesso em: 20 abr. 2018. .

<sup>22</sup> BBC BRASIL. **A origem operária do 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43324887>> Acesso em: 20 abr. 2018.

Internacional da Mulher” –, levantou a questão durante o momento de debate, que acontecia após a oração realizada com o grupo centralizado.

Como essa data significativa não foi lembrada por ninguém anteriormente, as palavras daquela jovem grávida possibilitaram refletir sobre a violência exercida contra as mulheres em situação de rua, quando, brevemente e bravamente! Contou suas experiências de resistência e luta vivenciadas diariamente. Ironicamente, enquanto ela dava seu depoimento, alguns populares de rua, homens, disfarçavam o riso e dela debochavam, dizendo que “dia da mulher se comemora fazendo faxina em casa”.

Por essas e outras manifestações que revelam preconceito, machismo e desigualdade de gênero, acredita-se que, enquanto for preciso um dia específico da mulher, certamente, continuará sendo um dia de luta para lembrarmos, pois, historicamente, muitas mulheres continuam sendo vítimas da exploração, violência e assédio.

É válido ressaltar que direitos das mulheres foram alcançados e transformados em políticas públicas mediante promulgação de leis.

Em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha<sup>23</sup>, com o intuito de “cria[r] mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

Em 2015, foi a vez da Lei nº 13.104, conhecida como a Lei do Feminicídio, cujo objetivo é “prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio” e “incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

---

<sup>23</sup> A referida Lei é em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que, casada com Marco Antônio Heredia Viveros, sofreu violência doméstica durante 23 anos de casamento. No ano de 1983, Marco tentou assassiná-la por duas vezes, primeiramente com arma de fogo, deixando-a paraplégica; e, na segunda tentativa, por eletrocussão e afogamento. Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha o denunciou, podendo sair de casa graças a uma ordem judicial. Assim, após muitas lutas, a Lei foi decretada pelo Congresso Nacional e entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Fonte: LEI MARIA DA PENHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipédia Foundation, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2CSXqXT>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Apesar disso, mesmo com esses avanços, a violência contra a mulher ainda é uma realidade no Brasil. Prova disso é que o ano de conclusão dessa pesquisa foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco - mulher, negra, mãe e moradora da favela da Maré. Marielle era vereadora da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, local aonde residia. Contudo, no dia 14 de março de 2018, foi morta em uma ação criminosa e planejada, que acabou matando também o seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Após esse crime, o nome de Marielle é símbolo de resistência e luta.

Os dados estatísticos revelam e denunciam que ainda há muita coisa a ser feita, quando o assunto é a violência contra a mulher. Há a necessidade de contínuos aperfeiçoamentos de mecanismos que a coíbam, visto que leis e políticas públicas ainda são insuficientes para impedir que mulheres percam suas vidas de forma tão injusta e brutal.

Conforme o levantamento informado pelo Atlas da Violência (2018), no ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, foi observado um aumento de 6,4%.

Nos Estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão ocorreram os maiores índices de aumento, da ordem de 130%. Os Estados com as menores taxas no ano de 2016 foram o de São Paulo (2,2), Piauí (3,0) e Santa Catarina (3,1). A maior queda foi verificada no Estado do Espírito Santo (43,2%), uma tendência que, aparentemente, iniciou-se em 2014.

No que se refere ao número de feminicídios, a pesquisa explana que a base de dados do “Sistema de Informações sobre Mortalidade” não fornece esses relatos. Assim, não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. Porém,

A mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência (CERQUEIRA, D. R. C.; LIMA, R. S.; BUENO, S. et al. 2018, p. 46).

A pesquisa ainda informa as categorias de homicídio de mulheres segundo a raça/cor. Como esperado, é confirmada a realidade amplamente conhecida: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre mulheres negras (5,3) em comparação às mulheres não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Comparado aos índices anteriores das edições do Atlas da Violência, nos últimos dez anos, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as mulheres não negras houve queda de 8%. Além de serem vítimas da violência de gênero, o que, por si só, já é aterrorizante, as mulheres em situação de rua – que, na sua grande maioria, são negras - também sofrem violência de raça.

No que tange a estupro, em 2016, foram registrados pelas delegacias brasileira de polícia 49.497 casos de estupro. Neste mesmo ano, no Sistema Único de Saúde, foram registrados 22.918 incidentes dessa ordem, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia.

Conforme o “Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil” (WAISELFISZ, 2015), no que se refere à taxa de homicídio de mulheres em 2013, o Brasil encontra-se na 5ª posição no ranking internacional, em um total de 83 países de todo o mundo.

Percebe-se que, no Brasil, os índices mencionados já são altos e preocupantes; todavia, de maneira geral, as informações oficiais em relação à violência sofrida por mulheres ainda são subnotificadas. Isso ocorre porque:

Tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido. Para colocar a questão sob uma perspectiva internacional, nos Estados Unidos, apenas 15% do total dos estupros são reportados à polícia. Caso a nossa taxa de subnotificação fosse igual à americana, ou, mais crível, girasse em torno de 90%, estaríamos falando de uma prevalência de estupro no Brasil entre 300 mil a 500 mil a cada ano (CERQUEIRA; LIMA, R. S.; BUENO et al., 2018, p. 56).

A situação de violência e a sensação de impunidade também atravessa a vida das mulheres em situação de rua, embora ainda não se tenha a real dimensão dessa realidade. Quem sabe, de maneira ainda mais grave, pois é como se a agressão e o insulto fossem, em parte, admissíveis, haja vista as condições sociais e o lugar que elas ocupam (ROSA; BRÊTAS, 2015).

Embora seja encontrado amparo legal para a violência cometida contra a mulher em situação de rua, é válida a reflexão a respeito de algumas questões a serem problematizadas na Lei Maria da Penha.

Vejamos os Art. 5º e o parágrafo 2º-A da referida lei (BRASIL, 2006), os quais configuram o sentido de violência *doméstica* e *familiar*:

Art. 5º: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Apesar de a Lei Maria da Penha, nesse dispositivo, conceituar *unidade doméstica* e *familiar* de uma maneira que poderia abranger mulheres em situação de rua, a princípio – e leigamente falando - a terminologia adotada busca proteger a mulher que ou reside em ambiente familiar ou em uma residência, ou seja, são políticas que protegem a vida domiciliada e padronizada.

O termo “doméstica”, na linguagem popular brasileira, pode ter uma interpretação bastante elástica, assim como o termo “familiar”, de forma que carregam um sentido forte de relação, que representa um espaço físico/casa em um contexto de parentela. Quando a lei emprega esses termos, acaba trazendo, para o entendimento do povo e da vítima que a aplicação das medidas protetivas contra a mulher, delimita-se a contextos específicos e espaços privados, dando a entender que os episódios que transbordam não são contemplados pela lei.

Por isso é pertinente questionar: a violência contra a mulher existe apenas em residências físicas ou no âmbito familiar? Também não existiriam em situação de rua? Mais que isso: Será que as mulheres em situação de rua se sentem

contempladas pela Lei Maria da Penha, que visa coibir uma agressão denominada de violência *doméstica e familiar*?

O emprego de conceitos do senso comum e o naturalizado preconceito contra a mulher e a população de rua são fatores capazes de variar a interpretação e efetividade da lei, negligenciando mulheres que constroem vínculos afetivos e não vivem em residências convencionais, mas que são vítimas de violência física, sexual, moral, psicológica e etc.

Faz-se necessária uma mudança de paradigma nesse sentido, pois a rua insere uma nova realidade social que não é observada quando as leis são construídas no Brasil. Leva-se em consideração apenas a realidade social das pessoas domiciliadas.

Todo esse contexto revela a ausência de preocupação do legislador, dos poderes constituídos e da sociedade civil como um todo. É mais uma situação de exclusão e descaso com a população em situação de rua, especificamente, com a mulher não domiciliada.

As pesquisas encontradas sequer tiveram a preocupação em averiguar a violência cometida contra a mulher *em situação de rua* especificamente. “O Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil”, por exemplo, indica apenas o local onde ocorreu a agressão. Como podemos conferir: 31,2% acontecem em via pública; 27,1%, no domicílio da vítima; 25,2%, em estabelecimento de saúde; 15,7% outros; e 0,8% ignorado. Embora os dados não afirmem que as mulheres agredidas em vias públicas são mulheres em situação de rua, o alto índice de agressão cometida nesses espaços deve ser assinalado.

No que tange às medidas protetivas de urgência em favor de mulheres vítimas de violência, o Art. 22 da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) obriga o agressor a:

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor  
Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

A efetividade dessa medida, porém, em favor da mulher é um ponto importante, principalmente, quando se trata de pessoas em situação de rua, justamente porque a mulher violentada encontra-se em espaços públicos, mesmo local ou local de fácil acesso do violentador, dificultando as restrições e afastamentos previstos em lei. Pergunta-se, então, de que modo garantir o direito dessas mulheres?

Para melhor compreender esses processos, realizou-se contato com uma Defensora Pública, que trabalha no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Espírito Santo/ES. O NUDEDH realiza atendimento especializado aos populares de rua, em decorrência da demanda específica de cada sujeito, como no caso da violência contra a mulher.

Quanto às mulheres em situação de rua, vítimas de violência doméstica, ao procurarem o NUDEDH, são realizados atendimentos que visam a orientá-las juridicamente, com informações processuais, peticionamentos e demais ações cabíveis. Normalmente, as medidas protetivas a favor das mulheres agredidas são as ações mais frequentes; porém, são encontrados obstáculos importantes.

Nos casos em que os populares de rua, vítima e agressor, frequentam a mesma instituição, que visa a atendê-los e entende-se que há a possibilidade de um novo conflito entre eles, normalmente se estabelece um acordo, de forma que as partes não frequentem o estabelecimento no mesmo momento. Com isso, busca-se proteger as pessoas e não desassistir os usuários envolvidos.

Esses locais podem ser utilizados como parâmetro para a aplicação da Lei, servindo como endereço para eventual citação ou como objeto de uma medida protetiva, que poderá determinar que o agressor deixasse de frequentá-lo, enquanto a vítima estiver presente, por exemplo.

Em casos mais graves de violência, essas mulheres podem ser acolhidas na Casa Abrigo Estadual “Maria Cândida Teixeira” (CAES), que é, atualmente, o único equipamento da alta complexidade, destinado à proteção de mulheres em risco iminente de morte devido à situação de violência doméstica e/ou familiar. Além de acolher mulheres adultas, também são acolhidos seus filhos, com até 12 anos ou incapazes, em local sigiloso e por tempo limite de três meses. O encaminhamento à CAES é realizado pelas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher e Centros de Referência, conforme regimento interno da Casa.

Aplicar uma medida brusca como essa, envolve diversas circunstâncias, pois restrições significativas de liberdade são incongruentes com os modos de vida tecidos nas ruas. Fora que, ainda que essas medidas tenham o propósito de proteção, as vítimas acabam perdendo o contato com o mundo lá fora.

Outro desafio apontado foi a possibilidade de o antigo casal ter que se reencontrar para conversar sobre assuntos em comum, como, por exemplo, quando ambos participam de reuniões ou na hipótese de possuírem filhos juntos. Nesses casos, normalmente, a mulher é julgada por se aproximar do seu ex-companheiro mesmo depois de ter sofrido violência. Por sua vez, o homem é duplamente criminalizado, pois estava perto da sua ex-mulher. No entanto, esses casos precisariam ser avaliados no caso a caso, com mais cautela, pois julgam prévia e moralmente a situação. Sem contar que as crianças - filhos do casal – em decorrência do afastamento entre as partes, podem ficar meses sem ver o seu familiar.

Como foi pontuado nesta pesquisa, a Defensora Pública esclareceu que o grande desafio desse trabalho é pensar em *como* assegurar, de fato, o direito dessas mulheres, tendo em vista a contestável eficácia da aplicação de medida

protetiva, mesmo que prevista em lei, principalmente nos casos em que vítima e agressor estão literalmente em situação de rua.

A Defensora Pública informou ainda que muitas mulheres em situação de rua sofrem tentativa de estupro. Por esse motivo e sem muita opção, muitas delas buscam sobreviver ao lado de homens “respeitados” nas ruas, que são conhecidos por serem os mais violentos. Porém, na tentativa de encontrarem refúgio e segurança, acabam se tornando vítimas desses companheiros.

É uma “faca de dois gumes”: de um lado, esses homens representam proteção; de outro, genuinamente, agressão.

Apesar de haver um fluxo de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua, não há uma rede específica para o enfrentamento da violência contra essas mulheres, ou seja, não há uma linha de trabalho própria e bem delimitada.

Além disso, existem alguns entraves que dificultam o acolhimento dessas pessoas. A população de rua possui um tempo diferente dos horários definidamente organizados, o que dificulta o comparecimento aos atendimentos previamente agendados. Ademais, não é oferecido vale social aos usuários, impedindo determinados deslocamentos na cidade.

Conforme informado pela Defensora Pública, essas mulheres geralmente possuem conhecimento ou, minimamente, têm noção de seus direitos, embora não acreditem em sua eficácia. No Centro POP, por exemplo, são realizadas oficinas que discutem o tema em foco, principalmente no mês de agosto, quando a Lei Maria da Penha completa mais um ano de implementação. Todavia, ironicamente, destacou-se que, normalmente, são os homens que comparecem em maior quantidade.

O que adianta as mulheres conhecerem seus direitos, se eles não são efetivados?

Embora existam trabalhos que procuram informar e empoderar mulheres em situação de rua, ainda há muita resistência delas próprias em procurar ajuda. As populares de rua que são vítimas de violência sentem-se inseguras em

denunciar seus agressores, pois temem ser castigadas nas ruas por pessoas que têm um posicionamento contrário a essa atitude.

Por esse motivo, são raros os casos que chegam à Justiça, gerando sentimento de impunidade e pouca dimensão da problemática. Mas como se sentir segura para denunciar, se elas continuarão expostas à violência sem proteção efetiva?

As populares acabam ficando à mercê e ainda mais vulneráveis a todo tipo de ameaça ou agressão, visto que a informação nas ruas circula com facilidade e rapidamente. Sem contar que as circunstâncias que atravessam essa relação, como a dependência afetiva e de segurança, acabam por dificultar ainda mais a efetivação da denúncia.

Diante disso, faz-se necessário perpassar pelas dinâmicas de poder e violência em que estão inseridas as mulheres em situação de rua, para compreender a complexidade desse quadro. Assim, ampliar a visão sobre o problema da violência no espaço urbano é o caminho a ser trilhado; pois, usualmente, culpa-se a vítima pela agressão sofrida, seja por não cumprir determinados papéis sociais que lhe são atribuídos, seja por “provocar” a agressão dos homens.

Não se pretende colocar as mulheres em situação de rua como seres dependentes e delicados, muito pelo contrário, o intuito é refletir sobre suas vivências, levando em consideração o contexto histórico de agressão, opressão e violência destinado ao gênero feminino e à população de rua. Na verdade, pode-se dizer que esse cenário ampliou nossa visão no que se refere à problemática da violência no espaço urbano como um todo.

Não por menos, deve-se lembrar que a violência contra a mulher em domicílio, somado à ruptura de vínculos sociais, escassez de recursos financeiros, ausência de espaços que garantem proteção e segurança, entre outras situações de precariedade e restrições, também se pode moldar o trajeto de vida de muitas mulheres até a situação de rua, tida como única saída encontrada (ROSA; BRÊTRAS, 2015).

Os autores mencionados explanam ainda que a violência implícita ou explícita contra a mulher foi vista como um componente inerente ao meio onde as

populares de rua habitam. Como descrito, as principais formas de violência física contra as mulheres em situação de rua, são:

Por último, a violência sexual, relatada com frequência pelas mulheres que participaram do estudo, quase sempre, praticada por homens, em situação de rua ou não, e com potencial de causar danos físicos e mentais irreparáveis na mulher (ROSA; BRÊTAS, 2015. p. 278-279).

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) é uma unidade da Polícia Civil que visa a registrar ocorrências, atender e oferecer apoio às mulheres vítimas de violência.<sup>24</sup>

Constam, no Art. 7º da Lei Maria da Penha, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são elas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Embora garantido em lei, observa-se que, de modo geral, os noticiários legitimam apenas a violência física como um crime, como se as demais violências fossem menos prejudiciais ou não gerassem tamanhos danos.

A grande maioria das mulheres que conhecemos neste percurso relatou ter sido vítima de inúmeras violências. Trazem em seus corpos sinais de queimaduras, perfurações e decepamento de membros, além das marcas subjetivas, que são invisíveis ao olho nu.

Cada uma precisou construir estratégias e um repertório próprio para resguardar a própria vida, como descreve:

Uma tática usada por algumas mulheres que vivem nas ruas é não chamar atenção para sua condição feminina, assim são raras aquelas que utilizam adornos. Esconder a feminilidade é uma tática de proteção contra os abusos e os estupros nas ruas (KUNZ, 2012, p. 105).

---

<sup>24</sup> Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher:

\* *Vitória* -Tel.: 3137-9115. Rua Portinari, s/n, Santa Luiza, Vitória;

\* *Vila Velha* -Tel.: 3388-2481. Rua Luciano das Neves, nº 430, Prainha, Vila Velha;

\* *Cariacica/Viana* -Tel.: 3136-3118. Av. Expedito Garcia, nº 220, Campo Grande, Cariacica;

\* *Serra* - Tel.: 3328-7212. Av. Cívít, nº 193, Laranjeiras, Serra.  
Disponível em: < <http://bit.ly/2Pw56Wr>>. Acesso em: 20.04.2018.

Na verdade, o cuidado, que algumas mulheres em situação de rua encontram para sobreviver, é, justamente, evitar determinados cuidados, principalmente, àqueles ligados à feminilidade. Vê-se, assim, a mortificação dos corpos e o enfraquecimento do empoderamento feminino. Em contrapartida, vimos que algumas mulheres partem para o enfretamento e não se intimidam - mesmo sabendo que pode ser um risco – explorando os adornos: roupas e pinturas nas unhas.

O direito à vida e à liberdade está em jogo. Como lutar e resistir diante tantas vulnerabilidades?

Maysa afirmou que ao ver uma mulher sendo agredida na rua pelo parceiro, buscou encarar a situação unindo-se a ela:

[...] ela morava na rua, aí eu conheci ela na rua, com o marido dela batendo nela, aí eu comprei a dor dela, e falei com ele se ele batesse nela mais uma vez eu ia quebrar ele no pau, aí ele não bateu nela mais, aí ela largou dele, ficou lá em casa um tempão, aí ela voltou pra ele de novo, aí agora ele foi preso e ela tá lá em casa. E eu nem conhecia ela quando o marido dela bateu nela, tinha nem intimidade com ela direito, mas eu vendo aquilo lá, eu senti a dor por ela, porque do mesmo jeito que ele tava fazendo com ela, eu podia arrumar um que fazia comigo, aí eu falei não, eu não vou aguentar esse cara batendo nessa menina mais não, doido, pera aí, aí eu comprei a dor dela, aí eu falei com ele, a partir de hoje ela vai lá pra minha casa e você nunca mais vai encostar um dedo nela (MAYSA).

Para além da violência doméstica e familiar, as mulheres ainda sofrem nas mãos do próprio Poder Judiciário. Recentemente, no Estado de São Paulo/SP, Janaina, uma mulher pobre, em situação de rua e com filhos, foi conduzida, obrigatoriamente, ao procedimento cirúrgico de esterilização compulsória sem ao menos ter direito à defesa. A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo/SP, instituição que deveria zelar pela dignidade de Janaina, e não contra ela atentar.

Para melhor compreender esse ato bárbaro, que representa eugenia, trouxemos trechos de uma reportagem na “Folha de São Paulo”:

Como Janaina não consentiu ou voluntariamente se prontificou a realizar a cirurgia, o promotor propôs duas ações judiciais contra ela e o município de Mococa, com o objetivo de constrangê-la a realizar um procedimento de esterilização compulsória. O juiz, sem sequer realizar uma audiência, nomear um defensor, ou exigir documentos que comprovassem o seu consentimento, determinou que a mulher fosse

conduzida coercitivamente à cirurgia. Quando o recurso do município chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a mutilação já havia ocorrido. O caso é escatológico. Em primeiro lugar o promotor utilizou-se de uma ação civil pública, que é um instrumento voltado a proteção de direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, para destituir uma pessoa de seu direito à dignidade e à integridade, além de constranger o município a praticar um ato manifestamente ilegal (VIEIRA, 2018).

Deve-se lembrar que a Constituição Brasileira proíbe categoricamente que o “Estado brasileiro interfira ‘coercitivamente’ na decisão sobre a paternidade” (BRASIL, 1988)<sup>25</sup>. Além disso, a Lei nº 9.263/96, que regula o planejamento familiar, veda o controle de natalidade que tenha natureza demográfica (BRASIL, 1996).

Outro fator que provocou indignação foi o fato de o magistrado não nomear um Defensor Público para representar os interesses de Janaina em juízo; ao invés disso, “Conforme expresso no acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, a decisão que determinou a cirurgia foi proferida sem que Janaina fosse ouvida ou defendida; e sequer uma audiência fosse realizada” (VIEIRA, 2018).

Como se não bastasse, vale lembrar que a determinação da Justiça de primeiro grau, que conduziu Janaina coercitivamente, ao procedimento cirúrgico de esterilização, é “uma medida prevista no Código de Processo Penal, apenas para testemunhas ou acusados que se neguem a atender intimação. Aliás, por decisão liminar do Supremo, essa medida de natureza processual penal encontra-se suspensa”.<sup>26</sup>

Ainda assim, nada disso foi motivo de impedimento para que o magistrado empregasse uma condução coercitiva, que impôs a total eliminação de direitos fundamentais dessa mulher, fazendo-nos lembrar de acontecimentos históricos aterrorizantes:

A esterilização coercitiva, com finalidades eugênicas e apuração da raça, foi largamente empregada pelo regime nazista. A China fez uso da esterilização coercitiva em massa para conter a natalidade. Os Estados Unidos a empregavam para punir criminosos. Mesmo no

---

<sup>25</sup> (artigo 226, parágrafo 7º).

<sup>26</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 444**. Processo eletrônico nº 0002403-57.2017.1.00.0000 Disponível em: <<http://bit.ly/2zf7GpP>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Brasil, como foi apontado por uma comissão parlamentar de inquérito, ainda em 1991, havia tolerância com políticas de esterilização coercitiva em massa, com finalidades demográficas (VIEIRA, 2018).

Como afirma o autor da reportagem, Vieira (2018), além de ser considerada uma verdadeira aberração jurídica, esse caso, claramente,

Oferece uma amostra do impacto perverso que a profunda e persistente desigualdade causa sobre o reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos. Embora o princípio da dignidade determine que todos devam ser tratados com igual respeito e consideração, a miséria e a marginalização parecem tornar largas parcelas de nossa sociedade moralmente invisíveis no dia a dia, perdendo, na realidade, sua condição de sujeitos de direitos. Que a contundente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que infelizmente não pode fazer o tempo voltar para Janaina, sirva de alerta e inspiração para quem tem por responsabilidade proteger direitos e não os violar.

Vale salientar que, além de toda situação de violência, discriminação e supressão de direitos fundamentais, as populares de rua também vivenciam circunstâncias relacionadas ao período gestacional, maternidade propriamente dita, ciclo menstrual, taxas hormonais, menopausa, e etc. Afinal, a mulher em situação de rua é mulher igual a qualquer outra.

Também foram encontradas mulheres grávidas vivendo em situação de rua, que contaram suas experiências ao serem atendidas em hospitais, maternidades e demais serviços públicos, relatando a presença vigilante do Conselho Tutelar e demais órgãos.

Algumas populares de rua expressaram o desejo de cuidar de seus filhos, outras afirmaram que pretendiam entregá-los para terceiros após o nascimento por meio de uma adoção à brasileira<sup>27</sup>. Elas entendiam que o recém-nascido poderia ter uma situação de vida supostamente mais confortável e segura em outra família, dizendo: “vou dar meu filho pra uma outra família, uma família que possa criar pra que um dia ele seja um doutor”.

---

<sup>27</sup> Segundo Maux e Dutra (2010), chama-se vulgarmente de adoção à brasileira, quando um indivíduo registra um filho alheio como próprio, isto é, a criança é registrada por genitores não biológicos, sem atender aos requisitos estabelecidos em lei. Assim, a adoção à brasileira trata-se de ato ilegal pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O Art. 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2002), prevê “§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude” (p. 24). Mencionada essa possibilidade legal, as mulheres expressaram imediato repúdio e insegurança, bem como aparentavam não terem informações em relação a esse procedimento, dizendo: “Você tá doida, tudo menos isso, o conselho pega e vende as crianças pra terceiros, ainda mais bebê, que é mais fácil. Eles falam que não, mas quando a gente volta lá pra ver, não tem mais ninguém”.

Esse ponto coloca em evidencia uma preocupação e também um desafio, tendo em vista que essa resistência ajuda a impedir que mulheres em situação de rua frequentem serviços de saúde, objetivando escapar desse controle e dessa possível punição.

Em alguns casos, os recém-nascidos, filhos de mãe solo ou de pais que vivem em situação de rua, são encaminhados para Acolhimentos Institucionais do Município de seu nascimento, por vezes, são levados direto da maternidade, pois se entende que é preciso garantir os direitos da criança, previstos no Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECRIAD), que afirma:

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 2002. p. 28-29).

Em determinadas situações, as crianças são colocadas em famílias substitutas, por meio de uma adoção legal, e, conseqüentemente, esses familiares biológicos se veem definitivamente sem seus filhos, o que pode gerar um enorme sofrimento, atravessado por sentimentos de incompetência, frustração e culpabilização.

Os afetos que me atravessaram nesse momento também são carregados de angústias e experiências vivas vivenciadas no acolhimento institucional para crianças de zero a seis anos, onde trabalho como psicóloga. Buscam-se por cuidados ideais? Quais são os cuidados possíveis?

Raul relatou que já se envolveu com mulheres que perderam a guarda de seus filhos, pois se encontravam em situação de rua, bem como que observa a vigilância constante de órgãos públicos que “fica de olho, eles tomam as crianças, porque não pode criar na rua”. Para ele, “poderia ter um abrigo maternidade, [...] mas, sem que a criança seja tomada da pessoa. Agora, eu não sei como funciona isso, o valor que se dá de perigo a se retirar a criança de uma mãe. E sei lá”.

O caso de uma popular de rua foi diferente dos já conhecidos até aqui. Maysa explanou que saiu de casa e passou a morar na rua aos 12 anos de idade, engravidando aos 15. Ao se ver grávida, tentou voltar para a residência dos pais na tentativa de encontrar auxílio e apoio, porém, não foi aceita pela família biológica.

Sem ter para onde ir ou a quem recorrer, retornou para as ruas sozinha e, também sozinha, realizou o parto, que aconteceu ali mesmo na barraca onde dormia, próxima a um muro na prainha do município de Vila Velha/ES. Os militares do quartel que rondavam a região naquele momento entraram em contato com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); porém, o bebê já tinha nascido. Por sua vez, os profissionais do SAMU ajudaram-na nos cuidados básicos, encaminhando mãe e filho para o hospital público mais próximo.

O conselho tutelar ainda queria tomar meu filho de mim lá no hospital, eu fiz maior barraco no hospital pra eles deixar eu ir embora. Aí que eles perguntaram ‘onde cê mora?’ Eu moro na rua, lá na prainha, no lugar assim, assim e eu não saio daqui sem meu filho. Aí que eles pegaram e deixaram eu sair do hospital com meu filho, porque eles não queriam deixar não. Aí saí e continuei na rua com o meu filho e quando eu saí da rua o meu filho tava com 17 anos de idade (MAYSA).

Atualmente, o filho de Maysa possui 23 anos e nunca deixou de morar com a mãe. Ambos viveram em situação de rua por muitos anos:

Ele sempre morou comigo na rua, eu tinha banheira, aí eu arrumava água na torneira, pegava as garrafas enchia, botava na banheira, dava banho nele. E meu filho sempre ficou limpo na rua, nunca ficou sujo, ninguém falava que eu morava na rua, todo mundo perguntava e eu falava ‘não, eu moro na rua mesmo’, mas ninguém nunca acreditava. A abordagem sempre vinha aqui em [...] querendo me levar pro abrigo, eu pra um abrigo e meu filho pro outro e eu não aceitava, só ia pro abrigo se meu filho fosse comigo, não foi, então foi criado na rua

comigo. Eu achava ainda que quando meu filho crescesse ia usar droga, ia ficar roubando na rua, mas graças a Deus, ele conviveu no meio desses meninos tudinho de rua, mas graças a Deus meu filho é uma ótima pessoa, é um ótimo menino. Meu filho mora comigo, achei que ele ia ser o maior nóia, igual eu já usei droga, mas ele não me deu nada disso não.

Essa mulher afirmou que precisou lutar muito para conseguir manter os cuidados do filho, pois todos queriam retirá-lo de sua guarda e colocá-lo em um abrigo, tendo em vista que Maysa não tinha o apoio de sua família e, principalmente, vivia em situação de rua.

Sua trajetória de vida e resistência contribuiu para uma reflexão acerca dos cuidados idealizados e midiáticos durante o processo da maternidade, em contraposição aos cuidados possíveis mesmo em condições consideradas tão adversas.

Vale salientar, como colocado por Maysa, que os abrigos para adultos não recebem crianças, a não ser o Albergue para Migrantes, instituição que possui outra proposta de acolhimento, embora não seja um espaço próprio para receber infantes. Essa é mais uma situação complexa vivenciada pelos pais ou responsáveis.

Maysa era usuária de substância psicoativa e, há 26 (vinte e seis) anos morou em situação de rua. Há 6 (seis) anos, saiu da rua, pois conseguiu ser beneficiada com o aluguel social através dos atendimentos no Centro Pop e, atualmente, mora em uma residência com o companheiro e o filho.

Sua história de vida simboliza o percurso de muitas Maysas, Anas, Paulas, Larissas, Joanas, e várias outras mulheres que resistem e lutam diariamente por uma vida digna.

Mas essa luta não pode ser só delas, deve ser com elas. Essa luta é nossa, pois juntas somos mais fortes!

#### 4.1.7 Empreendedorismo (nada) amador: os corre das ruas

Os *corre* (ou *correria*)<sup>28</sup> é uma tática que faz parte do viver em situação de rua. Os populares “estão a todo tempo *online*, ou na ‘pista’ como afirmam, fora do mercado regular de trabalho, mas fazendo ‘correria’ para ganhar ‘algum’, como costumam dizer” (KUNZ, 2012, p. 17).

Se a inserção no mercado de trabalho formal, já é uma missão árdua para grande parte da população, que cumpre papéis sociais convencionais, a situação é mais complicada para as pessoas que vivem em situação de rua. Porém, não há escolha, nas ruas, aprende-se mais um modo de sobrevivência: “[...] ganhar um dinheiro na rua. Sem precisar pedir nada a ninguém” (CHICO), justamente para conseguir manter sua existência e certas práticas de cuidado, como alimentar-se, higienizar-se, comprar um item pessoal, etc.

Alguns currículos profissionais até são distribuídos em supermercados, oficinas mecânicas e obras de construção civil, na tentativa de conseguir um trabalho “fichado”, como eles mesmos chamam. Contudo, poucas são as pessoas em situação de rua que logram êxito em conseguir um emprego formal.

Enquanto não se alcança o objetivo de obter o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), os populares de rua precisam encontrar outras práticas de trabalho e fontes de renda para sobreviverem. É como um deles disse:

Eu já tentei, eu não tento mais, porque eu sei que é difícil. Eu peço a força de Deus, para eu conseguir um dia, um serviço desse [...] um serviço de vigia. Um serviço de zelador de prédio. Eu quero é arrumar um serviço, mas um serviço fichado. Um serviço fichado, que eu consiga manter minha vida [...] queria arrumar um serviço, assíduo, de faxineiro. Fichado, mas não de biscate. Um serviço de faxineiro, um serviço de vigia. Um serviço que seja por escala também, que dava para eu ganhar um dinheiro no dia que eu tiver de folga (CHICO).

---

<sup>28</sup> Como mencionou Kunz (2012), “fazer ‘correria’ na linguagem da rua pode significar: prostituição, pequenos furtos, trabalhar como flanelinha, fazer ‘bicos’ no comércio, ou ainda pequenos ‘serviços’ para o tráfico de drogas” (p. 40).

Sem oportunidades e fonte de renda fixa, essas pessoas ocupam uma posição representativa na economia informal ao realizarem pequenos serviços, também chamados de “bicos”, geralmente reconhecidos em categorias de subempregos. Vejamos alguns exemplos:

[...] a realização de pequenos serviços para os cidadãos domiciliados, comerciantes, barraqueiros das feiras livres, que vendem artesanato ou alimentos, guardar ou vigiar carros, coletar e vender materiais recicláveis (uma das principais formas de subsistência do povo da rua), por fim, fazer “programas” também pode ser uma alternativa para alguns [...] há ainda quem se vale de práticas ilícitas, estas ocorrendo em menor frequência [...] A construção civil costuma ser alternativa viável para quem tem habilidades na área, como ajudante de pedreiro, eletricitista ou pintor de parede (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014, p. 928-932).

Como apontado, enganam-se aqueles que imaginam que todas as pessoas que vivem em situação de rua sobrevivem, exclusivamente, da prática de “mendicância”. Trata-se de uma constatação equivocada, pois a população tem um gingado empreendedor nada amador.

Além disso, existem potencialidades, seres pensantes e capazes de ir além. É vida acontecendo nas ruas:

Tem muito morador de rua que a gente conversa, que dá para um ensinar o outro. Tem muito morador de rua, que não é burro, não. Tem muitos que querem estudar e estão na rua por tropeço que deu. Um erro, que deu. Tem muito morador de rua que tem o segundo grau. Tem até médico na rua. As drogas o tiraram do lar, está na rua, inteligente. Eu mesmo conheço um cara que fiquei com ele no centro Pop, eu topo com ele de vez em quando. Ele é um cara inteligente. Ele é carreteiro, motorista, carteira alta mesmo, só que ele não consegue trabalhar nisso, porque ele é viciado no crack. [...] Ele é um cara que é poeta. Sai com caderno debaixo do braço e uma caneta, chega nos restaurantes para quem está sentado, e faz uma poesia na hora. Sensibiliza a pessoa. Ele consegue dinheiro desse jeito. [...] ele lançou um livro dele agora, de poesia (CHICO).

Os populares de rua mais habilidosos realizam trabalhos manuais utilizando materiais como lata de alumínio, garrafa pet, linha de sisal, arame, produtos recicláveis, folha de coqueiro, entre outros. “Na rua, aprende a trabalhar. Fazer as próprias coisas da imaginação da gente, os artesanatos, vender para as pessoas para ter um modo de sobreviver” (CHICO).

Pessoas que nunca imaginaram conseguir manusear determinados objetos desenvolvem com destreza habilidades de verdadeiros artistas, por meio da

observação, paciência, insistência e dicas de outros populares de rua que se reconstruíram como artesãos.

Novamente, Chico é um exemplo de pessoa que, antes de chegar às ruas, não sabia fazer trabalhos manuais, mas aprendeu essa e outras habilidades diante da necessidade:

Eu vou falar sério, eu sei fazer uns artesanatos. Sei fazer muita coisa, tudo aprendendo pela rua. Vendo os outros fazerem. Esses hippies que moram na rua, fiquei pertinho deles, aprendendo o trabalho deles, ajudando eles. Ia na praia, pegava as conchinhas e vendia para eles. Eles compravam para trabalhar. Ia aprendendo. Essas latinhas de refrigerante, eu aprendi a fazer umas panelinhas de pressão, com eles.

Todavia, fazer dessa prática uma fonte de renda minimamente constante nem sempre é possível, pois há insuficiência de equipamentos, como alicate e matérias-primas. Na realidade, os diferentes trabalhos manuais vistos nas andanças pelas ruas revelam a desenvoltura de artistas em potencial que não possuem oportunidade para desenvolver suas artes ou demais habilidades, pois falta incentivo, apoio e investimento.

Outros arranjos também compõem a gama de atividades laborais nas ruas, as quais, dependendo da conjuntura, podem garantir uma vida um pouco mais confortável. Alguns populares relataram que, quando estão “bem financeiramente”, conseguem sair da situação de rua e alugar um lugar para ficar por um período, enquanto o dinheiro for suficiente para quitar despesas como aluguel e alimentação.

A revenda de balas e outros doces nos transportes públicos e centros comerciais também são tentativas de captar recursos. Porém, como apontado por uma popular de rua, que vendia goma de mascar em ônibus, a labuta é exaustiva e desproporcional, pois a estimativa de lucro é irrisória. Além do mais, é necessário um investimento financeiro inicial para a compra da mercadoria, o que dificulta esse ofício.

Os “bicos” na área de construção civil podem ser uma possibilidade para aqueles que, minimamente, possuam domínio do campo, como pintor, eletricista ou ajudante de pedreiro. Entretanto, nem todos conseguem trabalhar em um serviço

como esse, visto que exige esforço físico e conhecimento específico, como explicou Chico:

Eu, com toda certeza, estou com 50 anos, se for para eu entrar em uma obra, para puxar massa nas costas, puxar peso, me senti em perigo. Porque obra, hoje em dia [...] é um serviço muito pesado, muito puxado. Não queria um serviço desse não [...] porque eu já trabalhei muito em obras. Eu já estou em uma idade que fica mais difícil para arrumar um serviço desse.

Segundo Kunz (2012) “há momentos em que fazer ‘programa’, pode ser uma saída para conseguir dinheiro rápido. As mulheres moradoras de rua usam desse expediente inclusive para sustentar o companheiro, se o mesmo consentir” (p. 101).

Durante o percurso desta pesquisa, nenhuma mulher relatou essa situação, apenas um homem afirmou realizar programas, esporadicamente, principalmente com mulheres e no período noturno.

O recolhimento de materiais reciclados também é um ofício praticado pelos populares de rua. No carrinho de madeira, de latão ou mesmo nos carrinhos de supermercado, lá vão eles à procura de latas de alumínio, papelão, ferro, metais, plástico, entre outros materiais que serão vendidos nos ferros-velhos.

Mesmo aqueles que não catam material reciclado usualmente, conseguem angariar alguns “trocados” a depender da época, como relatado por Chico: “Quando está bom, eu cato latinha só no domingo ou segunda-feira, que os caminhões não passam, aí o lixo acumula. Pego latinha, vou vivendo desse jeito. Igual eu falo para você, só não gosto de pedir dinheiro aos outros”.

Vale salientar que o valor pago por esse tipo de serviço é praticamente insignificante, frente ao árduo trabalho exercido por essas pessoas. Concordamos com Kunz (2012), quando se arrisca a dizer que, no âmago dessa situação, encontra-se uma relação trabalhista de semi-escavidão.

Algumas pessoas que não vivem em situação de rua, mas precisam dela para sobreviver, trabalham durante todo o dia e ainda precisam pernoitar na cidade, pois:

Muito em função da longa distância no trajeto percorrido entre os locais em que exercem suas atividades até suas residências, preferem dormir nas ruas e retornar para a família somente nos finais de semana. A noite é tida como um bom momento para a catação, horário em que a maioria da população coloca sacos de lixo nas calçadas ou caçambas à espera dos caminhões coletores do serviço de limpeza urbana (KUNZ, 2012, p. 102).

Normalmente, cidadãos domiciliados e comerciantes locais solicitam pequenos serviços às pessoas em situação de rua que frequentam a região, afinal, trata-se de uma mão de obra barata, que também pode ser paga mediante uma troca de favores. Assim, os populares acabam realizando serviços como mudança, frete, montagem de barracas ou móveis, organizando lixo, na limpeza de um automóvel particular e demais serviços informais.

A título de exemplo, um popular de rua afirmou: “Eu vigio carro aqui em frente à propriedade deles há muito tempo, mas também ajudo sempre que posso e, de vez enquanto, eles me ajudam também, são muito gente boa comigo. Sabe como é né, uma mão lava a outra”. Disse ainda que os serviços extras oferecidos pelos comerciantes são importantes para auxiliar com a renda, principalmente naqueles dias em que há pouco movimento para obter algum tipo de remuneração.

Entendeu-se que as pessoas em situação de rua precisam construir outras estratégias de acordo com as circunstâncias que surgem ao longo do dia, a fim de que as necessidades básicas sejam supridas. Como contou Chico, ao se reinventar andando pela cidade à procura de “alguns” trocados:

Meu modo de sobreviver é vigiar carro, lavar carro. Às vezes, ando pelas ruas com um balde, não que eu tenho ponto de lavar carro, como os lava-jatos. Quando eu quero ganhar um dinheiro, chego no sábado nesses lava-jatos e pergunto se vai dar movimento hoje. O sol está quente, eles me perguntam se eu quero ficar ali. Eles pagam cinco reais em cada carro. Às vezes, dá um movimento, que eu fico ali ajudando eles [...]. Mas, às vezes, eu pego um balde e boto meus materiais dentro: sabão; escova; pano; pretinho de passar no pneu, saio andando. Nos restaurantes, quando vejo o cliente parar de carro, pergunto se não quer dar uma lavada por fora, dez reais. Saio lavando carro assim.

Como se observa, lavar e/ou vigiar automóveis particulares é outro trabalho praticado por pessoas em situação de rua, mais conhecidos como “flanelinhas” ou guardadores de carro. Basta um caminhar em um bairro de classe média/alta

em Vitória (ES), para encontrá-las. Maysa e Jorge informaram que sempre trabalharam como “flanelinha”, sendo esta a principal fonte de renda. Como explanou Jorge: “É o meu trabalho lavar carro e tomar conta de carro. É de onde eu tiro o meu almoço, tiro o meu café da manhã e tiro o meu jantar”.

Desde novembro de 2014, com a chegada dos parquímetros no Município de Vitória (ES), alguns “flanelinhas” precisaram desocupar pontos específicos de trabalho ou passaram a receber um valor muito aquém daquele que antes recebiam. Como esses dispositivos eletrônicos funcionam de maneira paga e são usados para controle de estacionamento rotativo em vias públicas, o rendimento financeiro dos “flanelinhas” acaba prejudicado.

A implementação desse sistema gerou discussões, contrapondo opiniões que variam entre *totalmente contra*, pois o dispositivo é visto como uma máquina de extrair dinheiro do povo; e *totalmente a favor*, pois se supõe que a instalação do sistema movimentará as vagas de automóveis e acabará com as dificuldades de estacionamento nas regiões.

Contra ou a favor, o que se deve colocar em discussão são os efeitos que a implementação desse sistema produziu e continua produzindo na vida de pessoas que vivem em situação de rua e trabalham como guardadores de carros. É necessário indagar: a instalação de parquímetros não seria mais uma ação para inibir ou extinguir o trabalho dessas pessoas? Esse sistema não dificulta e deslegitima ainda mais a vida dos sujeitos em situação de rua?

A reflexão é bastante pertinente, pois ainda há quem justifique a implementação desse sistema como forma de higienização da cidade, que se percebe a partir da fala de uma cidadã, em entrevista a veículo de comunicação local, opinando que: “[...] acredito ainda que é dever do Estado nos livrar do incômodo e flanelinhas, que loteiam as ruas. Temos direito a ir e vir com segurança, creio que isso não é pedir muito”<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> JARDIM DA PENHA ONLINE. **Estacionamento rotativo em Jardim da Penha?** 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Q9jAbU>> Acesso em: 17 abr. 2018.

A percepção desse modelo higienista também é notada e sentida pelos próprios guardadores de carros cujos relatos são de quem não se sente seguro trabalhando nesses territórios, muito pelo contrário, sente-se ameaçado por pessoas que almejam fazer desaparecer de suas vistas a população em situação de rua, disseminando discursos de ódio.

Diante dessa situação, os populares de rua novamente precisam encontrar estratégias para lidar com essas questões, como contou Jorge:

É você evitar o problema e evitar arrumar confusão com eles, porque aqui [...] tem muita gente ruim. Tem muita gente ruim que não gosta de flanelinha. E se eles pudessem matar todos os flanelinhas, matava. Eu procuro me proteger assim, fazendo o bem, não dando motivo para eles falarem da minha pessoa, querer ofender a minha pessoa.

Mesmo diante de diversas dificuldades e obstáculos, as pessoas que vivem em situação de rua permanecem resistindo e lutando, a começar pela escolha e conquista do ponto de trabalho.

Para os “flanelinhas”, a difícil missão de conseguir estabelecer um ponto fixo e lucrativo para vigiar automóveis varia de lugar para lugar, com regras próprias para entrar nesse ramo.

As leis internas de convivência nas ruas são claras, sujeitas a retaliações caso não sejam cumpridas. Sendo assim, uma vez estabelecido pelo sujeito seu ponto de trabalho em um território até então vazio, ninguém mais poderá ocupar aquela região, a não ser que exista um acordo prévio entre as partes, ou se a pessoa parar de desenvolver seu trabalho por ali. Caso contrário, possivelmente, haverá conflitos entre as pessoas envolvidas.

Normalmente, os populares de rua entendem a importância de cumprir essas regras, como afirmou um guardador de carros antigo na região de Vitória/ES: “Todo mundo já sabe que eu trabalho aqui e que o ponto é meu, se tem alguém no meu ponto e eu chego, a pessoa sai na hora, não preciso nem dizer que ela já sabe, o pessoal costuma respeitar isso” (JORGE).

Há uma série de convenções sociais específicas entre os populares de rua quanto às estratégias aplicadas para o trabalho de “flanelinha” e demais trabalhos. Essas questões foram devidamente explicadas para a banca de

defesa da dissertação, porém, conforme orientação dos professores que dela fizeram parte, foi necessário suprimi-las da versão a ser depositada para que elas possam continuar existindo, de modo que o presente trabalho não sirva como instrumento de controle dessas práticas.

Porém, nem todos os lugares da cidade são desejados pelos guardadores de automóveis, pois existe uma pré-seleção específica, que determinará o local de trabalho de cada um. Por exemplo, alguns pontos de estacionamento são mais concorridos que outros devido ao intenso fluxo de automóveis e pessoas; normalmente, aqueles próximos a centros comerciais, bares, restaurantes e escritórios. Somado ao movimento diário, o poder aquisitivo do público de cada bairro também é levado em consideração no momento da escolha de um ponto de trabalho, visto que, em lugares estratégicos, as gorjetas são maiores.

Estas configurações relacionais sempre estiveram presentes nos discursos de justificações das próprias formas de organizar as suas vidas e demonstram como a mobilidade espacial desta população é produzida por um raciocínio espacial e se constitui como fundamental na organização cotidiana (ROBAINA, 2015, p. 341).

Na tentativa de observar essas organizações e movimentos, um encontro foi marcado previamente com Jorge, “flanelinha” há muitos anos de uma região conhecida por receber pessoas com alto poder aquisitivo no Município de Vitória. O encontro ocorreu à tarde, no território onde Jorge costuma vigiar automóveis. O tempo estava bonito, era um domingo ensolarado. A escolha do dia, local e horário ficou a critério do popular de rua, que desde o início manifestou interesse em participar da pesquisa, condicionando, porém, que a pesquisadora o encontrasse em seu local de trabalho, para que não perdesse clientes no dia.

Contudo, embora previamente combinado, foram necessárias algumas tentativas para que a conversa efetivamente ocorresse. Por três vezes, direcionei-me à região em que Jorge trabalha para conversarmos, mas ele dizia que não poderia dar atenção naquele momento, ora porque o trabalho estava intenso, ora porque estava sob efeito de substância psicoativa. Em seguida, sempre pedia para retornar em outra oportunidade, mostrando-se interessado em contribuir com a pesquisa.

Finalmente, foi possível conversar com esse popular de rua. E ele tem muito a nos dizer.

Sentados na mureta de uma loja, em frente ao ponto de seu trabalho, conversamos por algum tempo, apesar das frequentes interrupções devido aos carros que chegavam e partiam, exigindo que Jorge se direcionasse ao local para cumprir seu ofício. A pesquisadora acompanhava esse movimento e entendia que as interrupções faziam parte do processo. Por sinal, era notório o esforço de Jorge na tentativa de atender, com simpatia, os dois compromissos: o seu trabalho e nossa conversa. Mesmo assim, quando questionado se gostaria de combinar outro dia para realizar o encontro, Jorge afirmou que não seria necessário, e, caso fosse, avisaria, como fez das últimas vezes.

Jorge atendia seus clientes com um sorriso no rosto, que expressava simpatia, sempre dizendo palavras de gentileza e agradecimento, com “boa tarde”, “vai com Deus”, “obrigado”, “que Deus lhe acompanhe”. Do outro lado, os seus clientes nem sempre retribuía o gesto educado de Jorge.

Os clientes mais antigos eram recebidos de maneira mais íntima, com um aperto de mão e uma rápida conversa. Todo orgulhoso, Jorge explicava que foi possível construir vínculos de confiança e respeito com algumas pessoas que frequentam o seu ponto de trabalho.

Também foi observado que se trata de um trabalho árduo. Exposto ao sol quente, o popular de rua corria de um lado para o outro na tentativa de auxiliar as pessoas para *talvez* receber um valor irrisório diante do trabalho que realizava.

Além disso, Jorge contou que não foi fácil conseguir os pontos onde trabalha atualmente, pois são locais disputados e desejados pelos populares de rua que conhecem a região. Assim, envolve-se em algumas discussões e conflitos para finalmente conseguir o que queria.

Desse modo, é possível notar que “manguear” pode até ser uma das possibilidades de sobrevivência, no entanto, “os corre” do dia a dia, nas ruas, não se resumem somente a isso, visto que existem trabalhadores que arduamente transformam seu local de morada no seu espaço de trabalho.

Por fim, com o dinheiro arrecadado durante o dia, os populares de rua normalmente compram comida, produtos de higiene pessoal, remédio (quando necessário), substâncias psicoativas e demais objetos pessoais. Raul, por exemplo, contou que inicialmente comprava álcool e outras drogas para sustentar o vício, mas como tem buscado fortalecer sua saúde, prefere comprar:

[...] leite, pão com sardinha, com queijo, mas é mais leite, essas paradas, sardinhas, porque como eu acho muita alimentação boa na rua não gosto de ficar comprando alimentação. Mas, o leite não tem como achar bom, o leite tem que comprar mesmo, um chá, sal para fazer rango que acaba, alho, quando eu não acho eu compro alho. [...] e aí eu passei uma pomada, mas, tive que comprar a pomada, sete reais, e então o dinheiro é para essas paradas.

Conseguir “uns trocados” vivendo em situação de rua não é simples. É preciso acordar todos os dias e repensar o que fazer e como fazer para se manter vivo. No campo, conheci grandes empreendedores e artistas que, com diligência, buscam melhores condições de vida.

É importante que essas informações sejam esclarecidas e pontuadas, pois ajudam a desmistificar a equivocada visão de que as pessoas que vivem em situação de rua, necessariamente, conseguem as coisas com facilidade, são “mendigas” e “pedintes”. Além disso, estimula um processo de reflexão em relação à valorização e respeito aos trabalhos informais e às pessoas que labutam para garantir a sobrevivência diariamente, frente à falta de acolhimento e oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal.

Por fim, tendo em vista a perda de direitos trabalhistas da população brasileira atualmente, chegará ao ponto em que aprenderemos com os populares de rua como ser “empreendedores” na cidade, ou seja, como se reinventar diariamente para sobreviver em meio ao caos.

#### 4.1.8 Princesa: o cãopanheiro

Durante o percurso, observou-se que muitos populares de rua contam com a parceria de um amigo: o cachorro. Normalmente, os cães andam sem coleiras ou amarras, livres pelas ruas. Embora soltos, seguem os passos de seus donos, que também são, para os bichinhos, verdadeiros companheiros de uma vida.

Em uma das noites de entrega da marmita, conheci Princesa, uma cadela viralata de porte médio e que tinha o corpo todo pintado de preto e branco. Ao nos aproximarmos do local onde seu dono estava deitado, Princesa logo se levantou, latiu e balançou o rabo, em sinal de atenção e vigilância. Embora estivesse presa à coleira naquele momento, com toda sua desenvoltura, a cadela avisou ao dono que ele estava recebendo visita naquela noite. Ao lado de Princesa, foi observado um pote com água e uma “caminha” feita com folhas de jornais.

O popular de rua, que estava deitado, informou que poderíamos nos aproximar sem maiores problemas, pois Princesa não mordida, “ela fica solta, mas às vezes eu prendo, senão os outros pensam que ela vai morder”. Assim, a cadela foi se acalmando com os carinhos distribuídos pelo seu dono e, finalmente, pudemos nos aproximar para uma pequena conversa. Ele afirmou ainda que além de uma amiga e companheira, Princesa contribui nos cuidados de sua segurança, pois “se alguém chega aqui perto, ela logo late, e se ela latir eu já tô de pé, assim, um cuida do outro”.

Nos encontros diurnos do grupo centralizado, a presença constante de cães também podia ser notada, afinal, os animais habitavam aquele espaço e transitavam livremente entre as pessoas. Os donos dos bichos sempre separavam uma parte da refeição que estavam comendo, para oferecer aos seus companheiros animais e, quando questionados, afirmavam: “Tudo que eu como, ele come também”.

Eram observadas trocas de carinho entre o ser humano e o animal. Mesmo diante de tantas restrições e tribulações vivenciadas por ambos em situação de rua, embora em proporções distintas, ainda assim, era perceptível a relação de companheirismo e cuidados mútuos entre eles. Enquanto o ser humano fazia

carinho e oferecia alimento ao cachorro, esse, por sua vez, retribuía permanecendo ao seu lado e lhe ofertava uma sensação de proteção e lealdade.

A Prefeitura de São Paulo/SP inaugurou, no dia 10 de maio de 2017, o primeiro Centro Temporário de Acolhimento (CTA) para as pessoas que vivem em situação de rua. Após queixas referentes aos horários restritos, presença de percevejos e falta de espaço para acolhimento dos cães, o local conta com acolhimento 24 (vinte e quatro) horas, canil e garagem para carroças. O albergue possui capacidade para 164 (cento e sessenta e quatro) pessoas, sendo 102 (cento e dois) homens e 62 (sessenta e duas) mulheres, incluindo 04 (quatro) leitos para pessoas com mobilidade reduzida<sup>30</sup>. Insta frisar que, até a conclusão desta pesquisa, não foram obtidas maiores informações sobre a funcionalidade desse equipamento.

A ideia parte de princípios interessante e pode servir como fonte de inspiração para demais regiões do Brasil, como o Município de Vitória/ES. Os abrigos de Vitória ainda não disponibilizam espaço de acessibilidade como os mencionados acima, que podem funcionar como um critério importante para pessoas em situação de rua decidir se irão ou não os frequentar.

Sendo assim, nota-se que a relação estabelecida entre cães e as pessoas em situação de rua mostra que o animal não enxerga cor, raça ou posição social, busca apenas receber afeto e, se o recebe em troca, permanecerá ao lado do ser humano como um verdadeiro guia e companheiro terapêutico.

Em contrapartida, o afeto é sentido também pelo próprio ser humano, que encontra um amigo leal, que pode acompanhá-lo em momentos de solidão, trazendo esperança, paz e carinho pelas andanças na rua. Evidentemente, é uma forma de cuidado. Como revelou Laufa para a plataforma social “SP invisível”<sup>31</sup>:

---

<sup>30</sup> ESTADÃO. **Novo abrigo para moradores de rua de SP tem canil e funciona 24 horas.** 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2OZY7G7>> Acesso em: 23 abr. 2018

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/spinvisivel/posts/1684411258310202>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Eu achei ele dentro de uma caixinha de sapato embaixo de um condomínio, ele era pequenininho. Eu fui dormir, peguei a caixinha e ele tava lá. Ele mudou bastante coisa na minha vida. Eu usava crack e agora eu tô só na cocaína. Parei o crack por causa dele. Meu nome é Laufa. Eu era jardineiro. Tinha uma firma de paisagismo. Daí, eu saí de casa, fui morar no centro. Uma coisa foi puxando a outra, até chegar nessa situação. Quando o Capitão chegou na minha vida eu tava bem mal. Tava procurando uma guarita para me esconder da chuva. Na hora ele deitou em cima do meu braço e até hoje ele deita desse jeito. Ele significa paz, carinho. Ele me entende. Significa esperança também. Quando eu penso em usar droga eu vou, chamo ele, mas ele fica sentado. Parece que sente. Um dia bateu abstinência, eu chamei ele e ele não veio. Foi uma cena, não tem como explicar... Parece que ele já sabia. Tava querendo que eu não fosse. Eu não ia sem ele. Eu não larço ele. Dói. Um dia eu vou levantar, ter minha firma de novo. Eu e meu cachorro, o Capitão.

#### **4.1.9 Saídas estratégicas: segurança e proteção**

O clima nas ruas nem sempre é tranquilo. Por vezes, existem conflitos entre os próprios populares de rua, quando, por exemplo, ferem leis e códigos de conduta internos, ocasionando brigas e discussões.

O clima tensionado não só existe devido aos populares de rua, mas também é proporcionado por agentes policiais, comerciantes e demais pessoas que acabam:

Efetuando ações de violência explícitas ou sutis e que se mostram fortemente banalizadas. Atitudes largamente preconceituosas e solicitações de políticas com caráter higienista são comuns na sociedade local. Muitas vezes a população de rua é vista como se não fosse humana (KUNZ, 2012, p. 21).

As pessoas em situação de rua relataram sofrer abordagens agressivas e desnecessárias por parte da Segurança Pública com uso de violência física e verbal. Frente a um cenário de violação de direitos políticos e sociais, muitas vezes a relação de tensão é sentida no ar.

Por vezes, alguns funcionários da Polícia Militar e da limpeza urbana, por exemplo, são agentes que operam na calada da noite em direção ao trabalho de higienização das ruas, expulsando pessoas de certos espaços utilizados para pernoite e eliminando pertences pessoais. Nesses casos, a violência é revestida de justificativas embasadas em leis que visam a garantir uma suposta segurança e manutenção da ordem.

Nas cidades, as pessoas em situação de rua estão expostas à repressão policial, normalmente seguida de abuso de autoridade e poder legitimado pela grande maioria da população, ávida pelo desejo de limpar ruas, condomínios e comércios (MAYORA, 2016).

Essa suposta proteção à sociedade é efetivada com a aplicação e cumprimento de leis contra o sujeito, que, supostamente, cometeu um crime; porém, segundo Misse (2010), o “sujeito criminal” é produzido ao passo que se constroem as leis penais, da moralidade pública e da polícia; é um agente de práticas criminosas que coloca em evidência sentimentos e reações morais repulsivas, como o desejo do desaparecimento e o aniquilamento do outro.

O autor trabalha ainda com a concepção de “sujeição criminal”, que, a depender dos diferentes contextos e culturas, normas e valores,

[...] é um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável (MISSE, 2010. p. 21).

Devemos reforçar que, independente da ação, alguns sujeitos sempre serão vistos como criminosos que devem ser afastados dos logradouros, principalmente se reunirem algumas características tipificadas.

Dito isso, alguns agentes públicos e demais cidadãos direcionam um olhar sobre o popular de rua marcado por preconceito e estereótipos:

[...] quanto mais escura for a cor de sua pele e quanto mais sua aparência estiver permeada pelas condições associadas com o habitar a rua (maltrapilho, descalço, sem higienização do corpo, barba por fazer, sem documento), mais potentes então serão os abusos de poder cometidos contra esse sujeito (KUNZ, 2012, p. 104).

Os populares de rua revelam sentimentos de medo e insegurança vivenciados diariamente, “somos nós mesmo que precisamos ter cuidado”. Acreditam que, estão expostos, desprotegidos e que coisas ruins podem acontecer a qualquer momento, “a gente nunca sabe se vai dormir, se vai acordar do mesmo jeito”, já que atitudes ofensivas são corriqueiras: “enquanto a gente tá dormindo, tem gente que vem e mija na gente e nas nossas coisas, podem colocar fogo na

gente, jogar alguma coisa em cima, a gente fica com medo né, as vezes nem consegue dormir direito”.

Por isso, afirmaram que, na verdade, o cuidado que precisam ter está diretamente relacionado à proteção contra uma parcela da população, não às andarilhas da cidade especificamente, mas àquelas “das altas” que desejam aniquilar os moradores de rua, como explicou Jorge:

Eu acho que precisa se proteger das pessoas grandes, das altas. A maioria são doidos para eliminar as pessoas moradores de rua. Eu já ouvi muito boato por aí afora que tem comerciantes que tem um grupo entre eles que são doidos para eliminar todos os moradores de rua. Então esse que é o meu medo. Você está me entendendo? O meu medo é só esse aí. As pessoas altas, não o morador ali da rua que está junto comigo, mas daquele lá de cima que pode ir lá contratar uma pessoa para me eliminar ali na rua. De repente não vai com a minha cara, não gosta da minha pessoa; vai lá e contrata um pistoleiro para arrancar a minha vida. O meu medo só é esse. [...] não é comum, mas também não é difícil de acontecer. Isso é hipótese que pode acontecer a qualquer momento. Então a gente tem que estar sempre de olho aberto, sempre atento.

Efetivamente, eles precisam ter cuidado o tempo todo para garantirem, até mesmo, e principalmente, a própria vida!

Em consequência das atitudes bárbaras sofridas, as pessoas em situação de rua vivem constantemente em alerta, desconfiadas e com medo, buscando alternativas de cuidado para se protegerem, como, por exemplo, dormir em grupo e, durante o dia, construir relações de camaradagem e parceria com as pessoas que transitam na região, com o propósito de evitar batidas policiais e outras situações que, suspostamente, poderão causar problemas.

Como afirmou um popular de rua: “Eles já me conhecem, sabem que eu tô aqui fazendo meu trabalho, eu na minha e eles na dele, mas não pode vacilar né, senão eles pegam mesmo, igual fez com uns colega meu esses dias atrás”, ou então: “O que eu faço é procurar fazer o bem ali na frente; fazer o bem sempre na frente dele e estar evitando vacilar na frente deles; sempre se esquivando, mudando de local para dormir também. É assim que eu vou me resguardando”.

As falas citadas acima mencionam a relevância de estarem a todo tempo preocupados em realizar “boas ações”, preferencialmente, *na frente* de certas pessoas, indicando a necessidade de mostrar à sociedade que não representam

ameaças e não trazem perigo, como se com seus corpos “estranhos” sentissem, antecipadamente, o peso de carregar um risco iminente ao outro.

Apesar da indignação, por vezes, a população em situação de rua se cala e prefere não denunciar atitudes violentas, em razão do medo de represália, ou então, por acreditarem que os órgãos públicos “são só fachada”, como disseram.

Quando surgem os conflitos, tornando-se uma situação de ameaça, cada popular de rua utiliza estratégias que visam a assegurar cuidados, sejam eles de segurança, sejam de proteção. Como pontuou Jorge quando foi questionado sobre cuidado com a vida de maneira geral:

Cuidado com a vida é se proteger, do que acho assim, das pessoas, você estar evitando problemas, você estar evitando arrumar confusão na rua porque a rua é muito perigosa. Então o cuidado com a vida é isso aí, você estar se resguardando do mal na rua porque a rua é só o mal. Tem bem, mas tem muito mal também. Procurar fazer o bem na rua.

Como observado, os populares de rua trabalham com a possibilidade de “tirar por menos”, resolver na base da conversa, buscar fazer o bem ou sair de perto do sujeito, que instiga a briga, justamente para evitar conflitos.

Como explicou Chico, ter cuidado com a vida é buscar viver de modo tranquilo, isto é:

Eu tenho cuidado com a minha vida. Não brigo com ninguém na rua. Não desafio ninguém. Assim, igual eles falam que ‘tiração’. Para nós, da rua, é um tirar o outro. Tirar sarro da cara do outro, para arrumar problema, um com o outro. Eu ando na rua há oito anos, mais ou menos. Nunca briguei com ninguém, nunca levei um tapa de ninguém na rua. Hoje, estou com 50 anos. Fiz 50 anos, agora [...]. Onde estou mais inteirado ainda de ficar na rua, porque eu vejo muita guerra. Muitas pessoas na rua, que para mim, não sabem viver na rua, não. [...] o meu modo de vida, meu modo de viver é na rua. Porque arrumar confusão com os outros, encrenca, eu já durmo na rua, não vou arrumar problema com os outros, para eu dormir tranquilo. Você viu o jeito que eu estava dormindo ali? Com a camisa no olho, porque eu sou tranquilo. Meu modo de vida, de sobreviver na rua, eu vivo tranquilo. Eu posso até morrer, mas na covardia.

Outra estratégia observada durante esse percurso, foi o gesto de se afastar por tempo indeterminado do território de ameaça, a fim de neutralizar a situação de risco. Normalmente, essas pessoas voltam para a casa de familiares ou se deslocam para regiões que não apresentam risco de morte ou retaliação.

A título de exemplo, Jorge informou que, recentemente, seu parceiro precisou “sair vazado” do ponto onde trabalhavam juntos, pois

Ele tava doidão e sem querer arranhou o carro do taxista. Parece que os caras queriam pegar ele aqui, por isso ele precisou sumir por uns tempos. Eu acho que ele voltou pra a casa da família, mas foi melhor ele dar um tempo mesmo.

Há situações em que a ameaça não é diretamente direcionada ao popular de rua, mas ao seu amigo, episódio que também pode colocá-lo em risco. Nesses casos, a relação entre esses atores fica fragilizada, de modo que, por vezes, é necessário se distanciar do parceiro para sua própria segurança. Como afirmou um popular de rua, ao ser questionado sobre um amigo que sempre andava ao seu lado:

Tô andando com eles mais não, pelo menos por enquanto, porque eles estão ameaçados de morte, ai tem dia que dá pra gente ficar junto e tem dia que não, eles não podem circular em todo lugar e eu posso [...] ando com os amigos até o ponto que eles não me atrapalham ou não são ameaças pra mim.

Os territórios são esquadrihados pelos populares de rua, e alguns espaços não podem ser ocupados por qualquer pessoa, tendo em vista a existência de “rixas” entre grupos rivais. Nesses casos, é preciso primeiramente sondar a área para só depois por ela circular livremente.

Realmente,

Para estes sujeitos, saber por onde passar, quando passar, onde permanecer, reconhecer posições, limites e fronteiras deles próprios e de outros segmentos e grupos que compõem as próprias dinâmicas da cidade, é uma prova clara deste processo altamente complexo que passa obrigatoriamente pela dimensão espacial da sociedade (ROBAINA, 2015, p. 347).

Nas ruas existem alguns instrumentos que podem servir para defesa de possíveis ameaças ou para afastar invasores que possam trazer problemas. Muitos moradores de rua possuem consigo materiais perfurantes – a exemplo de pequenas facas ou facões, conhecidos como peixeira – que podem ser úteis tanto para o preparo de alimento, quanto para a autodefesa. Além disso, também são utilizados pedaços de madeira, também nomeados de “ripas”, e bastões de ferro, ambos funcionam como artefatos de proteção. Não houve relatos quanto ao uso de armas de fogo pelas pessoas em situação de rua.

Enganam-se as pessoas, quando imaginam que as ruas são um lugar sem lei ou sem normas de conduta, onde tudo é autorizado. Existem regras claras de convivência que permeiam as relações entre eles, inclusive com restrições, que podem variar conforme as especificidades de cada grupo ou região.

Não necessariamente essas regras são fixas, verbalizadas ou escritas, mas devem ser respeitadas por todos, caso contrário, o infrator poderá sofrer graves represálias.

Durante a composição desta pesquisa, algumas regras foram observadas e outras foram descritas e explicadas pelos próprios moradores de rua. Uma delas é a proibição de um popular de rua furtar o outro: “na rua ninguém pode roubar ninguém que também é da rua, e se descobrem, junta um monte de gente e mata a pessoa com a peixeira”.

Outra regra que é muito clara no convívio social dos moradores de rua é a proibição de assediar a mulher do outro. Caso ocorra, essa atitude é considerada traição e o assediador poderá ser punido tanto pelo grupo quanto pela pessoa, que se sentiu injustiçada. Caso a mulher seja infiel no relacionamento, ela poderá ser vítima de violência; porém, casos em que a mulher é traída, ironicamente, não foram pontuados pelos populares de rua.

Uma terceira regra existente é a necessidade de respeitar os profissionais e demais pessoas que ajudam a população em situação de rua – como, no caso, os grupos voluntários – pois entendem que por elas são acolhidos e respeitados em troca. É simples o recado: “saber acolher quem os acolhe, eis a regra” (KUNZ, 2012, p. 106). Porém, essa norma de conduta pode não ser cumprida quando essas pessoas tomam atitudes que causem danos ou constrangimentos às pessoas em situação de rua, como situações de preconceito, violência e encaminhamento à polícia.

Além das regras de conduta já citadas, Kunz (2012) menciona outras, como não roubar nas proximidades dos locais onde o grupo estiver ocupando naquele momento, a fim de evitar “batida policial” na área onde as pessoas em situação de rua estão convivendo; é proibido roubar nos albergues.

Ademais, como apontado pela autora, gestos de solidariedade e empatia se misturam com as regras de conduta, compondo uma rede de cuidado que é tecida nas ruas:

Os gestos de solidariedade fazem composição com as regras tecidas na vida nas ruas, pois também acontece entre os irmãos de rua compartilhar alimentos com um camarada ou efetuar trocas de informações que possam trazer benefícios comuns. Observamos entre moradores de rua a socialização no uso do vestuário que ganham e o mesmo ocorre quanto ao uso de substâncias psicoativas, principalmente a cachaça que é muito compartilhada nas rodas de conversa (KUNZ, 2012, p. 217).

De modo geral, as regras de conduta são socialmente estabelecidas para organizar a vida em sociedade. Nas ruas, elas também existem, pois a situação de rua não necessariamente é sinônimo de vadiagem e liberdade. Como alerta um popular ao afirmar que gostaria de ter um trabalho formal para conseguir conquistar alguns sonhos, como sua liberdade:

Para mim, pelo menos, ter uma tranquilidade para eu viver. Ter meu lar, ter minha geladeira, minha televisão dentro de casa. Ter minha liberdade. Eu não tenho liberdade morando em rua, não. O cansaço é muito, não dá para pensar em liberdade, não. É a mesma coisa que estar presa, a gente morando em rua (CHICO).

Nota-se que a população em situação de rua busca cuidar de si defendendo a própria vida ou buscando proteção frente a situações de risco ou perigo iminente, visto que a rua é um lugar habitado por muitos. Para isso, utilizam diversas estratégias próprias e específicas para tais ocasiões, visto que raramente podem contar com a proteção dos agentes públicos de segurança.

#### **4.1.10 Entorpecer-se: uso de drogas e as gaiolas da vida real**

A sociedade, usualmente e equivocadamente, associa a população de rua ao consumo abusivo de substâncias psicoativas, razão pela qual, de forma geral, imagina-se que os cuidados destinados a essas pessoas deveriam se limitar a intervenções com a finalidade de desintoxicação e abstinência, como se esse consumo fosse a única e principal causa da permanência nas ruas. Contudo, muitas vezes, a falta de informação camufla a realidade, *pois nem todas as*

*peças que vivem em situação de rua fazem uso de drogas, assim como nem todas as pessoas que utilizam drogas vivem nas ruas.*

Frente a essa lógica social preconceituosa, convido-o (a) a refletir sobre essa associação direta e muito injusta, vejamos o porquê.

De fato, ao estar no campo de pesquisa, observei que grande parte das pessoas em situação de rua, com quem conversei, já fez ou faz uso de substância psicoativa - normalmente o álcool e o *crack*. Porém, também notei que, na grande maioria dos casos, o consumo estava implícito ou explicitamente associado a uma série de fatores, tais como: problemas de saúde, *situação de abandono, falta de oportunidades ou apoio, condição de vulnerabilidade e/ou fragilidade dentre outras circunstâncias* vivenciadas ao longo da vida.

Em alguns casos, na verdade, refletiu-se que o uso de drogas poderia ser uma verdadeira tática de sobrevivência, na medida em que foi a maneira encontrada pela pessoa para lidar com determinadas adversidades, “ajuda[ndo] a suavizar o desconforto, a solidão” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p.102).

O consumo de entorpecentes, na realidade, para os populares de rua, pode ser uma possível forma de resistir às circunstâncias, “afinal, dormir nas ruas é um grande desafio. Para conseguir dormir somente se estiver ‘chapado’ e o uso de substâncias psicoativas ajuda nesse momento” (KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014, p. 933).

Evidentemente, deve-se ponderar que, algumas pessoas, embora não tenham vivenciado situações de instabilidade, podem manifestar interesse de fazer uso de drogas. Porém, geralmente, não foram esses os casos encontrados nas vivências no campo de pesquisa com a população de rua.

Por isso é importante destacar que um histórico de vida atravessado por situações de negligência ou violência, somado à violação de direitos fundamentais, falta de apoio e condições mínimas de dignidade humana também podem contribuir para o início do uso ou abuso de drogas “que pode ser associado à necessidade de alívio da angústia inerente à condição humana” (NIEL; DA SILVEIRA, 2008, p. 8).

Porém, esses aspectos, geralmente, não são levados em consideração por algumas propostas de acolhimento e cuidado destinadas, principalmente, àqueles sujeitos cujas experiências de uso de drogas e do viver nas ruas aparecem como perigos públicos a serem ordenados e/ou eliminados, seja pela via da ‘recuperação’, seja pela via da exclusão direta destas pessoas” (MACERATA; DIAS, PASSOS, 2014, p. 18). A lógica da abstinência, por exemplo, busca eliminar totalmente o consumo das drogas e, claro, de certas experiências, sem considerar o que aquele uso representa para seu usuário. Nesses casos, dispõem-se como referência as internações compulsórias e comunidades terapêuticas.

Por outro lado, em contrapartida a essa lógica falida, conforme a cartilha “*DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS: uma cartilha para profissionais de saúde*”, a Política de Redução de Danos (PRD) tem buscado construir novas estratégias que visam trilhar avanços no cuidado à saúde das pessoas que fazem uso de drogas, no intuito de minimizar os danos ou os riscos causados pelo seu uso, compreendendo que as substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas sempre fizeram parte deste mundo.

Em oposto à perspectiva da abstinência, alguns projetos da RD incluíram a distribuição de seringas, preservativos e filtros para cachimbo, pensando no uso seguro. Outro fator a se considerar nessa política pública, “é a mudança de via de utilização ou migração para drogas que causem menor dano” (NIEL, M.; DA SILVEIRA, D. X., 2017, p. 28), por exemplo, se uma pessoa que faz uso de drogas injetáveis passa usar a cocaína de maneira aspirada ou utilizar a maconha, pode-se considerar um consumo de menor risco, mesmo não tendo deixado o uso de drogas.

Além disso, é válido destacar que a perspectiva da RD possibilita uma construção mais sólida de vínculos de confiança entre profissionais e pessoas usuárias de entorpecentes, visto que é trabalhado com objetivos possíveis junto ao sujeito, viabilizando encaminhamentos de qualidade e mais efetivos. Assim, considera-se a PRD uma política de respeito à vida e à liberdade, que estimula práticas de cuidado.

Alguns populares de rua compreendem que o uso abusivo de determinadas substâncias psicoativas pode dificultar a manutenção de determinados cuidados; contudo, seu consumo não é sinônimo de descuido ou desleixo, como comumente a sociedade acredita. Chico, por exemplo, contou que vigia e lava carros nas ruas para sobreviver, e “[...] se eu pegasse todo dia, por mês, guardasse dez reais até o fim do mês. Eu podia morar de aluguel em uma casa. Ter meus cuidados de não dormir na rua. Ter meu cuidado próprio, meu lar, mas a gente não consegue, por causa do vício”.

Apesar disso, o popular de rua procura manter cuidados ligados à higiene, à proteção, à alimentação, entre outros descritos ao longo desta pesquisa.

Claramente, há uma legitimação social de certas pessoas que fazem uso de determinadas drogas, todavia, deve-se lembrar que todos nós também somos consumidores assumidos de substâncias psicoativas lícitas, como, por exemplo, café, chás, medicações, álcool, tabaco, etc.

Evidentemente, a construção social sobre drogas influencia diretamente os discursos e estigmas da sociedade, do Estado e do próprio usuário. Vejamos:

O estigma de usuário de crack potencializa o efeito dos estigmas que o sujeito da “ralé” já carrega. E como nossa informante Amanda lembrou, “mais que tu chama a pessoa de demônio, mais a pessoa fica endemoniada”. Ou seja, a atitude de uma sociedade perante determinada droga influencia sensivelmente o destino do consumidor, de modo que a estigmatização de que o usuário é alvo contribuiu para a radicalização de sua prática (MAYORA, 2016, p. 143-144).

O crack, por exemplo, carrega consigo um grande significado, que é responsável por amedrontar o imaginário, principalmente, da classe média e da classe alta, que enxergam esse tipo de droga – e, conseqüentemente, seu consumidor – como uma substância diabólica, normalmente utilizada por pessoas pobres e desclassificadas (MAYORA, 2016). Tanto é assim, que o crack é conhecido como “droga-lixo”, termo pejorativo que reflete uma situação de indiferença e preconceito com seus consumidores, que, para muitos cidadãos, devem viver dos restos ou então, junto com o lixo, também podem ser descartados.

Segundo Ramos (2016), há uma significativa relação entre a situação social e o consumo do crack, pois o seu uso é cada vez mais marcante nos contextos de

marginalização, que abrangem populações desassistidas institucional e emocionalmente que são atravessadas por circunstâncias com significativa carência de recursos materiais e simbólicos, bem como evidente descaso social, político e econômico.

A hipótese trabalhada pelo autor refere-se à vinculação, que torna a população em vulnerabilidade mais suscetível ao uso contínuo dessa droga, que, para ele, está disponível, acessível e com fácil circulação.

Na prática, sabe-se que a droga circula por toda a cidade e encontra-se à disposição de todos nós. Porém, ressalta-se que as circunstâncias, o meio, o histórico de vida, a disponibilidade e facilidade de acesso, entre outros fatores, podem criar um possível dispositivo, apesar de não haver uma necessária relação de causa e consequência (RAMOS, 2016). Afinal, como já afirmado anteriormente, nem toda pessoa que vive nessas condições recorre às drogas e vice-versa. É válido refletir que:

A classe social não condiciona o consumo de drogas, mas é ela que permite ao sujeito acionar um “arsenal” de mecanismos cognitivos e práticos para que os abusos sejam atenuados, e é verdade insofismável que esse arsenal é muito melhor distribuído nas classes médias e altas, tanto em termos objetivos e materiais como subjetivos e simbólicos (RAMOS, 2016, p. 99).

Ainda assim, somos tão cruéis que, geralmente, induzimos ideias opressoras que retiram a responsabilidade do Estado e da sociedade e apontam o alvo apenas para o usuário, incutindo-lhe um sentimento de culpa e responsabilização devido à sua condição de vida e saúde. Em consequência disso, esse discurso acaba sendo interiorizado e reproduzido pelas próprias pessoas em situação de rua e usuárias de drogas, ao entenderem que será exclusivamente com a sua força de vontade que conseguirão “largar o vício”. Ou seja, cria-se, no imaginário, a ideia de que só depende delas sair dessa condição.

Consequentemente, alguns populares de rua que fazem uso de drogas trazem falas parecidas com a de Chico: “Mas com força de vontade, dá para conseguir. Eu vou tentar conseguir desse jeito, até eu me preparar, para arrumar um emprego, um serviço para mim, fixo. Para eu poder sair dessa”. Ou, até mesmo:

“Ele é um cara que não sabe dominar o crack, porque se ele soubesse dominar, ele estava com a profissão dele em mãos e estava na boa”.

Além disso, como resultado desses discursos infundados, os populares de rua sentem-se envergonhados por serem usuários de drogas ou constrangidos por verem outras pessoas fazendo uso, buscando consumir a substância psicoativa à noite ou em locais mais afastados para que ninguém os veja, ou então, julgam e oprimem o outro pelo consumo nas ruas. Como relatado por Jorge: “Eu uso droga só à noite, porque tenho vergonha de usar perto das pessoas de dia. A gente fica com os olhos esbugalhado e depois que usa é um trem que vem de dentro pra querer usar mais”. Ou, como esclareceu Chico ao dizer que as pessoas precisam aprender utilizar entorpecentes: “quem fuma droga, tem que fumar escondido”.

No que tange aos reflexos da interação entre o meio social e o consumo de drogas, a experiência conhecida como “Rat Park”, realizada pelo psicólogo canadense Bruce Alexander no final da década de 70, convida-nos a importantes reflexões<sup>32</sup> levantadas aqui.

O experimento mostrava duas gaiolas com ratos: uma sem estímulos e a outra com inúmeros objetos estimulantes. Em ambas as gaiolas os ratos tinham acesso a duas fontes de água: uma que liberava água com morfina; e outra que continha água natural. A diferença entre as gaiolas era justamente o meio em que os roedores viviam: em uma das gaiolas, os ratos ficavam solitários e em lugares pequenos; já na outra gaiola, foi construído um “parque dos ratos” com túneis para correr, cores, bolas e outros ratos para interação. Durante o experimento, foi observado que os ratos que viviam em condições de socialização e com mais estímulos consumiam 19 (dezenove) vezes menos a substância psicoativa em comparação com seus iguais que viviam aprisionados.

---

<sup>32</sup> AMENI, Caue S. Dependência de drogas: o problema é a gaiola. In: Blog da Redação. 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2JtIQY5>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

VÍCIO. Kurzgesagt in a Nutshell. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ao8L-0nSYzg>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

Essa analogia contribui para amadurecer a ideia de que o problema não são os ratos ou as substâncias psicoativas em si mesmas, mas as gaiolas oferecidas a eles, e também, no sentido metafórico, aos seres humanos.

Quais “gaiolas” são oferecidas nas ruas ou em determinados territórios da cidade? Elas estimulam o popular de rua a usar ou a não usar drogas?

Por isso que precisa-se repensar a ideia, fruto de todo esse processo, que transforma as drogas em produtos que são letais por si só. É preciso ficar atento às redes que, a todo momento, capturam-nos e nos intoxicam, escurecendo nossa visão e diluindo nossa capacidade de problematização e empatia.

Seja por razões religiosas, culturais, recreativas, sociais, produtivas, o ser humano sempre se relacionou com as drogas e, muito provavelmente, essa relação acompanhar-nos-á ao longo da história da humanidade. Na história, as concepções sobre determinados fenômenos, como o uso de drogas, a sexualidade, a loucura, as prisões, mudam segundo as formas de pensamento que nos atravessam durante uma época. O “drogado”, por exemplo,

[...] ora é um afastado de Deus, um ser possuído por satanases, ora vítima de um cérebro doente que perdeu toda possibilidade de autodeterminação. Um sujeito sem subjetividade que precisa ser sequestrado, reprogramado, segundo procedimentos baseados na abstinência prolongada e na reengenharia da vida (LANCETTI, 2015, p. 34).

Com frequência, a figura das pessoas que vivem em condições miseráveis e que fazem uso de determinadas drogas, é associada a ideias negativas, consideradas potencialmente criminosas, agressivas e perigosas, combinação que as colocam ainda mais nas imediações da sociedade, da atenção e do cuidado. Mas não se pode esquecer de que o histórico do consumo de algumas drogas ilícitas, principalmente a partir dos anos 60, está relacionado à contracultura, aos movimentos de contestação, às posturas reivindicatórias e libertárias, assim, tais pessoas eram consideradas fora das normas e das condutas sociais, sendo reprimidas por campanhas morais idealizadas (CARVALHO, 2014).

Essa parcela específica da população vai sendo estigmatizada na “fôrma dos nóia”, ou seja, a denominação “noiado”, amplamente utilizada pela sociedade,

acaba não se restringindo às pessoas que estão sobre efeito do uso do entorpecente, mas também é associada àqueles, estigmatizados de uma maneira geral, que adotam determinados comportamentos ou modos de vida, como negros, pobres, jovens e pessoas em situação de rua que acabam, por sua vez, tornando-se alvo de atitudes suspeitas ligadas a roubos, mendicância ou brigas.

Ainda vivemos em uma sociedade que, na sua grande maioria, acredita ser possível a eliminação total das drogas (ou das pessoas?). A utopia de um mundo sem substâncias psicoativas é reforçada por meio das campanhas alarmistas e demagógicas que normalmente produzem efeito contrário ao desejado. É perturbador refletir que, em tão pouco tempo, naturalizou-se a ideia de demonização e proibição das drogas.

A legislação sobre drogas vigente no Brasil tem como base de sustentação o proibicionismo e o paradigma da Guerra às Drogas, política forjada nos Estados Unidos da América, no início do século XX, que tinha a Lei Seca de 1919 como um grande modelo por que proibiam toda a economia do álcool. Em 1970, sobretudo com o Governo de Richard Nixon, ela se transformou em uma política oficial que, posteriormente, foi globalizada, sendo adotada em diversos países (RODRIGUES, 2009).

Ocorre, no entanto, que as drogas eram apenas um pretexto para a perseguição e exclusão de grupos sociais específicos, considerados perigosos pela sociedade à época. A maconha, por exemplo, foi associada aos mexicanos; o álcool, aos irlandeses; a cocaína, aos afro-americanos; e o ópio, aos chineses. (RODRIGUES, 2009). Já o consumo de crack, nos EUA, foi muito maior entre as pessoas negras e latinas, se comparado ao consumo feito pela população branca (GARCIA, 2016).

Francamente, “historicamente, o espaço habitado pelos pobres é identificado como território de propagação de doenças físicas e morais [...] Atualmente, ela (*a droga*) aparece como explicação sobre o marginal ou o território degradado” (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p. 21).

Na realidade, a política penal de guerra às drogas não quer eliminar as substâncias psicoativas em si, mas aniquilar determinados grupos sociais que delas fazem uso (RODRIGUES, 2009), pois sabe-se que a proibição não resulta na diminuição do consumo, venda ou produção de drogas, mas no aumento assustador da produção de sujeitos criminosos, de preconceito e de violência destinada a um grupo populacional específico.

Para Karam (2014), o problema não é a droga, mas as condições de vida em que esses usuários se encontram, isto é, julga-se o sujeito e não sua conduta. Na tentativa de se acabar com os “desvios da razão”, justificam-se nossas práticas embasados na legislação sobre drogas - Lei de Drogas, n.º 11.343/2006.

Segundo Carvalho (2014), a quantidade de condutas que são consideradas ilegais pela Lei de Drogas repercute diretamente na ampliação da população carcerária, demonstrando, assim, os excessos encontrados nessa legislação, cujos efeitos estimulam o comportamento persecutório, punitivo e repressivo. Ou seja, é uma legislação, que agrava as penas, e contribuiu para a superlotação dos presídios, como citado abaixo:

Conclui-se que o crescimento acelerado da população carcerária em todo o país nos últimos anos, em decorrência do endurecimento da política criminal, incide justamente sobre os delitos hediondos, dentre eles o tráfico de entorpecentes. A atual política criminal de drogas no Brasil é um dos fatores que mais contribuíram para o agravamento da população carcerária, assim como se notou nos efeitos da política norte-americana (RODRIGUES, 2006, p. 233).

Nessa lei, inexplicavelmente, condutas idênticas são enquadradas como *consumo pessoal* (art. 28) e *tráfico* (art. 33) de drogas, podendo gerar penas absolutamente diferentes. Vejamos:

Art. 28. Quem **adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar** ou **trouzer consigo**, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, **adquirir**, vender, expor à venda, oferecer, **ter em depósito**,

**transportar, trazer consigo, guardar**, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL, 2006).

Como se vê, o *consumo pessoal*, previsto no artigo 28, prescreve como pena advertência, prestação de serviços à comunidade e medidas socioeducativas; enquanto para o *tráfico*, previsto no art. 33, a pena é de reclusão. É de extrema relevância observar que *os mesmos verbos* que se encontram no artigo referente ao consumo pessoal estão dentro do artigo, que se refere ao tráfico.

No entanto, a definição de consumo pessoal será determinada pelo juiz a partir da análise de determinados elementos, como se observa no parágrafo 2º do artigo 28, assim como o artigo 42 da Lei de Drogas 11.343/06:

Art. 28. [...]

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente (BRASIL, 2006).

Observa-se que a lei estabelece critérios para o juiz avaliar a situação dos casos de consumo pessoal de drogas, não sendo a pena aplicada apenas em razão da quantidade ou de fatores objetivos, como comumente a sociedade acredita, mas também por circunstâncias sociais e pessoais, local e condição que se desenvolveu a ação, assim como conduta e os antecedentes do acusado.

Apesar de a pena ser definida pelo juiz, a primeira interpretação das condutas é feita pela polícia, que irá identificá-la conforme a estrutura criminal brasileira – por exemplo, se o sujeito porta a droga para o consumo pessoal ou para o comércio. Porém, especificamente quanto à quantidade, a Lei de Drogas não define um limite numérico sobre o quanto de droga é necessário portar para ser considerado consumo pessoal. Assim,

A falta de clareza quanto aos critérios que definem usuários, pequenos e grandes traficantes, permite que operadores de segurança pública, principalmente policiais militares, aqueles que procedem juridicamente

mediante flagrante/denúncia, ajam de forma arbitrária e mesmo contraditória, dependendo do contexto em que o flagrante ocorrer. (TOLEDO, GÓNGORA, BASTOS, 2017, p. 36).

Além das significativas indefinições encontradas na Lei, que fomentam questionamentos, imprecisões e equívocos, deve-se pontuar que o sujeito incriminado, normalmente, e rotulado como “bandido”, “marginal” e “noia” não é qualquer um, normalmente os moldes de sujeito ou comportamento suspeitos são reflexos do preconceito e da discriminação.

Segundo Misse (2010), essa questão fortalece a seguinte constatação:

[...] Certas práticas criminais – as que provocam abrangentes sentimentos de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p. 18).

Desse modo, uma parcela específica da população – incluindo os populares de rua - que faz uso de drogas é perseguida e considerada inimiga. Normalmente, essas pessoas são, diretamente, associadas a contextos exclusivamente relacionados à criminalidade e à vadiagem, circunstância que acaba por restringir e aniquilar seus corpos e suas potências, seja por meio da eliminação direta do sujeito, seja a partir de ações que buscam salvá-lo.

Além disso, essas pessoas, geralmente, são consideradas clientes preferenciais do Direito Penal, por carregarem estigmas historicamente perseguidos, ocasionando, por sua vez, consequências graves, como o encarceramento em massa, a segregação, o abuso de poder e a dificuldade para inserção no mercado de trabalho ou demais espaços sociais.

Se por si só não é possível punir a população de rua ou demais “perigos sociais”, que seus modos de vida sejam criminalizados então.

Observa-se que a conduta policial em bairros mais pobres é marcada pelo uso de violência, o que normalmente culmina em detenção de pessoas que fazem uso de droga e o seu respectivo enquadramento no crime de tráfico, o que se contrapõe às atitudes nem sempre tão truculentas em bairros de classe média e alta (GRILLO, POLICARPO, VERÍSSIMO, 2011).

Ficamos marcados por discursos que “(...) apela[m] para a segurança e que trata[m] as desigualdades sociais como um caso de polícia”. A exemplo disso, “No Brasil da década de 1990, houve um crescimento tanto das desigualdades sociais quanto das práticas de policiais como forma de governo” (MACERATA; DIAS; PASSOS, 2014, p. 22).

A título de informação, conforme consta no “Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil” (BRASIL, 2015), nos dados obtidos junto ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), verificou-se a quantidade de pessoas presas no Brasil durante o período de 2005 a 2012. Os crimes ligados a entorpecentes correspondem a cerca de 20% (vinte por cento), sendo o segundo maior motivo de encarceramento no país.

Vive-se uma crise penitenciária no Brasil, que se mantém inalterada ao longo dos anos e que não pode mais passar sem incomodar: superlotação, violência, indignidade, degradação humana, tortura e morte. É um cruel controle social, amparado por um processo maciço de encarceramento.

Pode-se concluir que a política criminal de drogas do Brasil colabora com a marginalização da miséria, o que resulta no massivo encarceramento de uma população estigmatizada socialmente, como é o caso da população em situação de rua.

A própria estigmatização das pessoas em situação de rua feita pela sociedade, como está relatado ao longo deste trabalho, associa-as diretamente ao uso abusivo de entorpecentes, afinal, o consumo de determinadas drogas é também vinculado a determinados grupos sociais.

Como afirmado no início deste subcapítulo, não há uma relação necessária entre população de rua e uso de drogas; na verdade, o que ocorre, é o puro *Racismo de Estado* operando: No domínio da vida. As pessoas consideradas disformes devem ser eliminadas, a fim de que seja exterminado o perigo biológico. Assim, com o direito de matar garantido, essas pessoas são associadas direta ou indiretamente ao uso abusivo de substâncias psicoativas ilícitas ou a qualquer outra atitude criminosa, devendo ser julgadas, punidas e, finalmente, eliminadas.

É esse um dos modos como intervimos sobre a camada miserável da sociedade, e esse é o sentimento de muitas dessas pessoas:

[...] têm pessoas que colocam você para baixo, que discriminam; que sabe que você é drogado, não quer dar atenção para você porque acha que você está no mundo da droga porque você quer, porque você gosta daquilo, mas não é por isso, ninguém está na vida que está porque quer. Ninguém sabe o futuro de ninguém; o que pessoa fez, o que a pessoa fez no passado; ou está naquela vida ali. Então a gente não pode julgar o próximo. Hoje em dia as pessoas têm o costume de julgar o próximo por ela estar naquela situação que ela se encontra (JORGE).

#### **4.1.11 “As caixinhas de fósforo” e os processos de institucionalização**

Como visto, uma série de serviços atende à população de rua. Ao falarmos sobre cuidado com essas pessoas, naturalmente, o trabalho dos profissionais e equipamentos que os atendem foram destacados por elas ao longo das conversas. Assim, neste tópico, será mencionada a percepção e opinião dos populares de rua em relação aos serviços especializados que visam oferecer acolhimento e promover cuidados.

Insta frisar que esta pesquisa não pretendeu analisar as propostas e objetivos desses serviços de referência, como comumente acontece nos trabalhos acadêmicos, mas, ao focar no ponto de vista das pessoas em situação de rua sobre cuidado, por conseguinte, ouviu-se também a opinião delas sobre os espaços que visam atendê-las.

É importante ressaltar que a grande maioria da população em situação de rua ouvida conhece, ou pelo menos já ouviu falar, sobre os serviços destinados a atendê-los, como Centro-POP, Hospedagem noturna, Consultório na Rua, Albergue para migrantes, CAPS AD, entre outros. Muitos também já frequentaram as Comunidades Terapêuticas.

Certamente, há quem tenha tido seus direitos garantidos pelos serviços de referência, como relatou Chico:

Eu conversei com o pessoal da abordagem, eles levaram em consideração. Fiz o meu Bolsa Família [...] minha última opinião, eu achei que eles me levaram em consideração porque deu certo o que eles me falaram. Foi realidade. Eu consegui o que me falaram.

O Centro-Pop e o Consultório na Rua, por exemplo, também são tidos como referências importantes de cuidado e acolhimento; entretanto, de forma geral, circula o sentimento de incredibilidade frente a grande maioria dos serviços especializados apontados pelos populares de rua. Em decorrência, principalmente, da incompatibilidade das ações desses equipamentos com a vida tecida nas ruas: “Tem tempo que eu não vou no [...], tomar um café e almoçar lá, porque lá é um ambiente meio chato. Eu não gosto nem de falar, tem muito mal elemento lá dentro. É muita gente, 80 ou 70 pessoas na manhã” (POPULAR DE RUA).

Isso ocorre na medida em que esses espaços nem sempre são interessantes aos olhos da população, que deveria usufruí-lo. Pelo contrário, muitos são sucateados, superlotados e inseguros, devido a conflitos entre os populares de rua, dentre outros motivos.

Além disso, outro fator complicador apontado pelos populares de rua, foi a dificuldade de esses serviços públicos disponibilizarem vales sociais para que as pessoas compareçam aos atendimentos agendados previamente ou aos acompanhamentos necessários, pois em casos de ausência sem justificativa, poderão haver consequências, como o descadastramento no sistema do serviço pretendido.

Nas unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como abrigo provisório, embora haja dormitórios, locais para cuidarem de sua higiene pessoal e alimentação, as pessoas em situação de rua explicaram que não é fácil permanecer em espaços como esses, pois enfrentam restrições de horários, práticas infantilizadas utilizadas pelos profissionais, compartilhamento de pertences pessoais, falta de privacidade, ausência de segurança, superlotação, inacessibilidade para entrada de casais, excesso de regras, dentre outros fatores que assinalam o descaso com a vida e fortalecem o sentimento de indignação, como explicado por Jorge:

Já não se preocupam mais com ninguém. Pega a pessoa, leva lá para o tal de [...], chega lá no [...] é uma bagunça danada. É uma “fumação” de droga dentro daquele local. É nego armado de faca. Chega lá e querem internar você lá num monte de vagabundo. Perigoso eles arrancarem a sua vida lá dentro.

As grandes limitações impostas pelas normas de cada serviço são causas de insatisfação compartilhada. Muitas vezes, seus usuários são obrigados a moldarem suas rotinas e seus costumes para que sejam compatíveis com os requisitos impostos - “Eles fazem um albergue e quer que a gente vá de qualquer jeito, seguindo as regras deles” - porém, o cotidiano de um popular de rua pode ser diferente de uma rotina convencional pré-estabelecida.

As pessoas que trabalham à noite, por exemplo, relataram enfrentar algumas dificuldades para pernoitarem em hospedagens noturnas para adultos em situação de rua, pois os horários de funcionamento do espaço (segunda a domingo, das 18h às 7 horas), segundo eles, são inflexíveis.

Um popular de rua, vendedor de artesanato, explicou que trabalha à noite justamente, porque há mais movimento nos bares e restaurantes da cidade, sendo esse o período de maior lucratividade. Por isso, chegou três vezes de madrugada ao equipamento, passando do horário estipulado. Diante desses fatos, ele foi informado pelos profissionais do espaço que poderia perder sua vaga, caso esses atrasos ocorressem novamente.

Nota-se, novamente, incompatibilidade, desta vez, entre os horários determinados nessas instituições e a vida das pessoas nas ruas: “Eu não posso mais chegar tarde, senão não entro mais lá, mas como consigo trabalhar a noite se não posso chegar no abrigo de madrugada?”. Se não querem que a população em situação de rua nela fique durante a noite, os serviços precisarão atendê-la até mais tarde.

Percebe-se uma incoerência no trato à população de rua, isto é, a lógica de cuidado dos serviços especializados, tem como ponto de referência a vida domiciliada e os empregos normalizados. Como esperado, esse modelo não os atende, justamente porque não condiz com suas realidades.

Se pessoas com profissões na área de saúde, por exemplo, domiciliadas e que trabalham de plantão à noite, chegam a suas casas de madrugada ou descansam durante o dia. Então, por que os populares de rua não poderiam receber um tratamento adequado à sua realidade?

A referida incompatibilidade também foi mencionada pelos populares de rua ao ser observado que eles nem sempre podem ser acolhidos no seu tempo, pois, frente à organização e à grande demanda dos serviços de acolhimento, muitos precisam aguardar uma fila de espera para conseguir sua vaga. Todavia, ao atender o tempo cronológico da instituição, perde-se o momento singular do sujeito: “depois de três meses eles conseguiram uma vaga pra mim, mas aí nessa época minha situação era outra, eu tava muito doido e não pensava nisso mais”.

Os casais compostos por populares também manifestaram um sentimento de insatisfação. Como essas instituições, normalmente, não permitem a entrada de casais, é comum quem se separem um do outro, caso tenham interesse em frequentá-las para pernoitar. Na verdade, esta situação foi apontada como um motivo determinante para que não a procurem esses espaços: “A gente não pode ir junto, então nem vamos, quando abrirem uma assim a gente vai”.

O uso de violência, atitudes opressoras e furto de objetos pessoais, também foram situações vivenciadas por alguns populares em situação de rua enquanto estavam em espaços institucionais. Tais ações eram praticadas não só pelos próprios populares de rua, entre eles, mas também por pessoas que trabalhavam no local:

Eu nem posso voltar mais lá pra pegar minhas coisas, porque teve uma invasão, tenho até medo de fazerem alguma coisa comigo. Os moradores de rua e os próprios educadores do abrigo obrigavam as mulheres terem relação que era feita lá dentro mesmo. Fora as nossas coisas que eram roubadas né, você dormia com alguma coisa perto e acordava sem ela (POPULAR DE RUA).

Expostas circunstâncias como essas, ironicamente, algumas pessoas consideram mais seguro dormir na rua.

Situação que também chama a atenção é a existência de pessoas vivendo em situação de rua que vieram de outros lugares. Isto é, sujeitos que vieram para o Estado do Espírito Santo/ES, normalmente, em busca de novas perspectivas de vida e oportunidade de trabalho. Todavia, depara-se com uma realidade dura e cruel, pois encontram grandes dificuldades de acolhimento e inserção em

determinados espaços e grupos, também pelo fato de serem oriundos de outras regiões.

Em suas falas, foi notório observar que esses migrantes vivenciam situações de verdadeiro descaso e descompromisso com a vida humana. Apontando, mais uma vez, para a ausência de cuidados com esses cidadãos brasileiros.

Apesar disso, essas pessoas podem ser acolhidas por um tempo determinado no Albergue para Migrantes, que, como já dito anteriormente, é de caráter provisório e recebem migrantes até que seja possibilitada sua inserção no mercado de trabalho ou a viabilização de passagem para seu retorno ao local de origem, porém, para elas, esses espaços não as acolhem adequadamente.

As pessoas em situação de rua que apresentam sinais de uso abusivo de drogas, geralmente são encaminhadas pelos serviços para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool de Outras Drogas (CAPS-AD). Este espaço, normalmente conta com o trabalho de um médico especialista em psiquiatria. Em alguns casos, prescreve-se uso de medicamento, fator que tende a levantar algumas considerações, tal como a de Raul:

Eles só substituem uma droga pela outra, não adianta nada, eu falo isso com eles. O Diazepam é até tranquilo, mas um tem outro que você toma e fica lezado, acorda sonso [...] um cara tomou isso e juntou com a cachaça, morte na certa, morreu do coração.

Curiosamente, o mesmo Raul ainda se referiu ao médico psiquiatra como “aquele que receita as drogas”.

Quanto às Comunidades Terapêuticas,

São instituições privadas e, muitas vezes, de caráter confessional, em que a religião é imposta como a principal estratégia de tratamento, independentemente das convicções religiosas do indivíduo anteriores ao ingresso nela. Elas possuem um programa específico de tratamento, que dura de seis a doze meses, conforme a instituição, regras rígidas e atividades obrigatórias, que devem ser seguidas por todos que ingressam na instituição. As visitas dos familiares são parcas e restritas e o contato com o mundo externo é inexistente, inclusive, no que diz respeito às atividades escolares e profissionais (FOSSI; GUARESCHI, 2015, p. 2).

As Comunidades Terapêuticas, na verdade, tornaram-se um serviço de atenção da rede pública no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 2011, porém, a

regulamentação para funcionar como instituição de tratamento de usuários de drogas, ocorreu, anteriormente, em 2001, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio da Resolução RDC nº 101 (FOSSI; GUARESCHI, 2015).

Alguns populares de rua apontaram as Comunidades Terapêuticas como uma possibilidade de tratamento no que tange ao uso abusivo de drogas ou, até mesmo, para ficarem um período “limpo” – sem fazer uso da substância. Nesses casos, geralmente, as pessoas exibiram discursos prontos e quase que previsíveis ao afirmarem, por exemplo, que “desejam sair dessa vida”, que “querem se tratar/parar de usar drogas”, entre outras justificativas.

Porém, observa-se que esses discursos variam de acordo com o contexto e para quem se fala. No grupo centralizado, por exemplo, os populares tendem a expressar o interesse de frequentar esses espaços; já nos encontros com o grupo itinerante, observou-se que ficam mais à vontade para “mandarem a real” – como dizem - contando suas experiências anteriores e demonstrando desinteresse de retornar para esses lugares.

Essas distinções nos levam à compreensão de que não existe neutralidade nas relações e falas, visto a concomitante influência dos espaços, pessoas, contexto e também da necessidade do momento.

Na verdade, deduzimos que as Comunidades Terapêuticas são apontadas pelos populares de rua como alternativa de tratamento ao uso de entorpecentes, em virtude desses atravessamentos somados à restrição de propostas compatíveis com suas realidades: “Eu quero ir para uma casa de reabilitação, pois tenho vontade de me tratar e sair dessa vida, eu até já fiquei em uma por um período, mas não me adaptei e sai logo depois” (POPULAR DE RUA).

Em contrapartida, outros populares de rua com quem conversamos não mencionaram as CT's como possibilidades viáveis, visto as experiências negativas que tiveram anteriormente: “Eu tô levando né, machuquei um pouco a cabeça depois que me joguei do segundo andar lá na comunidade terapêutica, porque tive uma alucinação, por causa da abstinência da droga” (POPULAR DE RUA).

Outra experiência foi relatada por um popular de rua em um dos almoços servido pelo grupo centralizado, ao explicar para todos que:

Lá o horário do banho não é conveniente, porque a gente trabalha durante o dia todo, mas só pode tomar banho meio dia, então a gente quer ir pro culto depois e não consegue, porque tá fedendo, todo sujo, aí tem que dormir sujo. Na rua, pelo menos, eu posso tomar mais banho.

Notoriamente, por vezes, alguns populares de rua que já estiveram em Comunidades Terapêuticas demonstraram insatisfação quanto aos serviços oferecidos por tais espaços, apontando alguns motivos que justificam tal pensamento, como a ausência de uma equipe profissional atuante, de dinâmicas ou atividades que despertam interesse, regras e limites exacerbados, dificuldade de adaptação à rotina imposta, dentro outras razões.

A realidade exigida nesses espaços não condiz com a realidade vivenciada do lado de fora dos “muros”. Como explicou um popular de rua, ao falar sobre sua experiência em um desses serviços: “Estava em uma caixa de fósforo lá dentro. Parar de usar lá é fácil, e quando eu voltar pra realidade?”

É importante mencionar que passamos por tempos tenebrosos na Política Nacional de Saúde Mental, bem como na Política Sobre Drogas, em especial, visto às recentes propostas de mudança: Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017 e Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, ambos do Ministério da Saúde; Portaria Interministerial nº 2, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Resolução nº 01, de 09 de março de 2018, do Ministério da Justiça.

Conseqüentemente, as alterações formuladas por tais diretrizes promovem manifestações de repúdio de diversas comissões, as quais destacam o rompimento com a lógica de desestruturação de manicômios e de defesa dos direitos humanos, visto que suas justificativas divergem das propostas do cuidado, em liberdade, pautado no respeito às diversidades e singularidades, o que reforça o caráter segregacionista e patologizante de determinadas práticas, que destoam do cuidado em Saúde Mental conquistado no Brasil.

No que tange às mudanças políticas, salienta-se: alterações/migrações no financiamento público; ampliação de oferta dos leitos nos hospitais psiquiátricos, o que reforça a produção da exclusão e discriminação social; inclusão das comunidades terapêuticas como serviços de saúde, ferindo o movimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Sanitária, dentre outras medidas que desconfiguram a política de saúde mental.

Vale salientar que as Comunidades Terapêuticas (CT), após dois meses de o Governo Federal anunciar um investimento de R\$ 87 milhões para os serviços particulares, foram alvo de graves denúncias de violação de direitos humanos<sup>33</sup>

Conforme noticiado na plataforma digital do Conselho Federal de Psicologia (CFP)<sup>34</sup> em 18 de junho de 2018, houve o lançamento do “Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas” (2017) em Brasília.

A inspeção foi uma ação conjunta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF). Conforme o relatório, as informações foram colhidas a partir da multiplicidade de olhares e contou-se com vistorias dos espaços físicos, entrevistas com usuários, direção e equipes de trabalho, além da análise de documentos produzidos por esses estabelecimentos.

O documento em voga é inédito e reúne os resultados da inspeção nacional em CT'S, que ocorreu em outubro de 2017 e foi realizada simultaneamente em 28 estabelecimentos dos seguintes estados: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal.

---

<sup>33</sup> O GLOBO. Comunidades terapêuticas são acusadas de tortura. In: **site do IPEA** [imagens]. Disponível em: <<http://bit.ly/2Pw49gR>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

<sup>34</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Comunidades terapêuticas violam direitos**. 21 jun. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Sxvm1r>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

O caráter asilar das comunidades terapêuticas, o uso de internações involuntárias e compulsórias, as práticas institucionais como a violação à liberdade religiosa, “laborterapia” e internações sem prazo de término, o cotidiano e práticas de uso da força, a internação de adolescentes, a infraestrutura, o controle e fiscalização e a origem de recursos para financiamento estão entre os pontos analisados.

Os resultados expostos no mencionado relatório são causadores de espanto e preocupação, como se pode ver:

Apenas duas das 28 comunidades terapêuticas visitadas dispunham de documento médico com a autorização para internações. Onze dos locais visitados promoviam internação de adolescentes; em 16 dos locais inspecionados, foram identificadas práticas de castigo e punição a internos. Além disso, em ao menos 16 das 28 instituições visitadas, não há respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero.<sup>35</sup>

As propostas oferecidas pelas CT's são perigosas e abrem margem para reflexões importantes, na medida em que controlam e intervêm sobre o uso abusivo de drogas, retirando, temporariamente, “os indesejados” das ruas. Por isso, questiona-se: As Comunidades Terapêuticas são como “cortinas de fumaça” ao contribuírem com a gestão do uso abusivo de substâncias psicoativas? Contribuem também com a higienização das cidades?

A lógica instaurada nos serviços oferecidos pelas Comunidades Terapêuticas que se sustenta em um fundamentalismo e atua de maneira punitiva, invade não só espaços como esses, mas vários outros que violam os direitos humanos e reforçam a banalização da lógica manicomial.

Em vista disso, não é sem motivo que determinadas instituições foram facilmente comparadas pelas pessoas em situação de rua a modelos penitenciários, visto que remetem a sentimentos de captura e aprisionamento.

Infelizmente são propostas perversas e cruéis como essas que também ofertam-se a algumas pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas - como é o

---

<sup>35</sup> Idem.

caso, por exemplo, dos populares de rua que usam drogas – que, na falta de opção, acabam sendo convencidas que esses espaços irão “salvá-las”.

De modo geral, as pessoas em situação de rua mencionaram dificuldades de adaptação, mediante uma rigidez institucional estabelecida não somente nas CT's, mas também na maioria dos serviços oferecidos a esse segmento populacional. Suas falas denunciaram horários limitados, enrijecimento de regras, limites determinados, rotinas engessadas e outras peculiaridades que atravessam um modelo institucional sistemático e regulamentar.

Percebe-se que a metodologia institucional implementada por esses lugares por parte dos populares de rua, não se adequa às necessidades dessas pessoas, que os veem como únicas possibilidades diante da ausência de opções.

Nesse viés, deve-se refletir que o controle disciplinar, além de ensinar ou impor comportamentos programados, também institui a melhor relação entre um gesto e um comportamento global do corpo. Conforme trabalhado por Foucault em “Os corpos dóceis” (2014), o controle das atividades é definido por diversos aspectos que são bem delimitados, assim como acontece nas metodologias aplicadas em algumas instituições descritas pelos populares de rua.

Rapidamente a disciplina difundiu-se e, muito cedo, foi encontrada em colégios, oficinas e hospitais, onde o corpo é manipulado e alvo do treinamento útil.

Segundo Foucault (1979), no início do século XIX, as estruturas asilares instaladas eram justificadas pela harmonia entre as exigências da ordem social, que solicitava proteção contra a desordem dos “loucos”, e, por sua vez, as necessidades da terapêutica, que almejava pelo isolamento dos doentes. Como explica o autor, o hospital psiquiátrico era um:

[...] espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. O grande médico do asilo – seja ele Leuret, Charcot ou Kraepelin – é ao mesmo tempo aquele que pode dizer a verdade da doença pelo saber que dela tem, e aquele que pode produzir a doença em sua verdade e submetê-la, na realidade, pelo poder que sua vontade exerce sobre o próprio doente. Todas as técnicas ou procedimentos efetuados no asilo do século XIX – isolamento, interrogatório particular ou público, tratamentos-punições como a ducha, pregações morais, encorajamentos ou repreensões, disciplina rigorosa, trabalho obrigatório, recompensa, relações preferenciais entre o médico e

alguns de seus doentes, relações de vassalagem, de posse, de domesticidade e às vezes de servidão entre doente e médico – tudo isto tinha por função fazer do personagem do médico o “mestre da loucura”; aquele que a faz se manifestar em sua verdade quando ela se esconde, quando permanece soterrada e silenciosa, e aquele que a domina, a acalma e a absorve depois de a ter sabiamente desencadeado (p. 122).

Para fundamentar o isolamento dos “loucos”, cinco principais razões foram levantadas: “1. garantir a segurança pessoal dos loucos e de suas famílias; 2. liberá-los das influências externas; 3. vencer suas resistências pessoais; 4. submetê-los a um regime médico; 5. impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais” (FOUCAULT, 1979, p. 126).

Não muito diferente do que acontecia no século passado com as pessoas consideradas loucas, atualmente, direta ou indiretamente, tais razões ainda justificam a lógica da institucionalização de determinados sujeitos.

Em um local marcado por normas e medidas reparadoras, onde é permitido verificar o que acontece e intervir quando, onde e como se deve fazer, as relações de dominação próprias à relação institucional, somada ao controle rigoroso dos corpos dóceis, tendem a minimizar e neutralizar os sujeitos, que, por sua vez, vagam ociosos pelas repartições dos espaços, sem autonomia e sem poder de opinião ou contestação.

Como bem colocado pelo autor, tudo é questão de poder: dominar o poder do outro, aniquilar os poderes que externamente possam atuar sobre o outro, determinar um poder terapêutico e de adestramento. O poder materializa-se precisamente, na instituição como lugar, na forma de ordenamento e no mecanismo das relações de poder, condicionando o funcionamento do local e gerenciando o modo de intervenção.

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana (FOUCAULT, 1979, p. 131).

Partindo desse pressuposto, o campo institucional e seus limites organizacionais carregam, em suas entranhas, a essência dos modelos asilares do século XIX, na medida em que dispõem de ferramentas para estabelecer padrões de viver e

doutrinar moralmente seus usuários eventualmente, por meio de controle, disciplina, vigilância e sanção de elementos instáveis ou que perturbam a ordem.

Posto isso, mais uma vez reflete-se sobre esses espaços e os processos de institucionalização que eles carregam: o que é oferecido e de qual forma é ofertado? Será que eles fazem sentido para as pessoas que vivem em situação de rua?

Precisa-se ouvir essas pessoas para (re)construir possibilidades e estratégias de acolhimento e cuidado, mas, dessa vez, junto a elas, dando abertura à escuta atenta de suas vozes e aos modos de vida que excedem.

## 5 COMPOSIÇÃO DE UMA REDE DE CUIDADO: DESAFIOS DE UMA PRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

Neste percurso, as pessoas em situação de rua foram verdadeiras protagonistas, pois contribuíram de maneira significativa com as reflexões feitas a respeito do cuidado com a vida, que circula e as envolvem.

De modo geral, afirmaram que não se sentem contempladas pelas políticas públicas ou demais serviços de direitos destinados a elas, mais que isso, a população de rua também se sente distante da construção desse cuidado. Mesmo assim, foram capazes de oferecer pistas de como ele deve ser exercido.

Cabe a nós ouvi-las.

As sugestões dos populares de rua remeteram a propostas que já subsidiam alguns serviços previstos para atenderem essas pessoas. Era como se estivessem falando de uma ideia trivial, mas que - na realidade - promovia consequências distintas.

Assim, considerando que a prioridade deste trabalho é estar com a população em situação de rua, elucidando suas opiniões e pontos de vista, considera-se importante destacar algumas frases ditas por eles, quando lhes perguntado se existe cuidado na rua:

Não. Não existe, não. Que eu saiba, não. Eu, se eu quero um sabonete para me cuidar e tomar um banho, eu tenho que comprar [...]. Mas se existe alguma rede, não posso te informar, não (...)

Eles não podem ajudar a gente da maneira que a gente quer (...)

Eu gostaria, mas não tenho [...] Nossa senhora, seria uma boa (...)

Nenhuma. Nenhuma rede existe. Somos nós por si e Deus (...)

Não me sinto escutado nunca. Não me sinto porque as únicas pessoas que se preocupam comigo é igual a vocês lá da pastoral da igreja. [...] pronto e acabou. Não existe mais cuidado nenhum. Ninguém que me escuta faz nada (...)

Cuidado na rua é um pouco complicado. Eu me sinto cuidado assim: às vezes eu ganho comida ali e eu me sinto sendo cuidado por aquela pessoa; mas na rua não tem cuidado (...)

Não. Eu acho que não. Está muito bagunçada essa parte aí (...)

Não. Para mim não tem cuidado nenhum na rua. Na rua é só discriminação, só maldade (...)

Raul afirmou que cuidado, na verdade, até “tem, não é do estado, é particular, é o próprio cidadão, que tem uma função e que se prontifica a estar ajudando a população da rua, ou os mais carentes em geral”. Continuou dizendo que:

[...] aí é que está, o estado nunca vi nada, eu só vejo o pessoal de ONG, ou mesmo turmas de amigos que se reúnem e vão, ou o cara estava na casa dele e vê aquele monte de roupa, vai lá junta tudo no armário, pega arroz, umas paradas ou vai então na padaria, no supermercado, pega um monte de pão e faz lanche ele mesmo, sopão e ele mesmo vai lá e serve.

Diante dessa grave realidade contada pelos populares de rua, de que não se sentem assistidos pelo Estado, levantaram-se – junto a eles - ideias e novas possibilidades no que tange ao cuidado direcionado a essas pessoas.

Os próprios populares em situação de rua demonstraram interesses em contribuir e manifestaram suas propostas, colocando em evidência como gostariam de ser cuidados e como isso faria sentido em suas vidas. Demonstrando que podem ser particip(ativos) no desenvolvimento de projetos, que devem ser pensados no coletivo, para que o cuidado seja para além do já estabelecido.

Sendo assim, visando destacar e potencializar as vozes das pessoas em situação de rua, quanto à construção do cuidado que as envolve, serão traçados, abaixo, sentimentos e sugestões externadas por elas. Espera-se, dessa forma, que sirvam como pistas<sup>36</sup>, que poderão auxiliar na reformulação e construção de propostas alternativas, que funcionarão lado a lado com as realidades tecidas nas ruas.

A *primeira* foi explanada por Jorge, ao dizer que gostaria que existisse uma pessoa, que fosse capaz de escutá-lo e acolhê-lo em suas particularidades, sem juízo de valor moral:

Isso faria muita diferença no nosso dia a dia, na nossa vida. São coisas que não acontecem. Às vezes eu estou calado aí na rua, estou com o

---

<sup>36</sup> Para Passos, Kastrupe e Escossia (2009), em lugar de regras a serem empregadas, serão utilizadas pistas, as quais são como guias no trabalho, compreendendo que não há uma realidade anteriormente determinada. Na verdade, as pistas são como referências que ampliam o grau de abertura e produção. Fonte: PASSOS E.; KASTRUP V.; ESCOSSIA L. Apresentação. In: PASSOS E; KASTRUP V; ESCOSSIA L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina; 2009. p. 07-16.

meu problema e eu não tenho uma pessoa para eu desabafar, eu não tenho um amigo para eu desabafar o meu problema. Então não tem como se sentir escutado.

Jorge explicou que as pessoas em situação de rua não precisam de sermões ou conversas vazias, desconectadas e sem empatia, mas de medidas efetivas que proporcionem atenção:

Sinto. Falta de atenção do pessoal dessa prefeitura, que passam por aí de carro de baixo para cima, só ficam rodando. Chega perto de você só para palestrar, para falar. A gente não precisa de conversa. Morador de rua não precisa de conversa. O morador de rua precisa de atenção, cuidado e trabalho. É isso tudo. Chega ali perto de você para palestrar com você, e depois no outro dia, no mesmo dia, você não vai conseguir o que você quer, você não vai conseguir um emprego, não vai levar você para um abrigo, para nada. Para mim é isso aí.

Indo ao encontro desse pensamento, Chico também discutiu sobre a importância de ter alguém em que pudesse confiar e com quem conversar sobre suas questões, de maneira cuidadosa e respeitosa, amparando-lhe em suas limitações e oferecendo-lhe instrumentos para continuar lutando. Vejamos:

[...] sempre ter uma pessoa para me animar. Sempre me dar uma ideia, vim conversar comigo. Me colocar pelo menos uma animação. [...] aquela mesma coisa de ser um anjo na minha vida. Eu não tenho essa pessoa, para me ativar desse jeito. Para me animar, para eu ter aquela força de vontade, mais ainda do que eu tenho, para eu conseguir o que eu quero. Tem muitas pessoas ali, muitos chegados, que falam comigo com pressa, não me ajudam da maneira que eu quero. As conversas são outras.

Ao dizer isso, o popular não especificou um local institucionalizado ou específico para que o encontro pudesse acontecer, mas deu pistas de que essa conversa poderia acontecer até mesmo sentados no meio-fio, como fazíamos ou em um espaço que fosse no ambiente em que transitava: “Minha visão é essa. Um dia, parar e conversar com um. Chegar, do nada, e conversar comigo. Me parar, querer saber alguma coisa de mim”.

Quando questionado se poderíamos considerar aquele encontro e a conversa como cuidado, ele afirmou:

Pode. É um tipo de cuidado de início, para dar alguma esperança. Além de ser um cuidado, é uma boa esperança. Conversando com você aqui, eu vou ter ritmo para alguma esperança. Alguém que vai pegar e ouvir essa gravação, já vai servir, ou de esperança para mim. Eu tenho certeza que se eu fosse outra pessoa e ouvisse essa gravação aí, eu ouviria sentindo no coração.

Ao finalizar o diálogo, ele ainda disse: “Se você quiser marcar outra conversa para gente ter, é só você falar. Porque até lá, a visão é outra. Dá outro tipo de visão para gente”. Observou-se que a atenção oferecida gerou cuidado e proporcionou um novo tipo “visão” e esperança a esse popular de rua, que até podem ser consideradas reflexões e sentimentos acanhados frente a tantas dificuldades e problemas enfrentados no dia a dia, mas que já perfuram, mesmo que minimamente, uma rotina provida de descasos e negligências.

E como diz Macerata e Passos (2015), para:

Criar esse tipo de conversa na rua dependia de um deixar acontecer. Só nos era exigido um real interesse neles e uma postura não refratária aos seus modos, aos seus gestos, ao seu linguajar. Também era necessário sentir os movimentos aglutinadores e dispersivos, a hora de falar mais sério, a hora de deixar que interferências entrassem na conversa e a hora de não deixar (p. 544).

Um popular de rua também disse sobre como gostaria de ser tratado por outrem que, diga-se de passagem, não é muito diferente do que qualquer pessoa também desejaria, isto é, poder dizer sobre si mesmo ao invés de não ter alguém que faça isso em seu lugar. Assim, a *segunda* pista contribui com a primeira, mostrar-se aberto para ouvir o que vem do outro, acolher o inusitado, sem rótulos e sem censura, incutindo na conversa uma pergunta que parece simples e comum: “O que você precisa?”, mas constrói um lugar, dá passagem e, proporciona liberdade e autonomia.

Desse modo, é possível construir propostas de cuidado a partir do direcionamento singular e específico das pessoas em situação de rua, de modo que participe ativamente das decisões sobre suas vidas. Como explicado:

O cuidado que eu acho é se você tivesse pessoas que ajudassem na parte de higiene; um trabalho, primeiro desse um trabalho para você; chegasse e conversasse com você: “o que você precisa? você está precisando de quê? você está precisando de um emprego? o que você está precisando? você está precisando de uma roupa? você está precisando de uma comida? eu sei que você quer sair dessa vida”. Isso é o que eu acho que devia ter (JORGE).

Ficamos a refletir: O que ou quem nos autoriza a falar pelo outro? Sob quais argumentos nos embasamos para sustentar teorias e práticas que limitam a vida de alguém a referenciais tipificados?

A vida vai para além dos nossos limites e parâmetros. Ela escapa do nosso controle e pode muito mais do que nossa visão reducionista pode ver.

A *terceira* refere-se à inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal. Segundo um popular, para que algumas pessoas em situação de rua desocupem este cenário, faz-se necessário proporcionar mais emprego, pois veem esta oportunidade como uma dentre as possibilidades para se reerguerem e saírem desta situação.

Como apontou Jorge, ao falar sobre o assunto: “O tratamento é pegar essas pessoas, levar para uma casa, dar um banho nelas, dar comida a elas, cuidar delas ali, dar uma educação e depois inserir ela no mercado de trabalho. Só isso. [...] oferecer cuidados”.

Porém, no sistema capitalista, não há perdão para aqueles que causam estranhamento e constrangimento. Não há perdão para as pessoas que vivem em situação de rua, não há trabalho formal, oportunidades, capacitação, investimentos, não há!

O trabalho formal somado a uma renda fixa, poderiam minimizar os impactos negativos da vida em situação de rua, à medida em que viabilizariam estabilidade, bem como realização de novas conquistas e experiências.

Porém, os corpos são estereotipados e rechaçados do mercado de trabalho formal, quando, por exemplo, no currículo ou na entrevista de emprego, informa-se o endereço de moradia no Centro Pop.

Não adianta garantir apenas mais e mais oportunidades de trabalho, se não houver aposta por parte dos empregadores, se não for proporcionada qualificação e se o sistema continuar excluindo as pessoas em situação de rua. Como disse uma popular de rua:

O prefeito que tinha que botar mais órgãos pra poder ajudar, porque se ele quer tirar os moradores de rua, ele tinha que dar mais oportunidade. Tem vários aí que quer trabalhar e não tem oportunidade de trabalho, porque já foi morador de rua e continua em situação de rua, porque não tem oportunidade pra trabalhar. Da oportunidade para aqueles que ficam no centro pop, no noturno atrás de emprego que tá botando currículo atrás de emprego e não consegue, porque fica em situação de rua e o endereço deles é o centro pop, eles não aceitam como

endereço. Aí fica muita gente desempregada. Quando acha uma vaga de emprego pra trabalhar, quando dá um endereço, o telefone de lá que é do centro pop de moradores de rua, eles falam que tá preenchida a vaga, eles não dá o emprego. Tem um preconceito (MAYSA).

No caso de Maysa, com o benefício do aluguel social, ela, seu companheiro e seu filho conseguiram uma casa para morar, o que inicialmente foi motivo de alegria e esperança para todos. Porém, mesmo com um teto, mas sem fonte de renda, as dificuldades continuaram rondando a vida deles e as necessidades básicas reapareceram como a falta de alimento.

A dificuldade de encontrar um emprego, mesmo estando em plenas condições de trabalho, somada ao estigma social, que carregam de “ex-moradores de rua”, fez com que novamente tivessem que recorrer às ruas para conseguir uma fonte de renda e, até mesmo, o próprio alimento. Afinal, dentro de casa a comida não chega:

Eu venho pra cá pra rua de vez enquanto, venho aqui na feira arrumar verdura, mas não é porque eu quero. Pô eu e meu marido tamo desempregado, meu filho tá desempregado, aí as verduras que a gente arruma aqui a gente leva pra casa pra comer, aí eu não venho pra rua porque eu quero, eu venho porque nois tamo desempregado. Igual ele, foi lá fazer entrevista e até agora não chamaram nada. A gente já botamos currículo em um monte de lugar, já fizemos entrevista um monte de vez. ‘Ah oh lá, tem casa, mas tá aqui comendo’, mas não sabe o que que nós estamos pensando dentro de casa, igual ontem mesmo nós não tínhamos um grão de arroz pra comer dentro de casa. Dormimos todo mundo sem jantar, não tinha, tentei pegar um dinheiro emprestado com um colega, mas não deu, não tinha comida dentro de casa. Não sabe que que a gente tá passando dentro de casa. Que que adianta você ter uma casa e não ter nada de comer dentro de casa? Não adianta nada. Nós não vem pra rua porque a gente gosta, nos vem pra arrumar as coisas pra levar pra dentro de casa, porque senão, nós não tem nada pra comer. Tem muita gente que critica a gente, porque vem pra rua pra ficar pedindo. Se eu ficar dentro de casa, se nós não vir pra rua, como eu vou arrumar as coisas se eu tô lá parada? Então tem que vir pra rua pedir, arrumar e levar pra dentro de casa.

Maysa já disse: De que adianta ter uma casa para morar, se falta todo o resto dentro dela? De que adianta garantir habitação, se não há trabalho e se os demais direitos são negligenciados pelo Estado?

Situação parecida ocorreu com Raul, quando ainda morava no Estado de São Paulo (SP): “Eu morava sozinho, mas eu não estava na rua não. Eu tinha residência. Mas, eu não tinha trampo. E então geralmente é por causa da falta

de trampo. Senão eu mesmo ia no supermercado e comprava, pagava tendo dinheiro todo dia”.

Raul ainda destacou que as ruas podem ser um lugar mais seguro, se comparado a determinadas regiões ou instituições dominadas pela violência, visto que:

[...] tinha uma kitnet de 200 contos por mês, mas dentro da favela mesmo, perigoso para caramba. Cheio de tiroteio, bandidos, então não adianta você morar em um lugar que é pior do que a rua. Na rua eu vou correr risco se eu mexer com alguém, se eu aprontar. Agora, se eu ficar na minha é difícil de acontecer algum mal para mim. Agora, eu vou entrar e passar todo dia no pedágio do bandido, e se ele não for com a minha cara não tem condição, então, não adianta ser barato um estabelecimento ou uma casa, se for um local pior do que eu durmo. Porque eu durmo em local público, tem gente passando toda hora, de toda a classe social, e agora, o que falta... E outra, albergue, esses lugares que tem muito maloqueiros, e isso gera muita briga, muita encrenca, muita morte, entendeu? Na rua ainda está sendo melhor, porque você fica um pouco aqui e mete o pé para outro lugar, e fica um pouco lá, mete o pé para outro, e se quiser volta depois de um mês, dois ou três.

Diante de cenários como esses, a residência em voga assemelha-se à precariedade da casa do poeta Vinicius de Moraes,

Era uma casa, Muito engraçada, Não tinha teto, Não tinha nada,  
Ninguém podia, Entrar nela, não, Porque na casa, Não tinha chão,  
Ninguém podia, Dormir na rede, Porque na casa, Não tinha parede  
Ninguém podia, Fazer pipi, Porque penico, Não tinha ali, Mas era feita,  
Com muito esmero, Na Rua dos Bobos, Número Zero<sup>37</sup>

De maneira oposta ao programado pela sociedade em geral, encontram-se populares de rua que afirmaram não se importar com determinados cuidados, como afirmou Raul: “Cuidado com a vida? Não sei, eu não tenho muito cuidado não, eu vivo de qualquer maneira, quase qualquer maneira, porque eu recebi uma certa educação na infância para poder sobreviver e viver”. Além disso, também conversamos com pessoas que não têm a intenção de parar de usar drogas, tampouco de sair da situação de rua, o que não significa ausência de cuidado.

---

<sup>37</sup> MORAES, Vinicius de; VILARÓ, Carlos. A casa. In: **Dossiê Album A Arca de Noé**. Album Itaú Cultural:1980.

Sendo assim, a *quarta* tem relação com o respeito às decisões e aos interesses das pessoas em situação de rua, que, por vezes, não tiveram outras alternativas ou que possuem diferentes estilos de viver a vida ou que não suportam o estilo de vida domiciliada. Como contou Raul:

Eu já cheguei a ganhar bastante dinheiro, eu já paguei médico, já paguei enfermeira, já paguei até professor para me ensinar algumas paradas de matemática, mas, depois eu meti o pé na rua e falei, 'não quero saber disso não', eu não vou tolerar. Não ia tolerar aquela vida, vendo todos os dias as mesmas pessoas [...] têm pessoas que se dedicam, quem se dedica a ajudar as outras pessoas, os cuidados são para esse tipo de gente, porque eu mesmo quando vejo alguém que está em uma situação bem pior do que eu, e se o cara não pedir ajuda, mano, é difícil dar uma força. Eu não vejo motivo para fazer pelo cara aquilo que eu não quero que seja feito para mim. Porque eu não gosto quando chega um cara fala "precisa de ajuda? ", enche o saco, porque viver dentro da rua ou dentro de casa é a mesma fita, não tem muita diferença. Dentro de casa você ainda tem conta para pagar, tem vizinho para aturar, é até pior eu acho. Agora, tem os benefícios, mas, tudo tem dois ou três lados, o equilíbrio é que é foda. [...] muita gente que eu não sei por que está na rua, eu mesmo, eu entrei porque eu quis, e também porque eu sou pobre, eu não tinha outra condição que eu tolerasse.

Vale citar novamente uma canção, dessa vez chamada "Casa" do cantor rapper Emicida, para compor com essa reflexão:

É o caos como cais; sem norte  
 Venci de teimoso, zombando da morte  
 Sem amor, uma casa é só moradia  
 De afeto, vazia  
 Tijolo e teto, fria  
 Sobre chances, é bom vê-las  
 Às vezes se perde o telhado, pra ganhar as estrelas  
 Tendeu?<sup>38</sup>

Raul afirmou que se sente enxotado da cidade, justamente por aquelas ações que a maioria das pessoas em situação de rua com quem conversamos consideram como verdadeiras redes de cuidado, as quais, no caso de Raul, preferimos chamar de "teias", à medida em que tecem um cuidado que deixa de ser uma rede quente e potente, e passa a ser uma teia que aprisiona e silencia. Isto é,

---

<sup>38</sup> EMICIDA. Casa. In: **Álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa**. Prod. Laboratório Fantasma; Dir. Evandro Fióti e Emicida, 2015.

É por isso que eu não fico muito tempo na cidade, por causa disso, porque o pessoal começa a marcar você, 'eu vi um cabelo e barbudo ali morador de rua, eu vou lá levar uma quentinha para ele', e aí no outro dia o cara te traz um lanche, no outro dia traz uma roupa, entendeu, o que me enxota é isso, é esse fortalecimento.

Apesar de sentir-se expulso da cidade diante de atitudes como essas, pois “[...] eu mesmo saí de casa por causa disso, da família, do contato, da intimidade é que gera desavença [...] não tem como ter paz, tanto na rua quanto em casa”, o popular de rua compreende que o gesto fortalece e é importante para as pessoas que possuem interesse de desfrutá-lo:

Acho bacana, lógico que é legal, isso é questão de personalidade mesmo, é bom, é lógico, você está sentado aqui e chega alguém e te dá alguma coisa, entendeu, evita você de estar indo atrás, já é um fortalecimento, porque eu mesmo vou andar daqui lá na casa do chapéu para ir buscar uma água gelada e depois vou andar não sei até aonde para tomar um banho e depois vou andar até não sei aonde para dormir. E agora receber uma parada aqui, outra lá, é bom, fortalece.

Além disso, Raul contou o que realmente pensa sobre os gestos de caridade das pessoas que desenvolvem alguma ação para a população em situação de rua:

Isso aí é cultura da pessoa, isso aí é Sócrates, Jesus Cristo, Gandhi, são os pacifistas, os filósofos que ensinaram a humanidade a ter esse caráter benevolente e misericordioso, altruísta, compaixão, essas paradas, não que seja uma troca, porque não vai existir, você vai fazer sem nenhum interesse. Interesse do outro. Agora, é por um interesse seu lógico, você quer melhorar, não sei, às vezes você acredita em algum Deus, ou em todos, ou só em um, não que seja Deus, mas é a filosofia. [...] porque você não vai querer ver um cara com varíola deitado no chão na hora que você passar na calçada. Ou um cara com peste bubônica, umas coisas que existem no Brasil, está cheio. Você vai lá em São Paulo, naquele centro perto da cracolândia e tem caras que estão até de outra cor que vivem lá, os ratos lá são desse tamanho. E como não tem o cuidado, uma hora ou outra o cara morre, eles enterram, tacam fogo e ninguém fica sabendo, pelo menos a maioria, um ou outro fica sabendo porque a imprensa vai e está tudo lá, tem os órgãos de assistência humana também (RAUL).

As palavras de Raul colocam o dedo na ferida e nos remove do lugar de “salvador”, que constrói uma ponte de dependência e submissão-dominação, ligando um grupo de pessoas específicas, com lugares geograficamente bem demarcados na cidade, a outro grupo.

É, no mínimo curioso, como essas afirmações soam quase como insultos, se visualizadas à luz de nossas vidas organizadas e disciplinadas: “Como não querem sair da rua? Como não querer parar de usar drogas?” Na verdade, são

provocações extraordinárias que nos movimentam a pensar sobre o que fazer com o lugar de “mestres”, de saber-poder, que nos deslocam e nos tiram a pele. É lidar de cara com a resistência nua e crua.

Esses querereres que transbordam as recomendações padronizadas e os discursos fascistas – que contribuem para a aniquilação de vidas – devem ser destacados para que possam ser reconhecidos por todos.

É válido refletir que cuidar também é reduzir danos, é acolher com respeito, é ser poroso ao encontrar com o outro, aceitando seus limites, interesses e objetivos, mesmo que nos escapem os motivos, respeitando sua história e suas escolhas, sejam elas quais forem. É também colocar em análise o lugar de saber-poder e dar passagem ao diferente, ao que resiste. Isso para que, ao invés de o enxotarmos novamente com nossa ignorância e mediocridade em afirmar o que é melhor para o outro, possamos respeitá-lo como sujeito dotado de autonomia e senso crítico. Como ser atravessado e deslocado pela rua?

Diferentemente de Raul, algumas pessoas sonham em sair das ruas para morar em uma casa própria. Explicam que as experiências, por vezes consideradas naturais e rotineiras para alguns domiciliados – como ver televisão, fazer um café e ter o que comer na hora da fome – ficam somente no plano das ideias. Como contou Chico:

A consciência da gente pesa muito. Muito pesada. A gente só pensa em sair dessa. A gente anda daqui, anda dali. É só sufoco. Eu dentro da minha casa, se eu tivesse lá dentro, eu tinha como fazer um café. Ter o que comer, ir lá fritar alguma coisa no fogão. Assistir uma novela. Eu já tive tudo isso, mas eu queria reconquistar de novo. Perdi tudo. Estou na rua, perdi tudo. Mas eu queria reconquistar isso de novo, para não perder mais.

Em alguns casos, a casa torna-se sinônimo de tranquilidade, privacidade, refúgio, intimidade, sossego, entre outros adjetivos que se sobrepõe aos espaços externos a ela. Para Smith (2000), “a falta da casa é uma perda dramática de poder sobre a maneira como a identidade é construída, [...] não há mais casa para protegê-lo do olhar público” (p. 148).

É um ambiente de referência que, por vezes e para algumas pessoas, representa vida digna:

Para mim, vida digna na rua é se eu tivesse uma casa, e meu destino fosse a rua, para ganhar dinheiro e voltar para casa. Vinha para rua, ficar o dia inteiro na rua, até meia noite ou duas horas da manhã, ficava o dia todinho na rua, mas trabalhando. Ganhando dinheiro de forma digna. Fazia uma mudança ali, lavava um carro. Meu destino era ir para casa cheio do dinheiro. Isso para mim é ter uma vida digna na rua. Tem muitos que estão na rua, que tem casa, estão para ganhar dinheiro e voltam.

Bem como, para algumas pessoas, também é um lugar que proporciona cuidado, segurança e proteção:

Cuidado mesmo a gente tem dentro da nossa casa, tem o seu lar, você sabe onde você está protegido; que não vai ter uma pessoa que vai chegar em você dormindo e vai sentar uma pedra na sua cabeça, dar-te uma facada. Cuidado na rua não tem aquele cuidado que a gente precisa. Cuidado mesmo a gente tem dentro de casa (JORGE).

Mas para as pessoas domiciliadas que pensam que sair “das ruas” é uma tarefa simples, que só depende dos próprios méritos, ressalta-se que não há como sair desse lugar sem antes ter o mínimo necessário, como uma rede de apoio fortalecida, fonte de renda fixa, moradia, entre outros pontos. Como exclamou Chico: “Muitos falam para sair da rua, mas eu vou sair da rua e ir para onde? Ir para dentro da água? Não tem como. Eu tenho que sair daqui, para dentro da minha casa”

Por conseguinte, é preciso pensar em estratégias de trabalho e renda, como mencionado na terceira pista, para que a pessoa tenha meios de sustentar a si e a sua própria casa, se assim for do seu interesse. Todavia, antes mesmo de entrar no mercado de trabalho, muitas vezes são necessários cuidados de saúde, higiene, dentre outros.

Na realidade, é necessário assegurar direitos e oportunidades de modo geral, não só aqueles relacionados ao vínculo empregatício, mas também aqueles que se referem à habitação, segurança, educação, saúde, lazer, cultura e demais ensejos que ampliam a qualidade de vida de um ser humano, sendo está a *quinta pista*. Como bem disse Jorge:

Oferecer oportunidades. O que manda hoje em dia em nosso mundo é a oportunidade. O nosso mundo está do jeito que está porque a maioria não tem oportunidade, e se tivesse oportunidade, hoje em dia, não existiriam moradores de rua. Nos Estados Unidos não é assim. Não tem moradores de rua. O morador de rua que tem lá, eles são bem

cuidados. Eles têm oportunidades lá. Pessoas ajudam muito eles. Aqui no Brasil já é diferente.

E quando questionado sobre como é a situação no Brasil, o mesmo afirmou o que pensa sobre essa dura realidade:

No Brasil é complicado. Só que tem valor é quem é da alta, quem tem dinheiro, quem tem muito dinheiro; quem está lá em cima não quer saber de quem está lá embaixo. Quem está no poder não quer saber de quem está sofrendo, rastejando-se pelo chão, no pó, dormindo debaixo de uma marquise, dormindo em cima de um papelão. Não está nem aí para você. Só está pensando em encher o bolso dele de dinheiro, enquanto o pobre está sofrendo, precisando de um cuidado, precisando de uma ajuda.

Enquanto a situação do país não muda e as oportunidades não são garantidas, as pessoas em situação de rua vão criando as próprias estratégias para sobreviverem, vivendo um dia após o outro de acordo com o que é possível:

Depois de você acordar, você toma o seu café, logo após vou para o meu setor de trabalho. Fico lá até às quatro da tarde, pego o meu almoço tranquilo, pego o meu dinheirinho, compro o que tenho que fazer e vou vivendo. Local de morar eu não tenho. Moradia para ir para casa eu não tenho, então é vivendo. Vivendo de acordo com o que a gente consegue fazer no nosso dia a dia.

Somada à garantia de oportunidades, a sexta oferece pistas relativas ao modo de acolhimento das pessoas que vivem em situação de rua e fazem uso de substância psicoativa. Segundo um popular de rua que utiliza entorpecentes:

Hoje em dia as drogas dominaram o nosso mundo. Então eu acho que para tentar acabar com isso, devia ter pessoas, o governo deveria se preocupar na parte de – não digo como – pegar essas pessoas, arrumar um local, tratar essas pessoas, arrumar um serviço para cada uma delas; com certeza isso vai melhorar demais, vai melhorar muito porque a pessoa vai ter o seu salário todo mês, vai ter um dinheirinho para comprar o que você quer. Agora a pessoa na rua, jogada na rua ela não vai ter perspectiva de vida nenhuma. Ela tanto faz, tanto fez se ela vai morrer, se ela vai acordar, se ela vai dormir e acordar, ela não está nem aí porque não tem futuro, não tem esperança, não tem esperança de vida nenhuma. [...] Enquanto isso não acontecer, sempre vai existir morador de rua. E a tendência é só crescer mais, igual a gente vê todos os dias. A população de rua está crescendo muito, devido ao desemprego, falta de oportunidades, humilhação (JORGE).

Como observado, o popular em questão apontou um contexto de acolhimento próprio e inabitual em que seja demonstrada, verdadeiramente, uma preocupação com as pessoas que vivem em situação de rua, e menos com as drogas em si. Nesse espaço, a atenção e o cuidado com o outro devem nortear

um trabalho, que buscaria acender espontaneidade, independência, esperança e perspectiva de vida, por intermédio das palavras, respeito e afeto.

Este modo de acolhimento poderia ser pensado não só às pessoas, que fazem uso de substâncias psicoativas, mas a todo e qualquer sujeito, que vive em situação de rua. Mas, principalmente, àqueles que *desejam* ser acolhidos.

Um modelo também pensado por Chico foi:

Precisa ter um cadastro com foto, principalmente. Porque tem muito morador de rua. Uma rede assim, se colocar para ajudar a maioria dos moradores de rua de qualquer jeito, ela acabava logo.

Em vista disso, Chico acredita que “de qualquer jeito” a rede de cuidado não funcionaria, pois é necessário construir um espaço estruturado e bem planejado, que visa a acolher e atender as pessoas de maneira organizada e digna.

Caminhando para a *sétima* pista, o popular de rua explanou que, na verdade, gostaria de conhecer um local que funcionasse como sua retaguarda e fonte de apoio, isto é, um espaço agradável e garantidor de direitos, onde fosse possível realizar algumas atividades individualmente, como tomar banho, beber água, ir ao banheiro, descansar, entre outras:

Agora se tivesse um local certo de você ir ali, uma instituição do governo que tivesse ali, você chegasse todos os finais de semana; você ter o seu lugar, você chegar lá e tomar o seu café, tomar o seu banho; puxa, isso ajudava demais. Ajudava demais a população de rua. [...] Isso ajudava muito a pensar no futuro o que a gente queria realmente da nossa vida. Isso ajudava muito a gente, mas infelizmente isso é o que não acontece (JORGE).

A grande maioria das pessoas em situação de rua está insatisfeita e, conseqüentemente, as instituições existentes não foram referenciadas como opção ou modelo a ser seguida, pelo contrário:

Agora, pegar a pessoa aqui, levar ela para uma clínica, chega lá a pessoa – lá dentro vai ter droga também, que não tem jeito -, muitas das vezes você não vai se dar bem com outras pessoas lá dentro. Nem Deus agradou todo mundo, e a maioria das clínicas é uma bagunça danada. Lá dentro eles têm faca, eles têm arma; é pior que a cadeia. Então por isso que a maioria dos moradores de rua não quer saber de clínica. Clínica não trata ninguém, não resolve o problema de ninguém. [...] Pega uma pessoa na rua, leva para uma clínica, trata a pessoa e joga a pessoa na rua de novo. Não. Uma pessoa nunca vai se tratar assim. (JORGE).

É isto: Do que adianta tirar a pessoa da rua, muitas vezes contra sua vontade, levar para uma instituição para, logo depois, “jogá-la” na rua novamente sem nada a oportunizar? Como refletiu um popular de rua:

Do que adianta dar comida para os porcos sem ensinar a prepará-la? Eles só vão engordar e depois morrer. Do que adianta dar roupa para os porcos? Eles só vão tampar a gordura, mas não saberão como procurá-la. É preciso oferecer instrumentos para que as pessoas possam aprender a fazer as coisas, pra sair da inércia.

A garantia de alimentação para as pessoas em situação de rua, principalmente nos feriados, também recebeu foco e foi a *oitava* mencionada: “Ter um café da manhã, um almoço”.

A *nona* refere-se à indispensabilidade de disponibilizarem mais banheiros públicos e bebedouros em pontos estratégicos da cidade, de maneira acessível, gratuita, organizada e disponível 24 (vinte e quatro) horas, já que “o problema é que esses lugares ficam muito centralizados” em apenas algumas regiões.

Desse modo, as pessoas poderiam utilizá-los a qualquer hora e de maneira digna, sem precisarem trilhar longos caminhos, para terem acesso ao mínimo, “tem que ir em outro bairro, para depois voltar aqui porque a feira estava aqui também, e a feira amanhã já é em outro canto”

Raul ainda contou:

[...] falta muito banheiro público, mas banheiro com privada, torneira, não precisa ter um chuveiro, mas, pelo menos uma privada, e assim, tem várias praças espalhadas, mas nenhuma delas tem, a maioria não tem, e quando tem ele funciona só em um determinado horário, não é 24 horas. Então, não adianta, e esses banheiros químicos que eles colocam não prestam, é uma sujeira, é fazer na rua, a maioria faz.

As pessoas em situação de rua frisam que, embora reconheçam a existência de espaços destinados a atendê-las, normalmente, utilizam-no como última alternativa, pois são sucateados, superlotados e, por vezes, despertam insegurança àqueles que os frequentam.

Nesse caso, novamente concordamos com Kunz quando diz que:

Como os abrigos funcionam como espaços de disciplinarização e controle, com regras e instituição de modos de vida que se confrontam àqueles tecidos nas ruas, estes espaços são apropriados de forma

restrita pelos moradores de rua. Mesmo assim, por não haver alternativa de moradia pública no município, entendem que o jeito então é buscar os serviços dos albergues (2012, p. 34).

As sugestões aqui descritas não são únicas e eternas, sinônimas de modelos limitados e pré-estabelecidos, na verdade, como dito inicialmente, devem ser vistas como pistas que poderão elucidar nossas práticas profissionais e também como cidadãos, bem como alvejar novas experiências de cuidado, a fim de que as pessoas em situação de rua participem dessas construções e se sintam escutadas e acolhidas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisadora buscou aproximar-se e conhecer os modos de cuidado com a vida que circulam nas ruas, por meio de encontros com as pessoas que vivem em situação de rua no Município de Vitória/ES.

Desde já, é válido mencionar que é impossível concluir uma pesquisa, que por si só é inconclusiva. Sendo assim, não espere que, com o fim deste trabalho, revelaremos manuais inabaláveis ou respostas prontas, pois é no piscar de olhos que a vida acontece na cidade, gerando movimento, transformação e rupturas. É reinvenção de vida a todo tempo!

O público alvo desta pesquisa está para além das margens dos nossos rascunhos científicos, de nossas intervenções disciplinadas e vidas limitadas tão tensionadas com horários e prazos a cumprir. Como verdadeiros acrobatas, eles lutam pela vida. Seus corpos resistentes transbordam e incomodam os espaços ordenados, atraindo olhares que rechaçam e oprimem uma vida inventiva e desprogramada, que fere os princípios daquelas consideradas plenas e contidas.

Ficamos inquietos e constrangidos com a coragem e altivez das pessoas que arriscam não seguir o determinado e o direcionado, denunciando que existe potência viva aos que excedem, colocando em análise nosso lugar de saber-poder e nossa suposta posição hierárquica e demagógica que pode ser tão frágil à resistência do outro.

Embora vivenciem adversidades substanciais no seu cotidiano: compreendi, pelo caminho, que as pessoas em situação de rua são perspicazes e compartilham de gestos nobres. Apesar de toda dificuldade, são gentis e não poupam esforços para doarem o que tem ao amigo das ruas, mesmo sabendo que pode vir a faltar logo mais. Muitos, com sorriso no rosto, vivem como se tivessem tudo, mesmo tendo tão pouco.

Antes de serem consideradas como pessoas vulneráveis a todo tipo de doutrinação ideológica, notou-se que os populares de rua são verdadeiros protagonistas de suas vidas e também da construção metamórfica do cuidado,

são seres dotados de pensamento crítico e autonomia, plenamente capazes de avaliar o que é ou não é pertinente para suas vidas. Constatou-se ainda que eles não estão excluídos ou esquecidos pela sociedade. Pelo contrário, por conta deles existem arquitetos que desenham a cidade de um determinado modo; polícia militar, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais e serviços especializados que pensam o território a partir das pessoas que vivem em situação de rua. Além disso, existem Organizações Governamentais e não-Governamentais que dependem desses sujeitos para manter projetos sociais.

Ainda recuamos e ficamos incomodados quando se põe o dedo na ferida de certas ideologias que promovem a exclusão de determinados pensamentos e formas de cidadania, que transcendem. Ou, ainda, quando ouvimos posições que colocam em questão maneiras distintas de viver, que não seguem um padrão imposto pelo ideal cristã e capitalista.

Como dito no início desta dissertação, vale rememorar que não houve aproximação profissional ou teórica com a população em situação de rua *a priori*. As experiências, na verdade, com o público alvo foram atravessadas por condições muito mais afetivas e subjetivas do que ações práticas e palpáveis. De fato, a “inexperiência” da pesquisadora pode ter tornado o trabalho um desafio ainda maior; porém, concomitantemente, estava a seu favor, visto que o tempo de prática em qualquer segmento profissional, por vezes, pode endurecer o trabalho e fragilizar nossa capacidade de se indignar, angustiar-se e sensibilizar-se com aquilo que se vê.

Sendo assim, esta dissertação também possibilitou adentrar em um campo de pesquisa, mesmo sem vivências profissionais ou acadêmicas anteriores, contribuindo para questionar um modo de pensar naturalizado e capturado, que coloca as pessoas em situação de rua em condições hierarquicamente inferiores, como “miseráveis” ou “invisíveis urbanos”. Ideia clichê que foi desmistificada nessa pesquisa.

Oportunizou ainda que conhecesse e ouvisse pessoas em situações adversas às minhas, por exemplo, permitindo-me indagar tabus e transformar pensamentos enraizados, abrindo espaço para construção de novas percepções

e pontos de vista. Francamente, compreendi o quanto minha “branquitude”<sup>39</sup> classe média afeta a visão de cuidado que possuo! Surpreendia-me a cada encontro. Foi um grande aprendizado de vida. Vida em fuga!

Por intermédio desses encontros, esta pesquisa também possibilitou ouvir e conhecer não somente a opinião das pessoas em situação de rua sobre o que elas consideram como cuidado com a vida, mas também se elas, de fato, se sentem cuidadas, e, para além disso, sobre o modo como gostariam de ser cuidadas pelas redes de serviços públicos ou pelos cidadãos de modo geral, se assim quisessem. Sendo possível apontar pistas no que tange à construção do cuidado que desejam.

E não faltou colaboração e participação nas ruas. Havia uma vontade de ser ouvido, de contribuir com a pesquisadora e, ao ser explicado o objetivo da pesquisa, de ajudar a construir uma nova realidade para si e para as demais pessoas nessa situação.

Mas confesso que falar sobre cuidado não foi uma tarefa fácil. Pelo contrário, foi preciso muita cautela para não nos deixar seduzir pelas ideias do cuidado ideal, pelas artimanhas do controle e das práticas higienistas e desrespeitosas. Cito como exemplo, há quem deseje que as pessoas em situação de rua sejam “cuidadas” mediante a condição de não verem a realidade da sua parcela miserável, ou seja, desde que bem distante de suas vistas e calçadas. Há também quem acredite que o “cuidado” deva ser dotado de práticas que delimitam e determinam um único modo de ser e estar no mundo, que até pode promover aberturas para gerar mudança de vida, contanto que sejam unilaterais.

---

<sup>39</sup> “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema, Ruth Frankenberg, define: “[...] a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (FRANKENBERG, 1999b, p. 70-101; PIZA, 2002, p. 59-90 apud CARDOSO, Lourenço, 2010, p. 611). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>>.

Nessa perspectiva, os “lobos disfarçados de cordeiros” buscam proteger as cidades, a fim de impedir a presença dos seus moradores desiguais, isto é, dos considerados indesejados. Em contrapartida, não circula apenas descuido e preconceito nas ruas, visto que há movimentos distintos que persistem e resistem, caminhando em direção ao fortalecimento do cuidado com o outro.

Os modos de cuidado que circulam nas ruas devem ser compreendidos de maneira plural, multifacetado, circunstancial e que vise assegurar as existências e as ocupações dos populares de rua nesses territórios. Foi interessante observar que, instantaneamente, algumas pessoas entrevistadas afirmaram não existir cuidado com a vida nas ruas; todavia, ao longo da conversa, revelaram práticas e estratégias associadas tanto à sobrevivência, proteção e saúde, quanto à higiene pessoal, alimentação, trabalho e renda.

Ora, não seriam essas experiências ligadas – direta ou indiretamente - ao cuidado com a vida?

Em nossas conversas, notava-se a capacidade, que os populares de rua tinham, de diálogo e reflexão sobre as próprias vidas e também sobre o que lhes atravessavam; reconhecendo, por exemplo, o *cuidado entre* as pessoas em situação de rua, à medida que eram apoio um para o outro ou dividiam o alimento, os *cuidados pessoais*, por meio da manutenção da higiene e saúde, *cuidado do outro*, ao buscarem se proteger frente a uma situação de risco ou ameaça, *cuidado pelo outro*, quando participavam das ações oriundas dos grupos voluntários, entre outros.

Insta frisar que os modos de cuidado com a vida não são limitados, bem como não devem ser vistos isoladamente; pelo contrário, reinventam-se, misturam-se e se contrapõem o tempo todo. Os modos de cuidado são dinâmicos e voláteis, variam e se movimentam conforme as circunstâncias e os interesses do momento, que podem mudar logo mais, isto é, o que um popular de rua precisa hoje, pode não ser o que seu parceiro de rua precisa, bem como pode ser diferente do que precisará amanhã.

O cuidado apareceu nesse trabalho sem uma definição única e objetiva, mas envolvendo diversos sentidos. Por vezes, ele pode até ser visto de maneira

confusa, mas não deixa de ser cuidado na e com a rua. Essa suposta desordem, na verdade, indica o caráter polissêmico e ampliado do termo *cuidado*. Na pesquisa ele apareceu em pelo menos dois sentidos: *manutenção* da vida e *criação* da vida. Em princípio, referem-se a coisas diferentes, enquanto o primeiro sentido possui uma dimensão de conservação; o segundo inventa novos arranjos e movimentos.

Falamos de um cuidado que não possui um sujeito de ação bem definido, pois foi possível observá-lo em diversos atores da cidade, humanos e não-humanos (como, por exemplo, o cão), orgânicos e inorgânicos (como, por exemplo, uma marquise), individual e coletivo (como, por exemplo, os colegas da rua). É um cuidado que está muito além das políticas e regras oficiais.

Entendendo a volatilidade empregada ao sentido do cuidado nas ruas, vale lembrar que não tínhamos a intenção de alcançar uma verdade absoluta sobre essa parcela da população. Pelo contrário, partiu-se do pressuposto de que “verdades” são momentâneas, construídas dentro de uma interlocução específica, com determinadas pessoas e produzidas de maneira ética, honesta e justa naquele momento.

A preocupação com o trabalho, então, foi justamente refletir sobre os pormenores da vida em situação de rua, valorizando os gestos, as conversas, a maneira de habitar os espaços e as demais nuances com ela relacionadas. O intuito foi, também, de mostrar a importância desses pormenores, a fim de que seja dada a devida atenção a eles.

Embora conheçam as propostas e os espaços tidos como referência no tratamento à população de rua no Município de Vitória/ES, geralmente, os populares buscam e constroem outras alternativas de cuidado diante às adversidades, pois muitas vezes não se sentem assistidos ou protegidos integralmente por equipamentos ou demais ações na rua. Razão porque é necessário observar que os anseios da população de rua demandam ações e políticas públicas diferentes das já realizadas, de modo que seus interesses sejam ouvidos, em vez de dizerem quais interesses deveriam ter.

Como disse um popular de rua, o Estado não dá conta de assistir quem o sustenta. É uma política que não alcança a todos ou, pelo menos, nem todos se sentem alcançados por ela. Mas, ainda assim, alguns acabam recorrendo a esses serviços, geralmente, por precisarem de atendimentos específicos ou por não haver outras alternativas seguras.

Há, portanto, um verdadeiro abismo entre as propostas prescritas em políticas públicas e o que, de fato, é oferecido à população de rua. Igualmente, há um abismo entre o que é ofertado e os interesses e modos de vida dos moradores de rua.

Por isso, é necessário refletir constantemente sobre o que vem sendo construído a partir das nossas práticas, colocando em cheque teorias e modelos instituídos, para que não caiamos em intervenções fascistas e de controle, achando ser esta uma forma de exercer cuidado, visto que nas práticas da Política de Assistência Social, existe uma linha tênue entre ações de guerra e ações de trocas/composição com as diferenças.

Certamente, a pretensão desta pesquisa não foi desqualificar ou minimizar os serviços oferecidos pelas políticas públicas. Muito pelo contrário, sabe-se que a rede de serviços de atenção para a população em situação de rua vem se ampliando e entende-se sua relevância e competência. Sabe-se também que profissionais engajados e comprometidos com a ética e com os direitos humanos vêm ocupando espaços em comissões, conselhos e equipamentos diversos. Pessoas que ainda buscam por mudança, visam promover qualidade de vida e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de violência e discriminação. Sujeitos que tenham porosidade para absorver experiências humanas atravessadas por algum tipo de sofrimento e violação.

Deve-se lembrar que o exercício de reflexão é continuado, por esse motivo é preciso problematizar nossas formações pessoais-acadêmicas-profissionais. É fundamental disponibilizar capacitação permanente e ofertar disciplinas nas universidades que coloquem em foco essa temática, pois os profissionais que atuam com esse segmento, podem desconhecer os modos de estar nesse

território e, conseqüentemente, constroem propostas de trabalho que destoam das demandas e dos modos de vida do público atendido.

Mas, além disso, é preciso construir estratégias que não sejam embasadas, exclusivamente, na lógica do fornecimento de informações e conteúdos teóricos. Torna-se necessário que elas também sejam construídas pela via da experiência, como, por exemplo, a realização de vivências e contatos com a rua. Essa perspectiva corresponde à formação continuada de um corpo com uma dimensão afetiva e sensível ao outro.

A propósito, não se pode esquecer que somos atravessados por uma sociedade globalizada e capitalista, que interfere na maneira como se dão as relações sociais entre as pessoas. Partiu-se da premissa de que os modos diferentes de habitar a cidade, evidenciam a artificialidade dos nossos próprios modos de vida e cuidado.

Neste contexto, imediatismos e urgências por resultados expressam como o tempo está sendo vivido por todos e como temos cuidado de nós e do outro. A velocidade feroz e esmagadora imposta é um prato cheio para ações verticais e opressoras se instalarem nas ações sobre a rua.

Ademais, as fragilidades encontradas nas Políticas Públicas quanto aos anseios da população em situação de rua, por vezes, são mascaradas e mitigadas, seja por ações públicas imediatistas com foco higienista e salvacionista, seja por causa das atividades de caridade ofertadas por grupos voluntários. Entretanto, essas ações funcionam apenas como medidas paliativas, já que resolvem um problema complexo e plurifacetado de maneira momentânea.

Deve-se lembrar a fala de um popular de rua:

Do que adianta dar comida para os porcos sem ensinar a prepará-la? Eles só vão engordar e depois morrer. Do que adianta dar roupa para os porcos? Eles só vão tampar a gordura, mas não saberão como procurá-la. É preciso oferecer instrumentos para que as pessoas possam aprender a fazer as coisas, pra sair da inércia (POPULAR DE RUA).

Na opinião do público alvo, de fato, o voluntariado funciona como uma rede que tece cuidado na rua, é como um verdadeiro “fortalecimento”, porém, vale

salientar que são ações restritas e pontuais que não chegam para todos. Na verdade, contribuem com algumas necessidades básicas e imediatas, como alimentação e vestuário, mas “[...] não podem ajudar a gente da maneira que a gente quer”.

Não se quer afirmar, aqui, que as ações voluntárias sejam irrelevantes e malquistas, como se o gesto de caridade altruísta anulasse a ajuda ao popular, muito pelo contrário, elas podem garantir a sobrevivência de muita gente. As práticas tecidas nas ruas geralmente não se asseguram isoladamente, é importante construir redes de trocas e solidariedade, mas elas não podem mascarar a dura e cruel realidade das ruas, bem como a carência de políticas públicas eficazes, deixando-nos falsamente com a consciência tranquila.

Ao contrário do que muitos pensam, os populares de rua não precisam da nossa piedade e compaixão, mas de terem seus direitos garantidos com políticas públicas efetivas que convocam à participação popular e abram espaços de liberdade e autonomia ao invés de controle e opressão, somadas a uma atuação ética de profissionais que respeitem realidades disformes e promovam pensamento crítico de uma maneira tal, que essas pessoas sintam-se acolhidas e fiquem à vontade para dizer o que pretendem com suas próprias vidas.

Para isso, como Macerata e Passos (2015), acredita-se que existe outra perspectiva – que não seja pela via do extermínio ou da salvação - para se relacionar com as pessoas à margem, a qual condiz com as diferentes realidades encontradas em situação de rua. Neste outro caminho, não eliminamos as divergências, pelo contrário, “seria justamente tal possibilidade de troca, de convivência, de compartilhamento a grande questão para o cuidado com a rua” (p. 541).

Nesse aspecto, o trabalho deve caminhar para que as ações sejam *com* a rua e na rua, pois é importante habitarmos esses espaços e vivenciarmos o que ali acontece, para acompanharmos seus eventos e construirmos relações de trocas e contato, valorizando práticas presentes e realistas, bem como produzindo efeitos em mim e também naqueles que nos atravessam.

Quanto aos equipamentos destinados às pessoas em situação de rua, por exemplo, junto com os populares, acredita-se que devem atender um número menor de usuários e com horários mais flexíveis na intenção de favorecer atravessamentos, convivência comunitária, individualidade e troca de experiências e afetos nos acompanhamentos. Isso porque, como atestado pelos próprios frequentadores, grandes instituições, com quantidades numerosas de pessoas atendidas, tendem ao rigor técnico, à frieza e à impessoalidade, bem como correm o risco de massificar suas práticas e equivocadamente olhar para cada segmento como homogêneo.

Além disso, é preciso incluir, neste cuidado, possibilidade de sair das ruas sempre que as pessoas assim desejarem; ou continuar exercendo cuidado, mesmo se o interesse não for esse, e, até mesmo, respeitar aqueles que não desejam determinados cuidados, de modo a garantir seus direitos enquanto cidadãos.

Na verdade, estarmos aptos a acolher multiplicidades e oferecer - com qualidade - a maior quantidade possível de opções, para que tenham diferentes alternativas, seja na área de esporte, lazer, trabalho, moradia e outras, visto as singularidades existentes em cada projeto e modo de vida.

Em síntese, não há um trabalho individual, solitário e piedoso. Na verdade, o processo deve existir em rede a partir da escuta porosa do popular de rua e envolvendo diversos atores, para melhor garantir acesso a direitos essenciais.

Outro fator importante é que precisamos criar condições de enunciação das vozes da rua. Mas, para isso, é necessário fortalecer, empoderar e mobilizar essas pessoas, para que atuem em lugares onde há discussão, deliberação de projetos e de políticas públicas. Suas presenças são indispensáveis a essa construção do “cuidado *com*” – lateralizado – e não “a partir de” – verticalizado.

Junto com a “galera da rua”, precisamos reivindicar, denunciar, questionar e fomentar capacidade de diálogo. Quanto mais sensíveis estivermos e quanto maior o entendimento do fenômeno, conseguiremos ampliar a discussão junto aos diferentes setores implicados no processo de desenvolvimento de estratégias e políticas públicas.

Mas, antes disso, é necessário colocarmos em cheque os conservadorismos e a predominância unilateral de fala, refletirmos sobre os excessos de “especialismos”, formalidades e linguajar rebuscado que se estabelecem em alguns espaços de discussão. Isso dificulta esclarecimentos, menospreza determinados conhecimentos e, por conseguinte, desmotiva a participação dos populares de rua e da comunidade em geral. A título de exemplo, quando algumas pessoas são impedidas de adentrarem em determinados lugares, pois não estão adequadamente vestidas. Nós precisamos ouvi-las, mas como faremos isso?

Como compor e reconstruir, no dia a dia, práticas respaldadas na lógica do cuidado, que tecerão redes de acolhimento e atenção, considerando toda diversidade e complexidade vivenciada em situação de rua?

Parece simples e o mínimo necessário para o desenvolvimento do trabalho e da empatia, mas em meio a tempos de retrocessos e atrocidades, somados a uma rotina estressante e emergente, torna-se um desafio construir práticas que busquem conhecer e se aproximar, e não silenciar os modos de vida da população de rua. Não julgar moralmente suas estratégias de cuidado, abrir novos espaços e escutar atentamente os seus dizeres, por mais que pareçam invariáveis. Nesse exercício, pode-se, inclusive, procurar inspiração na coragem e astúcia de um popular de rua que, cotidianamente, inventa, experimenta e arrisca!

É preciso ir além das caixinhas estabelecidas e comuns. Construir cuidado nas ruas e com os populares requer dinamismo, plasticidade e inclusão das diferenças nas políticas e programas de atenção. Um cuidado que se torne possível a partir das experiências vividas no cotidiano do território - onde a vida acontece - mesmo que pareça pouco provável, beirando ao impossível.

Espera-se que esta dissertação contribua para repensarmos na maneira como nós – sociedade, profissionais - intervimos sobre nossa camada miserável, e reforçar a importância de ouvir e incluir, nas ações de políticas públicas, o saber dos populares de rua no que tange a elaboração do cuidado destinado a eles.

Além disso, destacar as diversidades e multiplicidades de experiências vividas na cidade, bem como mostrar que essas pessoas não estão distantes de nós.

São pessoas que lutam pela existência e para ocuparem a cidade, dotadas de capacidades, que possuem um impressionante caráter de criação, sagacidade e reflexão. Estão na “pista”, reinventando relações de cuidado e tendo muito a contribuir.

Cuidar e se cuidar na rua é resistir, é existir de outros modos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENI, C. S. Dependência de drogas: o problema é a gaiola. In: **Blog da Redação**. 21 jan. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2JtIQY5>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

AS MENINAS. **Xibom Bombom**. Universal Music, 1999. Disponível em <<http://bit.ly/2qtY8TM>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BAUMAN, Z. Turistas e vagabundos. In: \_\_\_\_\_. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. cap. 4, p. 85-110.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2F091qM>> . Acesso em: 20 abr. 2018

BBC BRASIL. **A origem operária do 8 de Março**, o Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <<https://bbc.in/2SKv6fy>>. Acesso em: 20 abril 2018.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/2P3VAdM>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/2SCvqNF>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa civil. **Lei nº 9.263/96**, de 12 de janeiro de 1996. Regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal: 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2qnJEol>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução n.º 101, de 30 de maio de 2001. Estabelece o Regulamento Técnico disciplinando as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/2DkBp53>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2yQg8MK>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2JCrlNn>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil** – Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos Depois de Caracas. Brasília, 07 a 10 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2yQ5YvL>> Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei, nº 11.340/ Lei Maria da Penha**, de 7 de agosto de 2006. Brasília, Distrito Federal: 7 ago. 2006. Disponível em <<http://bit.ly/2ql8be2>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei, nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Distrito Federal, 24 ago. 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2P7tXk5>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para População em Situação de Rua**, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2F14a8H>> Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2yGwho6>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.053** de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2ySP4N0>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual técnico de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar**. Agência Nacional de Saúde Suplementar. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2CWY3j7>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2ERNqAH>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <<http://bit.ly/2ySP4N0>>. Acesso em: 27 jul. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 122**, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Disponível em: <<http://bit.ly/2zf5EWw>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <<http://bit.ly/2ziRVxX>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://bit.ly/2Pbe8ZO>>. Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: < <http://bit.ly/2OpzPQx>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional e Assistência Social, Departamento de Gestão do SUAS, Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. 2012. Disponível em: < <http://bit.ly/2OpMvXD> > Acesso em: 29 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde**. Criado em 07 mai. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2qu5FCg>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, 2013. Reimpressão 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2zuJ5xe>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei, nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, Distrito Federal: 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2CUvP8m>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. 112 p.: il. – (Série Juventude Viva).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz. **Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2QkJ2LK>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Comissão intergestores tripartite. Resolução nº 32 de 14 de dezembro de 2017. Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). **Diário Oficial da União** de 22/12/2017. n. 245, Seção1, p. 239.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria de nº 3.588** de 14 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: <<http://bit.ly/2SMrIkC>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública - Ministério da Saúde - Ministério do Desenvolvimento Social - Ministério do Trabalho - Comitê Gestor Interministerial **Portaria Interministerial MJSP e MS e MDS e MT nº 2 de 21 de dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://bit.ly/2P5Tkmp>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Resolução n 1 de 9 de março de 2018. Define as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD - Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto 4.345, de 26 de agosto de 2002. **Diário Oficial da União** de 13.03.2018, n. 49, Seção 1, p. 128

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2DnOb2E>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** (Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010, p. 611. Disponível em: <<http://bit.ly/2TtT4Mb>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: Estudo criminológico e dogmático da lei nº 11.343/06**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CERQUEIRA, D. R. C.; LIMA, R. S.; BUENO, S. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Fórum Brasileiro de

Segurança Pública, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2OWTrAC>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CLEMENTE, A.; LAVRADOR, M.C.C.; ROMANHOLI, A.C. Desafios da rede de atenção psicossocial: problematização de uma experiência acerca da implantação de novos dispositivos de álcool e outras drogas na rede de saúde mental da cidade de Vitória–ES. **Polis e Psique**, v. 3, n. 1, p. 80-99, 2013.

COIMBRA, C. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível? **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, v. 7, n. 1, p. 52-80, 1995.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial**: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília: CNMP, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2QfxLwp>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Comunidades terapêuticas violam direitos. 21 jun. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Sxvm1r>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DESPRET, V. The body we care for: figures of antro-po-zoo-genesis. **Body and society**, v.10, n. 2-3, p. 111-134, 2004. Tradução de Maria Carolina Barbalho, revisão de Ronald João Jacques Arendt. Disponível em: <<http://bit.ly/2CYHL9m>>. Acesso em: jun. 2018.

EMICIDA. Casa. In: **Álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa**. Prod. Laboratório Fantasma; Dir. Evandro Fióti e Emicida, 2015.

ESPÍRITO SANTO, 2018. Instituto Jones dos Santos Neves. **Pesquisa sobre População em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória - Relatório**. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2qjXeJK>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ESTADÃO. **Secretaria afasta 5 policiais envolvidos na morte de morador de rua em Pinheiros**. Disponível em: <<http://bit.ly/2AAU760>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ESTADÃO. **Novo abrigo para moradores de rua de SP tem canil e funciona 24 horas**. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2OZY7G7>> Acesso em: 23 abr. 2018

FOSSI, L. B.; GUARESCHI, N. M. F. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas profissionais na conformação dos sujeitos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 94-115, abr. 2015 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 out. 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos). Disponível em: <<http://bit.ly/2zmb1Dk>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). Disponível em: <<http://bit.ly/2JtpjXL>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **História da loucura**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. Ditos e Escritos. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. V. IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**, Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Disponível em <<http://bit.ly/2JBTYSE>>. Acesso em: jul. 2016.

FREITAS, V.B. **Cenarizações dos processos de reintegração familiar: compondo redes de cuidado e afeto**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017. 125 f.

GARCIA, L.S.L. Apresentação. In: SOUZA, J. (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 11-15.

GARCIA, M. O uso problemático e crack e a classe média. In: SOUZA, J. (org.) **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 103-118.

GILMOUR, D.; WATERS, R. Comfortably numb. In: Pink Floyd. **The Wall**, 1979.

GRILLO, C.; POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no rio de janeiro. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 135-148, outb. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2RwnnAr>> . Acesso em: 17 jul. 2016.

GUITART, M.E. The consumer capitalist society and its effects on identity: a macro cultural approach. **Rev. pol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 159-170, jun. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2DIqhoA>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IBGE. **Censo demográfico** – População no último censo. Disponível em: <<http://bit.ly/2F4srL0>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IPEA. Texto para discussão - **Estimativa da População em Situação de rua no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2Pv374V>> . Acesso em: 11 fev. 2018.

JARDIM DA PENHA ONLINE. **Estacionamento rotativo em Jardim da Penha?** 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Q9jAbU>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

KARAM, Maria Lúcia. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. In: LOPES, Lucilia Elias; BATISTA, Vera Malaguti (orgs.). **Atendendo na guerra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p.157-176.

KUNZ, G.S. **Os modos de vida da população em situação de rua**: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES. Dissertação (Mestrado em Psicologia).

Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES. 2012. 133f.

KUNZ, G.S.; HECKERT, A.L.; CARVALHO, S.V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Revista Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, Set/Dez, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2RwoNef>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LANCETTI, Antônio. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LODERO, M.F.P.; CECCIM, R.B.; BILIBIO, L.F.S. Consultation office of/in the street: challenge for a healthcare in verse. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 251-260, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2D4i4o3>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LOURAU, R. Primeiro Encontro (26.04.93). In: \_\_\_\_\_. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p. 6-23.

LOURAU, R. Quarto encontro (29.04.93). In: \_\_\_\_\_. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p. 74-92.

LUSTOZA, R.Z. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-52, 2009.

MACERATA, L.; DIAS, R.; PASSOS, E.. Paradigmas da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. In: LOPES, L.E.; BATISTA, V.M. (orgs.). **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o "crack"**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 15-42.

Macerata, I. M.; Passos, E. Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle. **Psicologia e Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 537-547, 2015.

MACERATA, I. **Traços de uma Clínica de Território: intervenção Clínico-Política na atenção básica com a rua**. Tese (Doutorado em Psicologia).

Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. 293 f. Disponível em: <<http://bit.ly/2SPvKlW>>. Acesso em: 09 jun. 2017

MACERATA, I. M. "**... como bruxos maneando ferozes**": relações de cuidado e de controle no fio da navalha: experiência "psi" em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua (Dissertação de mestrado não-publicada). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010

MAUX, A.A.B.; DUTRA, E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estud. pesqui. pol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/2Q78GDv>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MAYORA, M. O crack e a rua. In: SOUZA, Jessé (org.) **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 137-161.

MÁZARO, L. P.; BERNARDES, A.G.; COELHO, A.E. L. Análise das políticas públicas de prevenção e promoção em saúde sob um olhar foucaultiano. **Polis e Psique**, v. 1, n. 1, p. 130-148, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2yQepa8>>. Acesso em: abr. 2018.

MENEZES, CYNARA M. As 129 mulheres que morreram para que ganhássemos rosas no dia da mulher. **Socialista Morena-jornalismo anticapitalista**, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2yJa5cW>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2AMliK3>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MORAES, Vinicius de; VILARÓ, Carlos. A casa. In: **Dossiê Álbum A Arca de Noé**. Album Itaú Cultural, 1980.

MORAES, M. O.; ARENDT, R. J. J. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em estudo, Maringá**, v. 18, n. 2, p. 313-321, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2SLVLSG>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

NERY FILHO, Antonio; RIBEIRO, Andréa L. (Org.). **Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010. 89p. Disponível em: <<http://bit.ly/2OjmnOe>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

NIEL, M.; DA SILVEIRA, D. X. **Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde** / Marcelo Niel & Dartiu Xavier da Silveira (orgs) – São Paulo, 2008. xi, 149f. Disponível em: <<http://bit.ly/2CYqsVM>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

O GLOBO. Comunidades terapêuticas são acusadas de tortura. In: **site do IPEA [imagens]**. Disponível em: <<http://bit.ly/2Pw49gR>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PASSOS, E.; BARROS, R. Por uma política da narrativa. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina; 2009. p. 150-171.

PASSOS, A.N.A.; Wânia M. **Reflexões sobre Gentrificação em Belo Horizonte/Brasil a partir do caso da população de rua**. In: XXX Congresso Alas Costa Rica, GT 2. Costa Rica, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2zd63ZR>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PASSOS E.; KASTRUP V.; ESCOSSIA L. Apresentação. In: PASSOS E; KASTRUP V; ESCOSSIA L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 07-16.

PITTY. **Admirável Chip Novo**. Deckdisc/Polysom: 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2OVZKV4>> Acesso em: 22 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Notícias - **Programa "Onde Anda Você?" já acolheu quase 500 pessoas em situação de rua**. Disponível: <<http://bit.ly/2Sx33QT>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Notícias – **População de rua**. Disponível em: <<http://bit.ly/2SwYR3h>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

RAMOS, L.H. Abandonados anônimos. In: SOUZA, J. (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 75-102.

RBA. **Policiais da GCM de São Paulo agridem e apreendem pertences de morador de rua**. Disponível em: <<http://bit.ly/2P2pBeh>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

REVISTA EXAME. **Moradores de rua em SP são acordados com jatos de água, diz CBN**. Disponível em: <<https://abr.ai/2JpQsL9>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ROBAINA, I. **Entre mobilidades e permanência**: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do rio de janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 380 f. Disponível em: <<http://bit.ly/2CZBnyK>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Pol. cienc. prof.** v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2JC1pcp>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

RODRIGUES, Luciana B. F. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese (doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2JujV6A>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

RODRIGUES, T. Tráfico, guerra e despenalização. **Le monde Brasil Diplomatique Brasil**, p. 1-4, set., 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2zsQTjd>> Acesso em: 28 jun. 2016.

ROSA, A.S., BRETAS, A.C.P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2P8TpG4>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ROSA, C.M.M.; BEZERRA, E.M.R.; VIEIRA, M.A.C. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 3ª ed. São Paulo: Hucited, 2004.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 7-13.

SCISLESKI, A.C.C.; GONÇALVES, H.S.; DA CRUZ, L.R. As práticas da psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 60-74, jul-dez 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2ALCCje>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. In: Introdução: percebendo as políticas públicas. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M.O.S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v.13, n.2, p.155-163, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2yR2HMx>>. Acesso em 07. nov. 2016.

SIMIL, J.M. Toxicomanias. In: NAZAR, J. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, Vitória: ELPV, 2009, p.271-278.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org). **De volta a à cidade**. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

\_\_\_\_\_. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-tetos e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. ASCOM/MDS: 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2EWjBif>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 444**. Processo eletrônico nº 0002403-57.2017.1.00.0000 Disponível em: <<http://bit.ly/2zf7GpP>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

TOLEDO, L.; GONGORA, A.; BASTOS, F.I.P. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. **Ciência saúde coletiva**, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2JDJxxZ>>. Acesso em: 07. Nov. 2016.

VIEIRA, M. A.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

WAISELFISZ J.J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª edição. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2PvleHN>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão In: SAWAIA, Bader. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 16-26.

VÍCIO. Kurzgesagt in a Nutshell. Disponível em: <<http://bit.ly/2ADCkef>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

VIEIRA, Oscar Vilheira. Justiça, ainda que tardia: Moradora de rua teve esterilização determinada sem direito de defesa. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo. 9 junho de 2018. Cotidiano. Disponível em: <<http://bit.ly/2EO4xmO>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ZAMORA, Maria Helena. Os corpos da vida nua: sobreviventes ou resistentes? **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 104-117, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G.. História da Sexualidade 3. A cultura de si. In: **O Cuidado de Si**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G.. **A política criminal de drogas no Brasil:** Estudo criminológico e dogmático da lei nº 11.343/06. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

## ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** PENSANDO OS MODOS DE CUIDADO COM A VIDA PRESENTES NAS RUAS: O COMPARTILHAR DAS EXPERIÊNCIAS E O ACOLHIMENTO DOS SABERES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

**Pesquisador:** JESSICA BARCELOS FERRARI

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 76424217.7.0000.5542

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.458.522

#### Apresentação do Projeto:

O projeto de Pesquisa "Pensando os modos de cuidado com a vida presentes nas ruas: o compartilhar das experiências e o acolhimento dos saberes de pessoas em situação de rua" da pesquisadora responsável Jessica Barcelos Ferrari, tem por objetivo: 1) Conhecer os modos de cuidado com a vida presentes nas ruas; 2) Ouvir sobre o que as pessoas que vivem em situação de rua do município de Vitória - ES tem a dizer sobre os modos de cuidado experimentadas/praticadas nesses territórios. Caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção com pessoas acima de 18 anos que vivem em situação de rua na cidade de Vitória – ES. Para produção das fontes utilizará conversas, entrevistas e anotações no diário de campo à respeito de experiências, vivências e modos de cuidado com a vida. A pesquisa será realizada nos encontros que acontecem no Centro de Evangelização Santa Clara (CESCLA) durante o almoço oferecido pela equipe da Pastoral da Igreja Católica do bairro de Jardim da Penha, e em determinados locais estratégicos das ruas do município de Vitória. Destaco que trata-se de um retorno da avaliação realizada anteriormente por este Comitê de Ética em que foi solicitado a justificativa da dispensa do TCLE e a garantia de diferentes fontes de esclarecimento ao voluntário da pesquisa, conforme previsto na Resolução Nº 510/2016. Sendo assim, a pesquisadora destaca que "em conformidade com a Resolução Nº 510/2016, será feito por meio de gravação sonora, anteriormente ao início da conversa/entrevista para melhor atender às características da pesquisa e do público-alvo. Desse

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITORIA  
**Telefone:** (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.458.522

modo, no termo do Registro de Consentimento sobre a forma sonora constarão esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, conforme consta no Art. 17 da Resolução Nº 510/2016. A pesquisadora e demais colaboradores envolvidos na pesquisa se comprometem, individual e coletivamente, a cumprir todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na Resolução CNS Nº 466/12, e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e confidencialidade dos dados coletados".

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Conhecer os modos de cuidado com a vida presentes nas ruas; Ouvir sobre o que as pessoas que vivem em situação de rua do município de Vitória - ES tem a dizer sobre os modos de cuidado experimentadas/praticadas nesses territórios.

Objetivo Secundário:

Refletir se os saberes relacionados às formas de cuidado utilizadas pelas/entre as pessoas que vivem em situação de rua são legitimados e considerados nos processos de formação e capacitação de profissionais que se relacionam com/na rua; Questionar como acolher os saberes das pessoas que vivem na rua.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Sobre os riscos a pesquisadora esclarece que durante a entrevista, pode surgir eventual situação de desconforto no que tange às respostas dos(as) participantes, razão pela qual será conduzida de forma a garantir a manutenção do sigilo quanto à identificação pessoal do(a) participante e às informações nela obtida. Enfatiza ainda que não será preciso falar sobre qualquer questão caso o(a) participante a considere muito pessoal ou tenha constrangimento em falar.

Sobre os benefícios a pesquisadora ressalta que conhecer os modos de cuidado com a vida presentes na rua, a fim de contribuir com os processos de formação e capacitação de profissionais que se relacionam com/na rua e com debates e discussões sobre a temática, visando incluir os saberes das pessoas que vivem em situação de rua no que diz respeito do cuidado e do cuidar.

Avaliando os riscos e os benefícios, destaco que a pesquisa atende as especificações da Resolução Nº 466/12 e Resolução Nº 510/2016.

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITORIA  
**Telefone:** (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



UFES - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO - CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 2.458.522

modo, no termo do Registro de Consentimento sobre a forma sonora constarão esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, conforme consta no Art. 17 da Resolução Nº 510/2016. A pesquisadora e demais colaboradores envolvidos na pesquisa se comprometem, individual e coletivamente, a cumprir todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na Resolução CNS Nº 466/12, e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e confidencialidade dos dados coletados”.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Conhecer os modos de cuidado com a vida presentes nas ruas; Ouvir sobre o que as pessoas que vivem em situação de rua do município de Vitória - ES tem a dizer sobre os modos de cuidado experimentadas/praticadas nesses territórios.

Objetivo Secundário:

Refletir se os saberes relacionados às formas de cuidado utilizadas pelas/entre as pessoas que vivem em situação de rua são legitimados e considerados nos processos de formação e capacitação de profissionais que se relacionam com/na rua; Questionar como acolher os saberes das pessoas que vivem na rua.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Sobre os riscos a pesquisadora esclarece que durante a entrevista, pode surgir eventual situação de desconforto no que tange às respostas dos(as) participantes, razão pela qual será conduzida de forma a garantir a manutenção do sigilo quanto à identificação pessoal do(a) participante e às informações nela obtida. Enfatiza ainda que não será preciso falar sobre qualquer questão caso o(a) participante a considere muito pessoal ou tenha constrangimento em falar.

Sobre os benefícios a pesquisadora ressalta que conhecer os modos de cuidado com a vida presentes na rua, a fim de contribuir com os processos de formação e capacitação de profissionais que se relacionam com/na rua e com debates e discussões sobre a temática, visando incluir os saberes das pessoas que vivem em situação de rua no que diz respeito do cuidado e do cuidar.

Avaliando os riscos e os benefícios, destaco que a pesquisa atende as especificações da Resolução Nº 466/12 e Resolução Nº 510/2016.

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITORIA  
**Telefone:** (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.458.522

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_104604_2_E1.pdf	13/12/2017 00:26:15		Aceito
Outros	anexo.docx	12/09/2017 20:10:35	JESSICA BARCELOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/09/2017 20:06:47	JESSICA BARCELOS FERRARI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa.Jessica.docx	14/08/2017 20:17:29	JESSICA BARCELOS FERRARI	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	13/08/2017 21:28:01	JESSICA BARCELOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VITORIA, 29 de Dezembro de 2017

Assinado por:  
Fabiana Pinheiro Ramos  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITORIA  
**Telefone:** (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com